



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O Problema das Identidades Culturais e Políticas
Europeias**

Ricardo Jorge de Oliveira Ai-Ai

Orientação: Prof. Doutor Silvério Carlos Matos
Rocha e Cunha

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O Problema das Identidades Culturais e Políticas
Europeias**

Ricardo Jorge de Oliveira Ai-Ai

Orientação: Prof. Doutor Silvério Carlos Matos
Rocha e Cunha

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2018

Aos meus avós

Agradecimentos

Não sendo suficiente, nem justo, tecer qualquer tipo de agradecimento às pessoas que se seguem num tão curto espaço, prometo não ser leviano na intensidade.

Queria em primeiro lugar agradecer aos meus pais, que são e sempre serão a minha bússola de valores e resiliência neste mar – umas vezes favorável, outras vezes tormentoso – a que chamamos vida. A vossa paciência, calma, trabalho e sangue frio em prol do meu desenvolvimento pessoal em matérias e ambientes por vezes de difícil compreensão são, para mim, impagáveis. Agradeço ainda por me terem dado sempre a liberdade de escolher e traçar os meus caminhos e atalhos, condimentando o meu percurso sempre com os alertas vitais para lidar com as barreiras e vícios deste mundo. Aos dois, o meu maior obrigado.

Em segundo lugar agradeço ao Prof. Doutor Silvério Rocha-Cunha por ter aceite o meu convite, por me ter guiado ao longo deste marco da minha vida pessoal e pelo incedível esforço e tempo investido nesta dissertação, onde qualquer equívoco ou imprecisão é exclusivamente da minha inteira responsabilidade. Agradeço ainda ao Prof. Doutor António Sáez Delgado pela sua preciosa ajuda na recolha literária.

Em terceiro lugar quero agradecer à minha restante família e aos meus amigos de hoje e de sempre. Em especial à minha irmã, Beatriz de Oliveira Ai-Ai, para com a qual assumi a responsabilidade de servir como exemplo e referência em todos os momentos e ações da minha vida, até ao fim dos meus dias. Agradeço ao Pedro Oliveira pelas tertúlias desanuviantes e pela constante presença e influência positivas no meu dia a dia desde o saudoso ano de 2011. Aos meus restantes e incontáveis bons amigos, tal como à minha restante e incontável teia familiar de gente humilde e trabalhadora, o meu obrigado pela confiança e pelo apoio de sempre.

“Porque é que quis subir o Monte Evereste? (N.Y. Times)

— Porque ele estava ali!”

George Mallory, 1923

O Problema das Identidades Culturais e Políticas Europeias

Resumo: Uma abordagem à dinâmica de entrosamento das nações europeias ao longo dos tempos, com base nos espíritos coletivistas e individualistas que as unem e desunem ao longo da história e dão origem ao problema europeu. Abordagem esta, condimentada com o pensamento de Jorge Semprún. Escritor, político, resistente anti-nazi, prisioneiro do campo de Buchenwald, espanhol de nascimento, francês de coração, germanófono, mas sobretudo, europeísta. Pensador que apresenta a sua visão da Europa numa perspectiva que, por via da sua experiência de vida, muito poucos poderiam espelhar.

Palavras Chave: Europa, Identidade, Nação, Estado, Semprún.

The Problem of the European Cultural and Political Identities

Abstract: An approach on the European nations' dynamics and entanglement over the ages. Based on the collectivist and individualistic spirits that unite and disunite alternately these nations throughout its history, originating Europe's problem. This approach is further enriched by the thought of Jorge Semprún. A writer, politician, anti-nazi resistant, Buchenwald concentration camp prisoner, Spanish born, French in his heart, German speaker, but above all, Europeanist. A thinker that presents his vision of Europe in a perspective that, by his own life experience, very few could mirror.

Keywords: Europe, Identity, Nation, State, Semprún.

Índice

<i>Introdução</i>	vi
<i>Capítulo I</i> - A Identidade face à Globalização e à Política	2
<i>Capítulo II</i> – O Espírito Unificador Europeu	23
1. – <i>A Herança Imperial Greco-Romana</i>	24
2. – <i>A Herança Religiosa Cristã</i>	31
<i>Capítulo III</i> – O Espírito Desunificador Europeu	38
1. – <i>A Emergência da Consciência Nacional</i>	39
2. – <i>Desenvolvimento do Sentimento Nacional, Soberania e Estado-Nação</i>	44
<i>Capítulo IV</i> – Desafios e Necessidades da Europa atual	52
1. – <i>Esgotamento das Energias Mobilizadoras e Desnorte</i>	53
2. – <i>A Necessidade de um Bloco Europeu</i>	61
<i>Capítulo V</i> – Jorge Semprún. O protótipo da solução do problema da Europa	74
<i>Conclusão</i>	149
<i>Bibliografia</i>	157

Introdução

A dissertação que se segue surge a partir de uma observação bastante simples de um problema bastante complexo. O problema das identidades culturais e políticas europeias e todas as suas perturbações e constrangimentos consequentes.

A história do continente europeu e dos seus inúmeros povos, actuais e passados, está pelejada de vários episódios de união e desunião dos mesmos. Observa-se uma certa tendência natural para que estes povos em determinados períodos se unam, o que levanta o véu acerca da possibilidade de existir, entre os europeus, um forte sentido de pertença comum acima das identidades particulares de cada Estado. Porém, subsequentemente, observa-se também outra tendência natural, mas no sentido oposto, o da desintegração. Fenómeno que se dá quase sempre, aparentemente, por intermédio de pretensões de uma aludida independência invocada em nome da identidade de uma comunidade particular e da sua autodeterminação. Gera-se desta forma um paradoxo que se revela contraproducente para qualquer projeto de integração na Europa. A dissertação que se segue pretende, pelo menos, entender os contornos deste fenómeno de bipolaridade que gera o problema europeu, aparentemente colocado pelas identidades culturais e políticas europeias e o seu choque com os impulsos integracionistas.

O argumento da identidade cultural e política europeia pode assumir-se como um tema controverso e de múltiplas interpretações, não aparentando haver consenso no que diz respeito à existência ou inexistência de uma identidade que abarque os europeus como um todo, de algo que faça os povos europeus olharem para um parâmetro da sua cultura e reconhecê-lo nas demais culturas europeias, de algo maior que as culturas nacionais ou populares que os diferencie comumente dos demais blocos culturais do resto do mundo. Sabendo-se que as identidades nacionais e estatais existem em todos os Estados e exercem a sua influência forte no espectro político europeu, tendencialmente no sentido contrário ao do integracionismo.

Em paralelo segue o argumento da integração dos Estados, onde dois ou mais Estados delegam competências individuais para instituições supra-estatais, por intermédio de tratados, ou por via de casamentos dinásticos ou anexações como comumente acontecia no passado. O continente europeu já viu inúmeras integrações

interestatais ao longo da sua história. Existiram Estados como a União Polaco-Lituana, conhecida também pela República das Duas Nações, o Sacro Império Romano-Germânico, a União Ibérica dos Habsburgo, o Império Austro-Húngaro, ou a Checoslováquia e a Jugoslávia mais recentemente. Tal como, ainda hoje subsistem uniões de diferentes povos como o Reino Unido ou a própria Espanha, assim como, subsistem projetos de unidade de diferentes reinos e principados antigos como é o caso da Alemanha e da Itália. Todavia, hoje testemunhamos talvez o mais ambicioso projeto deste género a ter lugar na Europa, a atual União Europeia é nada mais que um projeto de integração que, na sua génese, não difere dos anteriores exemplos, onde se delegam competências estatais para uma esfera supra-estatal, diferindo apenas no tempo histórico e no método de integração democrático. A União Europeia acaba por ser o exemplo maior, mais clarividente, distinto e atual da tendência integracionista dos povos europeus.

Parece existir uma tendência natural dos povos da Europa para a integração entre si, tal como parece existir, paradoxalmente, a tendência para uma subsequente desintegração, o que levanta questões, tais como: Será o fenómeno da integração provocado por uma identidade superior comum? O que pode provocar a subsequente desintegração que comumente se observa? O que nos liga uns aos outros e o que nos faz divergir?

A dissertação que se segue, como já foi mencionado, pretende correlacionar o termo das identidades particulares com o termo das tendências para a integração comum e tentar entender melhor este paradoxo. Ver esta correlação explicada ou entendida consiste – na minha ótica – numa matéria de prioridade máxima para o entendimento do “Ser Europeu”, e de prioridade máxima para entender os tempos e o paradigma cada vez mais difusos em que vivemos hoje, não apenas na Europa, mas em toda a sociedade ocidental.

A metodologia aplicada será dividida em três partes essenciais. A primeira parte incidirá sobre o campo da identidade, onde se procurará aprofundar a sua relação com a política e com a globalização, no sentido de nos enquadrar da melhor forma possível para a segunda parte. Aí, será apresentada uma hipotética desconstrução da bipolaridade espiritual europeia, que poderá ser a responsável pelo paradoxo acima indicado. E, finalmente, na terceira parte será adicionado o pensamento de Jorge Semprún acerca

desta temática que, pela sua experiência de vida como exilado do regime de Franco, resistente anti-nazi, prisioneiro do campo de Buchenwald, resistente anti-franquista, ex-comunista e político, foi considerado como peça de engrenagem incontornável na cronologia desta dissertação.

O Problema das Identidades Culturais e Políticas Europeias

Capítulo I

A Identidade face à Globalização e à Política

No campo de estudo da Filosofia Política existe uma disjunção que se faz notar entre dois termos de elevado peso no campo das ciências sociais.

O primeiro termo é a Identidade, que assenta numa base de objeto não racionalizador, é uma matéria do campo pessoal que é em grande parte herdada de uma concepção de pertença a determinado grupo ou comunidade com vivências e costumes devidamente delimitados. “A identidade é o conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la”¹. Este conceito estende-se como que um filamento de ADN, com uma espinha dorsal sólida onde, cada geração que passa, adiciona pequenos detalhes e correções que pouco alteram a solidez e direção traçada pelas gerações anteriores.

O segundo termo é a Política que, por sua vez, assenta numa base de objeto racionalizador. Ao contrário da identidade, a política sustenta-se no pilar da razão, da racionalidade, do debate e da negociação argumentativa, de modo a, em conjunto, ser tomada a melhor decisão possível em prol do interesse comum. O seu conceito liminar, atribuído pela enciclopédia Pólis, define a política como “a acção humana que, no quadro da relação amigo/inimigo tem por fim a conquista, a conservação e o exercício do poder comunitário ou se traduz na resistência a tal acção”².

O título acima atribuído ganha sentido face ao problema comum a ambos os termos, o problema surge quando estes termos de bases divergentes se veem amalgamados. Falo da promiscuidade entre um termo não racionalizador – baseado na crença, na convicção e na paixão – completamente desprovido de reflexão, e portanto, sedutor; com um termo racionalizador, que se fundamenta precisamente nessa mesma reflexão e, que poderá porventura ser sequestrado pelo termo não racionalizador ao ver por ele removida a sua inerente racionalidade, fonte máxima da sua essência.

1) A identidade como processo irracional de classificação, permanente e endogenamente fantasmagórico.

Gonzalo Hernández Sanjorge trata a temática da identidade como um processo permanente, que se constrói e desconstrói de modo constante, não sendo um processo

¹ De acordo com o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**: 2007. Tomo X, Gas-Inc. p. 4489

² De acordo com a **Polis Enciclopédia da Sociedade e do Estado**: 1986. Tomo 4, M-P. p. 1317

estático nem um estado final, afirmando que o que somos hoje não é o limite final da história³. É apenas uma parte que compõe o todo do processo de evolução identitária, que pode ser comparado a uma bola de neve, crescendo paulatinamente à medida que progride.

Sanjorge não classifica a identidade apenas como um processo permanente, mas também como um fantasma, onde refere que o fantasma existe, mesmo que a sua existência não se efetive de forma corpórea no indivíduo⁴, trata-se apenas de um estado mental. Sendo assim, a identidade na qualidade de fantasma não materializável de forma corpórea, não pode ser tratado como conceito elaborado a partir de uma existência material. Não existe, desta forma, algo que se possa conjeturar em torno de qualquer espécie de relação do termo identidade com qualquer plano de verdade respectivamente a um ser corpóreo, apenas mera crença, paixão ou desejo⁵, sentimentos que, como todos eles, são imateriais.

Mas, no entanto, a identidade mesmo sendo um conceito imaterial continua a ter uma missão específica para com os seres corpóreos, a missão de os tipificar, classificá-los, localizá-los, ordená-los, dispô-los e manobrá-los. Tipificação esta que, na modernidade, significou sempre uma construção ligada à alienação, onde o sujeito não se descobre a partir de si, mas sim a partir de um relato de uma identidade pré estruturada que lhe foi atribuída como possibilidade de ser. Tornando a futura vida deste sujeito numa perpétua dicotomia entre êxito e fracasso, louvor ou recriminação, que leva o sujeito a buscar incessantemente um certo tipo de aprovação externa. Aprovação essa que, caso não adquira, será prontamente rotulado de desalinhado face ao caminho em direção à pretensa “virtude” e, portanto, é aos olhos dos seus circundantes, um sujeito que necessita de intervenção, de modo a ser devolvido à ordem vista como “natural”⁶. Aparentando, desta forma, algo semelhante a um sistema de controlo e domínio por alienação.

O termo identidade em si, de um modo geral, como agente classificador, utiliza

³ Sanjorge, 2005: “*Identidad y política*” In: *A Parte Rei*, nº140 pp. 1-4

⁴ Idem, *ibidem*

⁵ Idem, *ibidem*

⁶ Idem, *ibidem*

a diferença como instrumento para o reconhecimento do seu semelhante⁷. É precisamente na utilização da diferença como instrumento que se torna possível estabelecer uma fronteira entre os “nossos” e os “outros” sendo, os nossos, considerados como possuidores da identidade protótipo. Protótipo esse que funciona como uma camisa de forças para quem não se enquadra no mesmo⁸. Tudo o que for diferente, classifica-se como “o outro”, logo, estará aprisionado nessa camisa de forças que o subjuga, estereotipa e o submete ao gueto, que não terá forçosamente de ser físico, podendo este ser um gueto social imaginário mas, não obstante, existente. A identidade estabelece assim uma bifurcação entre o campo das vivências permitidas e o campo das vivências “bárbaras” conducentes a um suposto abismo. Que serão todos os tipos de vivências – desviantes do caminho da suposta virtude – não incluídas nas definidas como as “nossas” vivências.

É precisamente através deste padrão de vida, socialmente visto como “obrigatório”, que a lógica das identidades no paradigma da modernidade perverte o indivíduo, convertendo-o em sujeito, fazendo dele um elemento integrante de determinada ordem, elemento sobre o qual se apoia todo o peso da administração racional e tecnocrática, submetendo-o a um modo de vida específico⁹.

Em suma, a identidade assenta em pressupostos pré-concebidos, nos quais o indivíduo é embebido desde o seu nascimento e, sob os mesmos, é coagido a seguir um certo e determinado modo de vida, sob certas e determinadas regras de conduta, tornando-se num sujeito. Modo de vida e regras de conduta essas que, se o mesmo desconsidera ou ignora, passa a ser classificado como um ser socialmente inapto e desalinhado dos caminhos da virtude. Mas, caso este sujeito aceite e acredite na sua sujeição identitária, este passará a defendê-la pelo puro e simples facto de ser sua, sem ter em conta qualquer tipo de critério racional. Daí o termo “identidade” ser um objeto não-racionalizador, mas apenas crença, desejo ou paixão.

⁷ Idem, p. 5

⁸ Idem, ibidem

⁹ Idem, ibidem

2) A política como processo racional e de construção conjunta por intermédio do confronto do discurso.

No caso da política, esta é – se não for pervertida – o total oposto do conceito identidade. A política, por seu turno, assenta a sua essência no pilar da racionalidade, através da construção conjunta da ação e da decisão política por intermédio do confronto do discurso.

Para que tal aconteça da forma mais profícua, o discurso político não deve em tempo algum ser interpretado como verdade, deve sim ser visto como um discurso alvo de debate, passível de ser questionado, interpolado e corrigido, aceitando as regras fundamentais do jogo do dialogo. O discurso já não procura a verdade mas sim, pensar em conjunto, ser em conjunto e construir em conjunto¹⁰.

O discurso político já não se trata de um sistema de imposição de uma identidade sobre outra, trata-se sim, da construção de um caminho comum através do choque de pontos de vista que, em conjunto, se constroem e desconstroem para alcançar um consenso, sem que haja qualquer tipo de domínio de uma ideia de uma hipotética verdade superior sobre todas as outras¹¹.

A política não pode ser um lugar onde se define e impõe, de forma egocêntrica e solipsista, um só discurso e um só imaginário, deve ser o lugar onde a comunidade se constrói a ela mesma e onde esta legisla a sua liberdade. E, para isso, a política deve entretanto reconhecer que, para poder construir esse imaginário de tolerância e participação, a mesma terá de assumir uma posição desvinculada de qualquer posse da verdade¹². Ao invés disso, pressupõe-se que deverá assumir o seu papel de conglomeradora de discursos e de fomento da construção conjunta do progresso da comunidade.

A política não poderá também deixar-se cair no logro do ideal platónico de governo, de que, só alguns estão aptos para a política como graduados ou académicos, o que não significa também que a ignorância seja benéfica, o que deve ser rompido é o vínculo estabelecido entre conhecimento e verdade¹³. Sanjorge insiste que, esta separação, tem de existir de modo a que a política não se desvie do seu propósito. Para que a

¹⁰ Idem, pp. 2-3

¹¹ Idem, ibidem

¹² Idem, ibidem

¹³ Idem, ibidem

política não seja pervertida há que saber separar os termos “política”, “discurso político” e “conhecimento” de qualquer conexão com o termo “verdade” pois, este termo, fica a cargo do julgamento do indivíduo, não da política. Esta apenas faz colidir os diversos conhecimentos e discursos políticos, fomentando o debate e a reflexão como principais agentes e sustentáculos da construção da Pólis.

Por fim, é de realçar que, a política para além de um modo de vida, deve ser principalmente uma tarefa de serviço público, sem qualquer tipo de outros interesses endógenos que pervertam a sua finalidade que, logo, terá sempre em todo o tempo de ser um serviço de direção exógena e nunca, em momento algum, endógena. É esta a formula que a política tem de almejar para gerar uma comunidade onde sejam possíveis a livre determinação e o desenvolvimento dos projetos de vida dos seus cidadãos¹⁴.

3) Identidade *versus* globalização

Ao longo das décadas mais recentes, têm coexistido paralelamente ao nível global, dois processos distintos. São eles, a globalização por um lado e, a reafirmação de diversas identidades culturais – de carácter religioso, étnico, nacionalista e territorial – por outro. Ambos os processos se inter-relacionam na medida em que, na prática, são o némesis um do outro, no sentido em que a expansão de um significa a supressão do outro. Neste caso, a homogeneização cultural provocada pela expansão da globalização, conglobera numa ameaça para as identidades específicas das culturas locais. O que faz emergir o medo da perda das referências culturais, às quais os povos se sentem afetivamente ligados, medo esse, que origina conflitos e reivindicações em torno da preservação dos valores e das identidades locais e regionais.¹⁵

Na ótica de Castells, o facto de estes dois processos distintos estarem a ocorrer em simultâneo não se trata de uma coincidência histórica mas sim, de uma relação sistémica, onde surgem duas perspectivas face à globalização e à emergência mundial da cultura cosmopolita provocada por ela. Uma perspectiva considera que a homogeneização cultural do mundo é negativa por, alegadamente, diluir a diversidade cultural,

¹⁴ Idem, *Ibidem*

¹⁵ Castells, 2010: “*Globalization and Identity*” in: *Quaderns de la Mediterrània*; nº 14. p.89

a outra perspectiva considera que, os particularismos e o apego popular às suas identidades caminham para serem ultrapassados, no sentido de fundir uma espécie de cultura universal indiferenciada na qual, aceitaremos fazer parte de uma cultura uma comum a todos os seres humanos.¹⁶

Está em curso – por intermédio da globalização – a eclosão de uma cultura universalista superior aos valores identitários (muitas vezes este fenómeno é, para Castells, erroneamente apelidado de americanização do mundo) e da ideia que estes valores identitários caíram na irrelevância e que, são nada mais que ideias regressivas. Para Castells, esta visão é uma mera continuidade da idiossincrasia das duas grandes correntes ideológicas do mundo contemporâneo, o liberalismo e o marxismo. Ambas as correntes se baseiam na rejeição das construções identitárias históricas, religiosas e étnicas, com o propósito de afirmar a predominância de um novo ideal, o do “cidadão do mundo” no caso do liberalismo e, o do “homem soviético” no caso do marxismo. Precisamente neste tempo histórico em que vivemos, especialmente na Europa, está instituída uma ideologia dual que congloera liberalismo e marxismo, comumente conhecida como social democracia, ideologia que considera que as identidades são sempre suspeitas e perigosas, com tendências para o discurso fundamentalista, seja ele religioso, étnico ou nacionalista.¹⁷

Castells evidencia, no entanto, que está empiricamente comprovado que existe uma persistência destas identidades e construções identitárias culturais como fundamentais elementos de significado para os povos, tal como está provada também, a transformação destas identidades. Este coloca em evidência estudos levados a cabo por Pipa Norris no início e finais dos anos noventa, que faziam uma estimativa ao nível mundial da percentagem de pessoas que se consideravam em primeiro lugar cosmopolitas, nacionalistas ou regionalistas. Esta estimava que apenas 13% se consideravam em primeiro lugar cosmopolitas, que 38% se consideravam primeiro nacionalistas e que, 49% se consideravam regionalistas, ou seja, que davam primazia à sua identidade regional acima da sua identidade nacional, parcela onde se encontravam incluídos os habitantes da Catalunha e do País Basco. Porém, mais à frente neste estudo, quando Pipa Norris se começa a debruçar em zonas específicas do globo, denota que a área geográfica onde se regista a mais elevada percentagem de cidadãos que se identifica

¹⁶ Idem, ibidem

¹⁷ Idem, p. 90

mais com as identidades regionais do que com a identidade nacional, registando uma percentagem de 61% de preferência da identidade regional é, de facto, a Europa do sul. Demonstrando a resistência e persistência que as identidades em geral conseguem exercer face ao processo de globalização.¹⁸

Castells não demonstra reservas em referir que a combinação do processo de globalização (no qual os processos de criação de poder, riqueza e informação são globais) com as identidades (cujos processos de construção de significados são específicos para cada cultura e identidade) levaram à atual crise do Estado-nação, no sentido de este já não ser uma ferramenta eficiente para a gestão e resolução de problemas. Problemas esses que são cada vez mais globais, e cada vez menos resolúveis a partir da esfera nacional, o que fará emergir uma crise mundial de capacidade de representação num mundo de pluralidade cultural.¹⁹

Em primeiro lugar, há que clarificar que a globalização não é uma ideologia, mas sim, um processo de estruturação objetiva do todo da economia, das sociedades, instituições e culturas. Processo esse que, possui uma infraestrutura tecnológica que não resulta como causa da globalização, mas como que um dano colateral. As principais causas da globalização são as estratégias económicas, os desenvolvimentos culturais e a criação de mercados, causas essas que, não poderiam existir sem a existência da tal infraestrutura tecnológica. Condição que permite que o capital financeiro se mova facilmente ao nível global, sendo possível hoje, que milhares de milhões de euros, ou dólares, possam ser transferidos em segundos de um investimento para outro noutra parte do mundo, esta capacidade de comunicação e construção de informação deve-se à infraestrutura tecnológica como dano colateral da globalização.²⁰

E, é por isso, que Castells afirma que esta globalização não é igual a outras globalizações anteriores, por ser baseada nas tecnologias da informação e da comunicação, que permitem o derrubar de barreiras e distâncias entre países. Adianta que, esta globalização é simultaneamente inclusiva e exclusiva. Inclusiva para tudo o que acresce valor e exclusiva para tudo o que não acresce valor. O que transforma esta globalização económica numa globalização seletiva. Sendo por isso que, todos os tipos de Estado, governos e negócios de cada país se tentam posicionar e incluir nesta rede

¹⁸ Idem, ibidem

¹⁹ Idem, ibidem

²⁰ Idem, pp. 90-92

global de valor porque, fora dela, não existe crescimento, não existe desenvolvimento e não existe riqueza. Fazendo com que, não existindo em certos países, regiões ou setores da população, a possibilidade de investimento de capital financeiro ou de tecnologias, estas franjas passam a ser marginalizadas pela economia global. Daí, Castells afirmar que esta globalização é simultaneamente inclusiva e exclusiva, não se tratando de uma oposição entre norte e sul, mas sim uma oposição entre quem se encontra nesta rede e quem se encontra fora dela.²¹

Acontece que, a opinião pública recentemente tem vindo a desafiar este tipo de globalização exclusiva, realçando as disparidades entre os vários setores da sociedade marginalizados que não beneficiam dela face aos que beneficiam extraordinariamente bem dela. Não é possível afirmar que a globalização é totalmente positiva ou totalmente negativa, essa análise dependerá sempre de quem faz a análise, onde a faz, como a faz e para quem a faz.²²

Todavia, aquilo que sucedeu foi que, de modo a gerir a globalização e intervir nela, foram os Estados que a estimularam, não sendo de todo verdade que as grandes globalizadoras sejam as empresas multinacionais. Do ponto de vista empírico, os grandes globalizadores foram os próprios Estados, que puseram em marcha grandes planos de liberalização e desregulação, em simultâneo com a existência dessa infraestrutura tecnológica que viria a servir de incubadora para o processo de globalização. Dito de outra forma, a globalização do capital e do comércio internacional não depende apenas da existência de tecnologia ou de estratégia comercial para se globalizar, depende também dos Estados que permitam a liberalização, a desregulação, a privatização e a remoção de barreiras, que é o que estes têm feito. O que, em certa medida, faz com que todos os Estados tenham sido os principais atores da liberalização e da globalização o que, conseqüentemente, fez com que estes se distanciassem de certa forma da sua base histórica de representação e legitimação política.²³

Exemplo disso mesmo é o próprio projeto europeu, onde os países europeus foram forçados a organizarem-se de modo a conservarem alguma relevância num panorama internacional em que nem sequer os EUA possuem capacidades de controlo

²¹ Idem, p. 92

²² Idem, ibidem

²³ Idem, ibidem

económico deste, mesmo sendo o que detém mais capacidades para tal. Tal dá-se, devido à circunstância de ninguém na realidade conseguir controlar os mercados financeiros globais, nem os investimentos e estratégias das grandes multinacionais. A União Europeia constituiu-se como uma rede de Estados que formam, em conjunto, um novo tipo de Estado, onde a gestão política institucional depende de vários governos de Estados-Nação que trabalham em conjunto, negociando constantemente e que, partilham soberania mantendo um certo grau de autonomia, sempre respeitando as redes globais de capital, tecnologia, comércio e meios de comunicação social.²⁴

Por outro lado, os países europeus criaram também superestruturas institucionais internacionais como a NATO, a Organização Mundial de Saúde, o Tratado Ambiental entre outras organizações.

Ao mesmo tempo, de modo a desacelerar a crise de legitimação do Estado-Nação, é observado na Europa um esforço de descentralização virado para os Estados subnacionais, para as nacionalidades históricas, para as regiões e povoações. O que faz com que, esta nova estrutura estatal da Europa, não localize o Estado-Nação como eixo central, mas sim como um dos nós de uma rede supranacional, aquilo a que Castells chama de sistema infra-Estado-Nação e ao mesmo tempo, sistema co-Estado-Nação. O que faz com que, nesta lógica, o Estado-Nação não tenha desaparecido devido à globalização, mas antes tenha sido obrigado a efetuar uma manobra de sobrevivência que, os obrigou a fazer cedências de soberania e a distanciar-se do seu modelo de representação política tradicional. Algo que fez com que os seus cidadãos tivessem que aceitar não só, que o que acontece em certas regiões ou cidades pode não refletir aquilo que acontece no resto do país, como também que, passou a existir uma lógica de gestão global associada ao Estado-Nação. Factos que colocam os mecanismos de representação muito mais distantes dos povos, não ausentes, mas sim distantes.²⁵

Esse tipo de distanciamento provoca reações populares que acusam os governos de falta de representação, o que não é de todo rigoroso, visto que, esses governos possuem assento nos centros de decisão que possibilitam este *status quo*, como a Organização Mundial do Comércio por exemplo. Existe representatividade de facto, pelo menos

²⁴ Idem, pp. 92-93

²⁵ Idem, ibidem

no seio dos países democráticos que elegem os seus representantes. Estas reações populares, diz Castells, significam alguma coisa. Significam que os povos sentem de facto diferenças em relação ao nível de representação que notam na política interna, face ao nível de representação – muito mais distanciada – que notam vindos das políticas económicas mundiais, que os fazem sentir que os mecanismos de representação estão perdidos ou viciados. É neste ponto que aparecem as correntes mais radicais que afirmam que os mecanismos de representação já não existem, e que é necessário criar novos mecanismos.²⁶

É precisamente neste ponto que, devido à expansão da globalização e à fraca reação dos Estados face a este fenómeno, começa a criar-se um fosso entre representantes e representados, o que leva os representados – devido ao seu sentimento de orfandade – a desenvolver comportamentos coletivistas e identitários. Isto porquê? Porque na medida em que estes se começam a sentir órfãos do Estado – entidade que tem o dever de os defender e representar – cujas instituições já não são fiáveis na proteção dos seus interesses e no fomento dos seus projetos de vida, os povos começam a revelar uma tendência para começar a reconstruir o seu significado de vida baseados em sentimentos de carácter histórico. E é precisamente aí que emergem as identidades.²⁷

Castells define a identidade como “um processo de construção de significado com base em características culturais que permitem que os povos encontrem um significado e um sentido para o que fazem das suas vidas”. E, neste caso, o que acontece é uma reconstrução desse mesmo significado e desse sentido de vida, quando um povo sente que aquilo que tinha como referência de organização e pertença – que na modernidade era o Estado – está perdido. Esse Estado é dado como perdido quando deixa de servir como referência coletiva baseada na identidade, e passa a ser um mero agente da globalização.²⁸

Castells adianta que, estas identidades coletivas, são em geral construídas com características históricas na medida em que, no seu ponto de vista, estas identidades são claramente construídas e não espontâneas, afirmando que não tem conhecimento de nenhuma forma cultural que não tenha sido construída. Para o autor, tudo é construído com materiais de experiência pessoal. Experiência pessoal essa que, tem uma

²⁶ Idem, ibidem

²⁷ Idem, pp. 93-94

²⁸ Idem, p.94

densidade e espessura histórica, cultural, linguística e territorial. Este deixa várias questões no ar tais como: Como se constrói uma identidade? Quem a constrói? Para que se constrói? Quem se consegue identificar com ela?

Na sua teoria, Castells distingue três tipos de identidade coletiva que este observou empiricamente.

Ao primeiro tipo chama-lhe “identidade legitimadora”, que é construída por instituições, em particular o Estado. É disso exemplo, a identidade nacional Francesa, que foi construída pelo Estado francês após a revolução de 1789, ano em que apenas 13% do território de França falava francês, língua da *Île-de-France*. Foi, de facto, o Estado francês que construiu a nação francesa e não o contrário. Chegando mesmo Castells a dizer que, a identidade nacional francesa foi a única na Europa que foi bem construída por parte do Estado. Construiu-se primeiro, através da repressão, como todas as identidades construídas por Estados, e foi delapidada pela Terceira República, que instituiu o modelo cultural do *petit citoyen français*. De outro lado, mas dentro do mesmo espectro de “identidade legitimadora”, está a identidade americana, também ela revolucionária, porém diferente, pois, construiu uma forte identidade nacional onde não existiam quaisquer tipos de princípios tradicionais identitários, sendo construída com base no Estado e na Constituição, sob os valores da multiculturalidade e da multietnicidade.²⁹

Ao segundo tipo de identidade, Castells chama-lhe “identidade de resistência”. Esta classifica-se como aquela em que um grupo social que se sente culturalmente rejeitado ou, social e politicamente marginalizado, reagindo com a construção de uma identidade própria por intermédio de características históricas, de modo a confrontar a assimilação a um sistema onde este grupo social considera que, a sua posição, seria sempre a de um agente estruturalmente subordinado. São disso exemplo as minorias indígenas e étnicas, que formam estruturas de resistência, de modo a combater a posição de marginalização em que o fenómeno da globalização os coloca. Estas minorias reagem em grupos por via de a sua voz, como cidadãos, ser fraca e irrisória, não lhes garantindo resultados na representação dos seus direitos.³⁰

O terceiro e último tipo é a “identidade projeto”, que se estrutura com base

²⁹ Idem, pp. 94-95

³⁰ Idem, p. 95

numa autoidentificação que pode ser de âmbito cultural, histórico ou territorial, havendo sempre um projeto de construção de um grupo social de caráter nacional ou genérico, como os movimentos feministas, LGBT ou ecologistas.³¹

Estes três tipos de identidade diferem muito entre si nas suas características fundamentais e, diz Castells, que seria um erro acreditar que é fácil passar de um para o outro, não sendo claro, por exemplo, se é possível um indivíduo passar de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto.

O autor, analisando de modo geral estas três identidades afirma que, as identidades legitimadoras acabam por se tornar manipulações ideológicas, pois, se o projeto de construção da nação – baseado no Estado – é pura e simplesmente cingido ao interesse do Estado, tal significa que todos os que não concordem com as linhas do projeto são marginalizados. Afirma também que, se as identidades de resistência não se abrirem e não construírem pontes de comunicação, correm o risco elevado de se transformarem em fundamentalismos. Declarando também que, se as identidades projeto não incorporarem nenhum tipo de substância histórica já existente, acabarão por cair na subjetividade e no descrédito, acabando por ser, a custo, assimiladas por um qualquer setor da sociedade.³²

De modo a explicar de que forma é que tudo isto pode ser balizado de forma empírica, Castells foca a sua análise em dois tipos de identidades, a identidade religiosa e a identidade nacional.

Este começa pela identidade religiosa que, na sua ótica, na Europa, já pouca importância conserva, não significando isso porém, que a religião não seja importante na cultura coletiva global dos europeus, significando sim, que a identidade religiosa já não se coloca como o princípio de identidade que guia o sentido da vida dos povos da Europa. Este adverte que, a insistência na desconsideração da identidade religiosa, levada a cabo pela maioria dos intelectuais europeus, é um ato de imprudência e ignorância pois, no resto do mundo, tal fator é de extrema importância, a começar pelos EUA e passando obviamente pelo mundo muçulmano do Mediterrâneo sul, onde a identidade religiosa é a identidade fundamental.³³

³¹ Idem, ibidem

³² Idem, ibidem

³³ Idem, p.96

Castells relembra que a identidade religiosa difere da filiação legítima ao Estado. O princípio desta filiação legítima ao Estado, como cidadão, difere totalmente do princípio do crente, como membro de uma comunidade religiosa. E dá o exemplo do princípio islâmico da *umma*³⁴, que é totalmente contrário ao princípio da criação de um Estado árabe ou de um nacionalismo de qualquer espécie num país muçulmano. Exemplo disso foi o regime de Saddam Hussein – que foi apoiado pelos EUA até chegar ao poder, de modo a defender o Iraque (zona estratégica para os EUA) do Islamismo fundamentalista – onde, quando Saddam foi derrubado, o seu regime nacionalista árabe perde o seu sustentáculo e cai igualmente, e ressurge o Islamismo no Iraque que é, no fundo, o substrato da sociedade iraquiana.³⁵

Portanto, na medida em que os Estados-Nação se provaram incapazes de gerir a globalização enquanto, ao mesmo tempo, o nacionalismo árabe falhou em geral e se vai afundando, a reconstrução e procura de significados fora da esfera do Estado emergiu. E emergiu em grande maioria com base na identidade religiosa. Acresce também a possibilidade de que esta construção seja de âmbito comunitário e num contexto de resistência, podendo vir a mover-se no sentido do fundamentalismo.³⁶

A construção das identidades nacionais que testemunhámos na era moderna baseava-se essencialmente na construção do Estado-Nação, onde o maior foco era o Estado em detrimento da nação, sendo esta, apenas um pretexto justificativo. Neste tipo de construção identitária era o Estado que construía e moldava a nação, e não o contrário. Neste sentido, Castells indaga: “A que estamos a assistir nos tempos atuais?” Respondendo: “Estamos a assistir à separação entre Estado e nação.” Hoje, os valores nacionais e os valores do Estado já não se assemelham. Os valores do Estado passaram a ser instrumentais e fora da linha do Estado-Nação, passaram a ser valores de gestão da globalização, denominando estes novos valores como identitários.³⁷

Com isto, para Castells, nações privadas de poder gerar o seu próprio Estado como a Catalunha, a Escócia e o Quebec, mas também nações com um forte sentido

³⁴ *Umma* – Comunidade de crentes que, por definição, não se expressa em forma de Estado. O Estado é apenas parte do princípio da sua legitimidade na medida em que, este torna-se islâmico e representa o interesse de Deus através do interesse do Estado.

³⁵ Idem, ibidem

³⁶ Idem, ibidem

³⁷ Idem, ibidem

nacional como França, sentem-se perdidas ou sufocadas pelo fenómeno da globalização, sentem perda de autonomia em termos de poder do Estado e sentem-se invadidos por vagas de estrangeiros provenientes de culturas resistentes à assimilação. Isto levou a que, recentemente, tenha surgido na Europa a dita “política do medo”, que consiste em estimular o medo da globalização e o medo face aos imigrantes, como forma de expressão da nação ao sentir-se traída pelo Estado. Política essa que, tem vindo a provocar sentimentos revivalistas, e que têm alimentado o surgimento de linhas ideológicas de uma esfera mais extrema que tem, ultimamente, ganho muitos adeptos e votos.³⁸

O autor adianta que, a reação nacionalista separada do Estado apresenta versões políticas diferentes. Assim sendo, a ideia da reconstrução do Estado com base na nação, acaba por questionar a identidade da própria nação. Portanto, o que se apresenta aqui é, nada mais que, um projeto de reconstrução do Estado em nome da nação, que na realidade é em nome do Estado. É um projeto nacionalista em nome do Estado, ao invés de ser um projeto nacionalista em nome da nação. A ideia central prende-se com o seguinte, assim que o Estado se encontra desprovido de energias identitárias que lhe prestem apoio no difícil jogo de cintura necessário para o Estado se locomover no mundo globalizado, esse mesmo Estado procura relegitimar-se a si mesmo com base no seu próprio povo, ou seja, a sua nação, nação essa que, em grande parte dos casos, já se encontra demasiado distanciada do Estado por acreditar que já não se sente representada.³⁹

Castells acredita que, nos dias de hoje, o mundo vive uma crise de gestão. Crise essa, provocada por vários fatores, sendo eles, os processos instrumentais do poder e da riqueza global, as instituições, o Estado-Nação que já não representa a nação e, as novas identidades contruídas com base em princípios autónomos. E, é precisamente quando os Estados se encontram em situações de crise que não conseguem gerir ou controlar, que estes se sentem dominados e assustados, o que os transporta para um estado de perplexidade e paralisia. E, é precisamente neste ponto de desespero e medo que, o Estado – um pouco à imagem do próprio ser humano – recorre ao seu método mais primário, à coerção e à violência. Isto acaba por se tornar um princípio fundamental de um mundo que vive num paradigma de complexidade crescente, onde se criam cada vez mais instituições e protocolos entre Estados, que obrigam a uma gestão

³⁸ Idem, *ibidem*

³⁹ Idem, p. 97

conjunta das mesmas e a partilhas de soberania, onde a pluralidade de identidades e o entrecruzamento das mesmas gera complexos tipos de pontes e muros entre estas. Toda esta complexidade, num momento de pânico, cai por completo, e voltamos aos velhos hábitos e princípios da utilização dos meios político-militares no sentido de impor a vontade e o interesse do Estado. Como consequência, a dita “política do medo” globaliza-se.⁴⁰

Castells garante que, estruturalmente, existe uma locomoção da evolução do mundo que, por um lado, se pode mover na direção da complexidade, da pluralidade e da interdependência porém, por outro lado, caso existam agentes poderosos que, tirando partido desse paradigma, decidam impor a sua vontade, a longo prazo poderão surgir mudanças profundas, pois, não nos podemos esquecer da importância da relação entre estrutura e agente. Relação essa onde, é a estrutura que gera o ordenamento dentro do qual os problemas surgem, todavia, são as decisões dos agentes que têm sempre a última palavra.⁴¹

É justamente aí que pode residir o perigo, pois, os agentes podem não compreender a estrutura. Castells apresenta George W. Bush como exemplo, provavelmente por via de a respetiva presidência ter acabado pouco tempo antes de o autor ter escrito este artigo. O autor aponta Bush como exemplo devido ao facto de este, mesmo consciente das exigências da globalização e da pluralidade cultural, tomar decisões de forma intransigente e à margem da estrutura.⁴² Se o artigo fosse mais recente, talvez o autor desse como exemplo também Donald Trump e a sua linha de decisão contra a linha da estrutura.

O autor reconhece que, pode existir Internet, pode existir globalização e pode existir pluralidade cultural, porém, se de outro lado existir censura, poder coercivo e tecnologia que possam estar ao serviço da força militar e possam gerar uma dinâmica unilateral, o mundo pode deslocar-se para um caminho diferente do projetado. E, adianta que, a falta de entrosamento entre as estruturas económicas, culturais e institucionais com os instrumentos políticos culminará quase sempre em caos.⁴³

Castells trás para o seu raciocínio a cimeira das Lajes – ocorrida nos Açores em

⁴⁰ Idem, ibidem

⁴¹ Idem, ibidem

⁴² Idem, p.98

⁴³ Idem, ibidem

março de 2003 – onde se reuniram, como o próprio lhes chama, “quatro impérios cristãos ocidentais, ou o que restava de alguns”, eram eles os Estados Unidos da América, o Reino Unido, Portugal e Espanha. Os governos destas quatro nações, nas pessoas de George W. Bush, Tony Blair, Durão Barroso e José María Aznar, reuniram-se nas Lajes e, no final da cimeira, transportavam uma mensagem dramática. De que o mundo se estava a tornar num lugar muito inseguro e muito complicado e, que necessitava de sofrer uma intervenção, de modo a torna-lo mais simples, sendo reduzido ao máximo para um modelo de sociedade tido como melhor e mais desejável e, por menos surpreendente que seja, esse modelo de sociedade era o nosso. O modelo ocidental. E, como tal, este modelo de sociedade teria de ser em muitos casos imposto, e nós, o ocidente, teríamos que possuir a audácia e a capacidade de o impor quando necessário. E naquele momento, estes quatro impérios acharam que seria necessário, pois, segundo Castells, em primeiro lugar o mundo seria mais controlável, porque seríamos nós a controlá-lo e, em segundo lugar, seria um mundo melhor para todos, porque a nossa civilização é superior a todas as outras. Estes são os dois brocardos da lógica imperial, lógica essa que consiste em crer que a nossa ação civilizadora é a única que está certa e que, por isso, é legítima, justificando a violência se esta for necessária para a impor, tudo em prol do bem maior e da salvação dos povos da sua própria miséria.⁴⁴

O autor destaca que, um dos grandes chavões cunhados pela ciência política americana nos últimos anos é o termo “Estado falhado”. Cujas definições, os coloca como Estados onde os governos perderam a capacidade de se enquadrar com os seus próprios cidadãos, sendo incapazes de fazer uma apropriada gestão da sociedade e dos recursos da mesma. E, relativamente a estes ditos “Estados-falhados”, há quem, dentro da ciência política americana, defenda que – devido a existirem bastantes Estados deste género que, pelas suas características, começam a servir de incubadoras de terrorismo e, ao mesmo tempo, são países que albergam importantes recursos naturais para o mundo – se deva criar uma consciência global controlada pelos países ocidentais, de modo a fazer uma mais fácil gestão dos recursos naturais do mundo em benefício dos seus habitantes e do planeta em geral, com a simples explicação de que o faríamos melhor.⁴⁵

Dito de outra forma, totaliza Castells, este objetivo civilizador é, nada mais

⁴⁴ Idem, ibidem

⁴⁵ Idem, ibidem

nada menos que, um objetivo idêntico ao das, acima referidas, “identidades legitimadoras” baseadas no poder do Estado.

Todavia, esta mesma identidade legitimadora, encontra-se hoje confrontada por identidades de resistência que, um pouco por todo o mundo, vão construindo barricadas utilizando identidades que se dizem de caráter particular e contra corrente.

Castells conclui então que, entre estes dois tipos de identidade, a identidade de resistência possui a capacidade para se transformar numa identidade projeto, daquelas que dão primazia a características com as quais a maioria dos membros de uma sociedade se conseguem identificar, tanto no passado, como no presente. E, para o autor, essa capacidade acaba por ser a única coisa que pode salvar o mundo de uma sociedade dominada por grandes aparatos de poder e agrupamentos fundamentalistas.⁴⁶

4) O perigo de sequestro da política por via da sedução da identidade num paradigma de esgotamento das utopias existentes.

Desde o final da II Guerra Mundial que grande parte dos países europeus vivem orientados pela utopia do Estado de bem-estar social, também conhecida por Estado social ou Estado-providência. Utopia essa que, como o nome indica, dá primazia ao bem-estar dos povos, providenciando-lhes certos serviços considerados básicos – relacionados em grande parte com a saúde, a educação e o emprego – para uma vida confortável, segura e (na perspectiva dos seus defensores) digna. Utopia essa que, segundo Jürgen Habermas, vive uma crise motivada por um aparente esgotamento das suas energias utópicas.

Nessa linha, Habermas apresenta o termo “espírito de época”, entendido por si, como o intermediário entre o pensamento e o debate político e, que recebe o impulso de duas correntes de pensamento antagónicas, mas que, porém, se encontram mutuamente conexas e embrenhadas. São elas, o “pensamento histórico”, portador da experiência, do conhecimento e do realismo e; o “pensamento utópico”, portador da ambição, da exuberância e da irreverência⁴⁷. O primeiro é tendencialmente associado ao

⁴⁶ Idem, *ibidem*

⁴⁷ Habermas, 1987: “*A nova intransparência*”. In: *Novos Estudos – CEBRAP n°40* pp. 103-105

conservadorismo, ao passo que o segundo é tendencialmente associado ao progressismo. Mas, apesar de todo o antagonismo entre ambos os termos, estes paradoxalmente complementam-se na sua actuação, servindo de contrabalanço um do outro. Habermas alega que, quando o pensamento político quer lutar contra o fardo dos problemas actuais e se vê contaminado por um espírito de época modernista, este fica carregado de energias utópicas. Energias essas que transportam consigo um elevado excesso de expectativas, excesso esse que vai ter de, inevitavelmente, ser atenuado pelo contrabalanço do conservadorismo da sua experiência histórica. E, é desta forma que ambas as correntes se moderam mutuamente, o pensamento utópico estabelece as fasquias para uma vida digna, socialmente organizada e em clima de felicidade, enquanto que o pensamento histórico evidencia expectativas mais realistas⁴⁸.

São estas energias utópicas que constituem o combustível do pensamento utópico delimitador de fasquias e, quando estas energias entram em crises existenciais e/ou estados letárgicos de esvaziamento ideológico, este pensamento pura e simplesmente perde a sua força e vivacidade. E, segundo Habermas, ganharão mais poder e influência as contra-teorias, famintas de proferir que as forças de incrementação de poder – de onde a modernidade costumava colher a sua autoconsciência e expectativas utópicas – transformaram autonomia em dependência, emancipação em opressão e racionalidade em irracionalidade⁴⁹.

De acordo com Habermas, essas contra teorias – que vêm preencher este vazio – assentam, na sua maioria, numa matriz neoconservadora e de carácter identitário, críticas das utopias em processo de esvaziamento ideológico. Teorias essas que, formam movimentos políticos sob essa mesma índole, que se aproveitarão dos tempos de crise para seduzir estratos de eleitores em mobilização ascendente, que se auto idealizam como uma espécie de “legítima classe produtiva” – que se sentem de certa forma injustiçados com o estado do Estado social vigente, do qual usufruíram constantemente – e desenvolvem uma mentalidade de protecção das regalias alcançadas, todos unidos em bloco contra os grupos sociais menos favorecidos ou marginalizados que, para a classe conservadora, não passam de uma desarticulada minoria segregada do processo de produção, tal como os acima referidos “seres socialmente inaptos”, desalinados

⁴⁸ Idem, ibidem

⁴⁹ Idem, ibidem

dos caminhos da virtude e das vivências identitárias socialmente permitidas. Fenômeno este que coloca, paradoxalmente, em risco os partidos políticos de corrente ideológica Social-Democrata, Trabalhista ou Socialista, cujo eleitorado, assentava nas massas a favor da conservação do Estado Social⁵⁰.

Resumidamente, estas emergentes contra teorias de índole neoconservadora pretendem, em geral, um abandono definitivo dos compromissos socio-estatais generalizados. O que, para Habermas, iria criar vazios sociais funcionais que só poderiam ser preenchidos através de repressão social e/ou desamparo social⁵¹.

Habermas identifica, no meio desta crise do Estado de bem-estar social, uma mudança de paradigma que se poderá colocar como hipótese para a justificação da mesma. O autor denota que os acentos utópicos estão em derivação do conceito da “sociedade do trabalho”, para o conceito de “sociedade da comunicação”, estando em curso uma mudança de paradigma, o que, hipoteticamente, estará a motivar este esvaziamento utópico pois, quando secam aquilo a que o autor chama de “oásis utópicos”, estende-se um deserto de banalidade e perplexidade, até que o novo paradigma se estabeleça no vazio deixado pelo anterior⁵².

Uma mudança de paradigma pressupõe também uma transformação das ditas “formas de vida” possíveis, que estavam devidamente dispostas de acordo com as exigências da sociedade do trabalho e, sofrerão uma mutação nesta transição de paradigma. Transição essa que Habermas classifica de confusa pois, a sociedade da comunicação apresenta uma desenvolvidíssima infraestrutura comunicativa de formas de vida possíveis⁵³.

Totalizando. Se, como afirma Habermas, nos encontramos num paradigma de esgotamento utópico e de transferência de utopia, subjaz uma possibilidade de sequestro da Política (objeto racionalizador) por parte da sedutora Identidade (objeto não-racionalizador). Estes fenómenos transitórios, tendem a originar contra teorias de índole conservadora e com forte recurso ao apelo identitário não racionalizador, utilizando argumentos classificadores, tipificando e classificando sob a sua visão o legítimo

⁵⁰ Idem, pp. 108-110

⁵¹ Idem, p. 111

⁵² Idem, p. 114

⁵³ Idem, ibidem

e o ilegítimo, o alinhado e o desalinhado, e gerando “guetização” e marginalização de certos e determinados grupos geralmente minoritários. É neste seguimento que se ergue o risco de sequestro da Política como objeto que debate, questiona e racionaliza a realidade, por parte de uma sedutora Identidade não racionalizadora, discriminatória e hostil à diferença, que contamina e imobiliza o pensamento político racional. Mas que, no entanto, como exemplifica Castells, essa sedutora identidade não se intensifica ao acaso. Essa intensificação deve, no entanto, ser tida em consideração, no sentido em que se trata de um indicador de que se está a desconsiderar uma malha da sociedade que, dadas as circunstâncias, começa a sentir-se como uma minoria impotente, o que faz com que essa malha da sociedade forme identidades de resistência e levante barricadas, com as quais o dito progresso da globalização terá que lidar. Progresso esse que, acaba por ser também responsável pelo próprio problema, por via de ter desconsiderado certas malhas da sociedade.

Capítulo II

O Espírito Unificador Europeu

1. *A Herança Imperial Greco-Romana*

Não seria de todo possível abordar o tema do espírito agregador dos povos europeus sem remontar ao seu legado proveniente da época clássica, das Cidades Estado gregas, do Império Grego de Alexandre e do seu sucessor, o Império Romano. Foi precisamente neste período temporal que foram deitadas à terra as sementes da base civilizacional dos mais diversos povos que, posteriormente, floresceram e se ramificaram neste pequeno subcontinente graciosamente acidentado e irreverentemente alojado entre os Urais e o Atlântico.

Foi ainda antes de existir uma “Grécia” no território onde ela hoje assenta que, as diferentes cidades Estado desenvolviam e definiam aquilo a que Francisco Lucas Pires chamou de “primeiros grandes modelos da governação ocidental”, sendo eles, a Monarquia, a Aristocracia e a Democracia⁵⁴. Linhas conceptuais que se opunham à degenerescência em Tirania, Oligarquia e Demagogia, modelos que na visão das cidades Estado gregas estavam associados aos povos asiáticos, mais tarde denominados por “bárbaros”, levando Heródoto a classificar as posteriores “guerras médicas” greco-persas como guerras entre a “liberdade grega” e o “despotismo asiático”⁵⁵.

Guerras essas, onde através da união das diversas cidades Estado – entre as quais Atenas, Esparta, Téspias e Tebas – se criou o espírito grego inexistente até então, dizendo-se que foi frente ao perigo persa, que a Grécia descobriu a sua identidade. Até então não existia uma consciência grega entre cidades que não estavam integradas num espaço comum, nem obedeciam aos mesmos soberanos. Unia-os apenas uma língua que ainda assim possuía grandes diferenças dialéticas de cidade para cidade. Perante a ameaça persa, as cidades Estado passam a olhar para si mesmas como uma comunidade grega de homens livres, onde os respetivos cidadãos compartilham um conjunto de direitos políticos, comunidade essa agora sobressaltada pelo perigo de poder ser absorvida pela tirania oriental.⁵⁶

⁵⁴ Lucas Pires, 1992: “*Europa*” p.69

⁵⁵ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” p.11

⁵⁶ Idem, *Ibidem*

Precisamente ao mesmo tempo que se construía o mito grego, construía-se também o mito “bárbaro” que, de forma literal, definia os povos que não se sabiam expressar em grego mas que, de modo geral, definia o “Ser” diferente, proveniente das culturas antagónicas à cultura das cidades Estado, exterior aos valores de liberdade gregos. Perspectiva desvalorizada por Josep Fontana que alega mesmo que os contrastes entre a liberdade grega e o despotismo asiático não passavam de conceções meramente ilusórias visto que, nem a própria democracia ateniense era por si igualitária.⁵⁷

Os povos gregos sentiam-se diferentes face aos povos ditos “bárbaros”, justificando também essa diferença de uma forma muito peculiar, evidenciando o clima! Os gregos evidenciavam que, na Europa o clima era temperado e variado, estando bem demarcadas as quatro estações do ano e, no seu entender, as oscilações entre calor e frio tornavam os povos versáteis e ativos, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista mental. Situação que propiciava as condições necessárias para a existência de um ambiente político vívido e criativo. Já, na Ásia e no norte de África, as circunstâncias mudavam, aí o clima era mais uniforme e também mais tórrido, o que, no entender dos gregos, tornava o corpo e mente menos versáteis, mais relaxados e conseqüentemente mais vagarosos. Essa condição, no entender dos gregos, tornava os povos mais conformados e inativos, o que abria espaço para que fossem mais facilmente dominados pela tirania e pelos regimes despóticos não democráticos, antagónicos aos valores gregos e, portanto, “bárbaros”.⁵⁸

Não obstante, o termo “bárbaro” nasceu e cresceu associado aos conceitos negativos da maldade e do terror junto da opinião pública da sociedade grega, enquanto esta, por si própria, construía também ela a sua identidade comum. Algo que era enfatizado através do teatro grego onde, por volta do sec. V a.C., cerca de metade das tragédias relatavam uma quantidade de horrores como incestos, crimes e sacrifícios humanos sempre protagonizados por personagens “bárbaros” de modo a caracterizar o diferente, mas sobretudo diferenciá-lo do grego e incutir repulsa.⁵⁹ Como que, se a sociedade grega, manifestasse a intenção de proteger a sua ainda frágil e jovem identidade

⁵⁷ Idem, p. 12

⁵⁸ Rietbergen, 1998: “*Europe – A cultural history*” p. 33

⁵⁹ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” pp. 11-14

através da criação de uma imagem de um *Doppelgänger*⁶⁰ sombrio e tenebroso, cuja existência e conjunto de valores “antagônicos” atormentariam e corromperiam a identidade grega em construção e que, a todo o custo, teria de ser renegado do seio da mentalidade popular.

Mais adiante na história, com Alexandre o Grande, dá-se uma mudança substancial, quer no que diz respeito à própria Grécia e à sua cultura, quer no que concerne à abordagem face ao “bárbaro”. Alexandre era filho de Filipe II, príncipe da Macedónia, principado esse que controlava parcialmente em 336 a.C. as cidades Estado gregas. Mas, apesar de macedónio, Alexandre fora criado em Atenas rodeado pelas tradições clássicas e pensamento atenienses, incutidos por Aristóteles que fora seu mestre. Quando o seu pai é assassinado, numa altura em que planeava uma incursão contra os Persas, Alexandre sobe ao trono e segue as pisadas do expansionismo do seu progenitor, concretizando as suas intenções, conquistando totalmente a “Grécia” bem como todo o mundo grego da Ásia Menor, as cidades mercantis do Levante, o Egipto e extensas partes do império Persa, levando a todos estes lugares a cultura e a língua grega, factores de união daquela que viria a ser chamada civilização Helénica.⁶¹

No que diz respeito ao comportamento face ao “bárbaro”, as circunstâncias políticas da manutenção de um império que se havia expandido pelo oriente dentro, obrigavam a que fosse facilitada a incorporação do “bárbaro” que se quisesse integrar na comunidade helénica. Circunstância que levou Alexandre a assimilar certos grupos dirigentes indígenas, de quem necessitava para administrar tão vasto território.⁶²

Alexandre desejava conquistar o mundo para o unificar ou, como disse Plutarco, “quis que todos vissem o mundo inteiro como a pátria comum”⁶³, e dessa forma inaugurava e concretizava a primeira idiosincrasia expansionista de “Império Universal” de cunho europeu, cujo modelo abria um novo precedente na história da Europa e viria inspirar as civilizações que se lhe seguiram, com especial destaque para a

⁶⁰ *Doppelgänger* – Mito do folclore germânico cuja forma literal significa “Caminhante Duplo”. Imagina-se uma aparição maléfica de uma pessoa real em específico, que o acompanha no seu dia a dia sem o mesmo o conseguir contemplar. O *Doppelgänger* caracteriza-se por dificultar o dia a dia do seu indivíduo-espelho, criando-lhe também um sentimento de terror interno e sensação de estar constantemente a ser perseguido por alguém que lhe quer mal, mas que o indivíduo não consegue identificar.

⁶¹ Rietbergen, 1998: “*Europe – A cultural history*” p. 34

⁶² Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” p. 17

⁶³ Soulier, 1994: “*A Europa*” p. 18

próxima grande civilização que viria a preencher o vazio da sua ausência, a República Romana.

Todas as contingências parecem ter oferecido ao ideal grego uma espécie de redoma protetora, que o preservou a ponto de viajar no tempo até aos dias de hoje pela mão das civilizações que se seguiram. Não viajaram no tempo apenas os principais modelos de governação – Monarquia, Aristocracia e Democracia – por eles desenvolvidos, mas também a superioridade da ideia de uma sociedade normativa, onde a norma pode subordinar e condicionar a realidade. Ideia essa que viria a semear a ideia de uma sociedade regulamentada pela norma, que todas as civilizações que se lhe sucederam, aplicaram nas suas respetivas sociedades até aos dias de hoje. Foi também na Grécia Clássica que floresceram não só a filosofia, mas também praticamente todas as artes e ciências hoje conhecidas, as quais, na sua grande maioria ainda se designam através de étimos de origem grega.⁶⁴ O legado existe de facto, quer ao nível político, quer ao nível social, quer ao nível científico.

Não obstante de ter sido criada uma identidade popular grega, nem a Grécia clássica, nem a Grécia helenística foram capazes de construir um conceito de pátria e uma estrutura estatal robustos o suficiente para sobreviver às circunstâncias dos tempos e perdurar no tempo.⁶⁵ É precisamente neste aspeto que entra em cena a influência romana.

Roma surge proclamando-se como sucessora do mundo helenístico, adotou a sua mitologia, imitou as suas esculturas, bebeu da sua filosofia⁶⁶, utilizava argumentos tais como de que o latim (língua de Roma) era um dialeto do grego, introduziram Eneias na genealogia de Rómulo, e assumiram a tradição homérica como a sua própria história através de Virgílio. Mas o que realmente foi perpetuado por Roma foi o programa imperial de Alexandre o Grande. O sistema político erguido sob o nome de República Romana – apesar de se legitimar através da retórica da democracia ateniense – não passava de um projeto de construção de uma sociedade autoritária, longe do ideal de igualdade de direitos políticos, consagrado por Heródoto como característica da civilização helénica⁶⁷. Era no fundo, o imponente e poderoso ideal imperial e

⁶⁴ Lucas Pires, 1992: “*Europa*” p. 69

⁶⁵ Idem, p. 70

⁶⁶ Soulier, 1994: “*A Europa*” p. 21

⁶⁷ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” p. 18

expansionista que os romanos ambicionavam transferir para o seio da sua recente sociedade.

Roma faz aqui precisamente aquilo que Peter Sloterdijk – recorrendo ao pensamento de Jacques Le Goff – denomina de *Translatio Imperii*, que consiste no seu entender, num processo cultural, político e psicossocial assente na ideia de “mito-motricidade”, cujo conceito assenta na “propulsão por intermédio de histórias formalizadoras ou instituidoras de identidade”. Simplificando, a mito-motricidade consiste na capacidade de colocar um novo Império em andamento e mantê-lo em andamento através da habilidade de conseguir reivindicar o Império que já existia anteriormente e adaptá-lo à nova circunstância.⁶⁸

É precisamente esta conjuntura que dá o mote para o prelúdio da incursão imperial romana pela Europa. Roma retomou e prosseguiu, à sua maneira, o projeto imperial de Alexandre com um vigoroso sucesso e robustez, estendendo-se a história romana por um período temporal de mais de mil anos, num espaço territorial que na sua máxima dimensão se estendia da Hispânia à Mesopotâmia, passando pela Britânia, Gália, Itália, Dácia, Trácia e Anatólia, circundando também todo o Mediterrâneo, considerado como um mar interior (*mare nostrum*).⁶⁹

Era precisamente no *mare nostrum* que estava localizado o centro gravitacional do Império Romano, nunca tendo existido para os romanos em momento algum um pensamento em termos de Europa, sendo este termo para Roma uma noção meramente geográfica. Dado esse, que não significa no entanto que a ideia da unidade europeia nada deva a Roma e ao seu império, sendo o seu legado observável para lá do património linguístico, jurídico e monumental. As suas façanhas e o seu esplendor nunca deixaram de seduzir líderes posteriores com pretensões de erguer um novo império universal. Roma nunca deixou de fascinar quem ambicionava perceber como é que um império tão vasto e tão heterogéneo manteve a sua unidade inviolável durante tanto tempo. Não foi apenas culpa de uma força bélica vigorosa, mas também de um sistema de poder eficaz – diferente do sistema de poder grego – muito mais homogéneo e assertivo.⁷⁰

⁶⁸ Sloterdijk, 2008: “*Se a Europa acordar – Reflexões sobre o programa de uma potência mundial no termo da sua ausência política*” pp. 33-35

⁶⁹ Soulier, 1994: “*A Europa*” pp. 19-20

⁷⁰ Idem, *Ibidem*

Enquanto que o sistema de poder grego assentava o seu ónus na liberdade através da razão, justiça, lei, igualdade, na palavra e no debate livre das questões públicas; o sistema de poder romano assentava o seu ónus na regra através do direito, do cumprimento estrito do mesmo, da organização, da disciplina, da ordem e da gestão meticulosa da sociedade. Promovendo um poder autoritário mas que, no entanto, não deve ser confundido com um poder absoluto – como era o poder despótico – em razão de que o poder político do imperador, ele mesmo estava regulado pelo direito para ser um poder investido, e não um poder herdado ou apropriado, sendo um poder institucional e não pessoal, cuja essência assentava na epígrafe “*imperium, auctoritas, potestas*”.⁷¹

Não existia no domínio romano um sistema democrático participativo, existia sim uma fusão entre a República e o controlo directo de todo o território imperial, onde o Imperador governava em conjunto com o Senado (pelo menos em teoria), e onde as decisões do soberano eram consideradas lei, decisões essas que surgiam (também teoricamente) em função das solicitações dos habitantes da província. A ordem social urbana era mantida pelas classes dominantes, não através da força mas sim através da harmonia popular, alicerçada no evergetismo das oferendas do *princeps*⁷², que tanto poderiam envolver o *panem et circenses*⁷³, como sacrifícios religiosos.⁷⁴ No fundo o que mantinha um leque tão diverso de povos unido não era a monumental administração do império, nem a própria força do exército mas sim, a partilha de ideias e interesses que existia entre a aristocracia romana e os conceituados locais, cuja mediação entre si governava as províncias⁷⁵.

Sem embargo de esta entidade imperial se pautar pela retidão e disciplina, o sistema em si não era assim tão rígido no que dizia respeito à assimilação de novos povos. Os romanos incorporavam os novos homens nas suas legiões e na administração, submetiam-nos à sua lei, mas abriam-se à sua influência, como exemplifica o caso da assimilação da cultura grega.

⁷¹ Idem, p. 20

⁷² Supõe-se que o autor ao utilizar a expressão “*princeps*” se refira ao líder provincial.

⁷³ “*Panem et circenses*” ou **Pão e Circo** - Política praticada no império romano, assente na garantia da satisfação do povo através da salvaguarda de necessidades básicas e não existência de miséria, bem como da existência de atividades de recreação e entretenimento.

⁷⁴ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” pp. 18-19

⁷⁵ Idem, Ibidem

Roma possuía também esta soberba capacidade de unir a diversidade dentro de um sistema simultaneamente tão vago e austero⁷⁶. Conjunto de características este que se afirma ter permitido a manutenção de tão vasto e diverso império durante tão longo período temporal.

Hoje conseguimos identificar facilmente todos os exemplos mais gritantes do legado Greco-Romano na sociedade europeia. Ambas as civilizações nos deixaram heranças como o conceito de cidadania, os modelos de governação que ainda hoje utilizamos, o pensamento, a ciência, a sociedade normativa, o cumprimento e salvaguarda da norma, o conceito de Estado, as estruturas políticas e socioeconómicas, a importância da ordem e o conceito de *pax romana*⁷⁷. Mas sobretudo, deixaram-nos um espírito ambicioso que perdurou e perdura ainda hoje. O espírito universalista de expansão de si mesmo, o espírito de querer ir sempre mais além.

⁷⁶ Soulier, 1994: “*A Europa*” p. 21

⁷⁷ ***Pax Romana*** – Estado de paz, harmonia e tranquilidade entre povos inseridos no Império Romano, que antes se digladiavam continuamente.

2. A Herança Religiosa Cristã

O cristianismo é visto historicamente como o segundo elemento distintivo dos europeus, juntamente com a herança greco-romana remanescente do período clássico⁷⁸. E é precisamente em paralelo com o declínio do Império Romano que se dá a ascensão da influência cristã, bem como a sua afirmação como a nova força agregadora da nova unidade mobilizadora no continente europeu⁷⁹.

Para Josep Fontana, entre o cristianismo original (proveniente do Judaísmo) e o cristianismo da época constantiniana, existe uma vasta e complexa evolução que o mesmo divide em 3 etapas.

A primeira etapa, de “Jesus histórico”, é a que compreende todo o período da vida de Jesus e do seu movimento religioso revolucionário que doutrinava como valores essenciais de base, a humildade e a caridade, e que opunha os camponeses à “cidade”, opondo-se à hierarquia religiosa pagã e propondo uma relação direta do homem com a divindade, sem necessidade de mediação e, opondo-se também, aos administradores do Império Romano, que o mesmo afirma que querem combater as suas ideias.⁸⁰

A segunda etapa dá-se quando o cristianismo abandona a língua aramaica e adota a língua grega, ao mesmo tempo que passou da Palestina rural para as cidades helenísticas. Transmutação que se verificou também no seu público alvo, que já não se alicerçava nos pobres e marginalizados seguidores diretos de Jesus Cristo mas sim, em cidadãos acomodados que se haviam juntado aos grupos seguidores do apóstolo São Paulo. É nesta fase de expansão precisamente que se regista uma grande diversidade no universo dos fiéis cristãos, desde os cristãos ainda muito vinculados ao judaísmo, passando pelos grupos de discípulos de São João Baptista provenientes da Palestina (helenistas hostis ao paganismo), e por fim os pagãos convertidos diretamente, que nunca haviam sido fiéis ao judaísmo.⁸¹

⁷⁸ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” p. 26

⁷⁹ Lucas Pires, 1992: “*Europa*” p. 72

⁸⁰ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” pp. 26-28

⁸¹ Idem, *Ibidem*

A terceira etapa ocorre quando o cristianismo se politiza, associando-se ao poder político do Império, transformando-o num governo eclesiástico paralelo ao governo secular⁸², circunstância levada a cabo por Teodósio, último imperador do Império Romano unificado, ao ordenar o encerramento dos templos pagãos e a substituição da religião tradicional pela religião cristã. Os próprios povos bárbaros iam também começando a converter-se como Clóvis, rei dos Francos, em 496, assinalando-se desta forma a consumação do triunfo do cristianismo na Europa⁸³. O cristianismo começava assim a converter-se na cristandade⁸⁴.

Entre o ano 395 e 1054, dá-se o período que compreende respetivamente a divisão do Império Romano e o Grande Cisma da Igreja cristã. É um período de desenvolvimentos complexos no seio da Igreja (também pouco consensuais entre os historiadores) e das suas relações com o poder político e também consigo própria.

Neste período regista-se, como já foi referido, a divisão do Império Romano no Império Romano Ocidental e no Império Romano Oriental. A cristandade dividia-se assim também em dois impérios, e duas capitais, Roma e Constantinopla. Esta separação iria dividir ocidente e oriente cristão durante quinze séculos, predominando entre si o desprezo, o medo, a ignorância e o ódio.⁸⁵

O Império Romano Ocidental perduraria pouco menos que um século, acabando por ruir em 476 com as incursões bárbaras, e é, no entanto, no meio da anarquia bárbara motivada pelo vazio do poder imperial, que a Igreja cristã surge para colmatar esse vazio, e reivindicar os alicerces do edifício imperial romano, consumando um novo *Translatio Imperii*. A Igreja assimila as instituições e a administração imperial através das dioceses, impedindo assim que o ocidente fosse entregue à anarquia. Desta forma, a Igreja cristã no ocidente, colocava-se assim numa posição maior face ao poder civil do Estado, conferindo ao Papa um poder não só de índole espiritual, mas também de índole praticamente imperial, que exerceria sobre os reis e príncipes cristãos, que eram na prática submissos à administração do papado à luz de um poder que se afirmava vindo de Deus.

⁸² Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” pp. 26-28

⁸³ Lucas Pires, 1992: “*Europa*” p. 73

⁸⁴ Fontana, 2013: “*Europa ante el espejo*” p. 28

⁸⁵ Soulier, 1994: “*A Europa*” pp. 23-24; Tavares Ribeiro, 2003: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p. 24

No entanto subsistiram ao longo dos tempos várias dúvidas por parte dos Estados ocidentais face à legitimidade do poder espiritual sobre o poder dito civil.⁸⁶

Em relação ao Império Romano Oriental (ou Bizantino), a história não poderia ser mais oposta, quer face à duração do império, quer face à relação do Estado com a Igreja. Em primeiro lugar, este império perdurou até 1453, mais de mil anos após a divisão do Império Romano em 395, preservando assim durante todo esse tempo, quer as instituições políticas romanas, quer todo o legado cultural da Antiguidade Clássica greco-romana. Em segundo lugar, ao invés do que sucedeu ao império do ocidente, o Império Bizantino manteve a sua integridade estatal e a solidez das suas instituições, não havendo anarquia nem vazío de poder imperial como no ocidente. A superioridade da autoridade imperial face ao domínio político e ao domínio religioso era indiscutível, tal como a imposição da mesma a ambos os domínios, e a hierarquia eclesiástica não escapava à regra. Assim, no Império Bizantino, não existia um Papa supremo ao Estado, mas sim um Patriarca, súbdito do Estado, que era apontado pelo imperador. Sistema este que colocava o Estado sobre a Igreja, ao qual foi dado o nome de “césaro-papismo”⁸⁷.

Eram estes dois blocos (Ocidente e Oriente) que formavam a chamada *Respublica Christiana* também conhecida como Cristandade. Cristandade essa que, no princípio do primeiro milénio, demonstrava uma forte falta de uniformidade, que viria mesmo em 1054 a provocar uma rutura na unidade cristã com a consumação do Grande Cisma. Acontecimento motivado pelas diferentes sensibilidades religiosas, diferentes conceções teológicas, e diferentes olhares sobre a mensagem evangélica. O que gerou a divisão da Igreja Cristã quando o Papa Leão IX e o Patriarca de Constantinopla Michel Keroularios se excomungaram mutuamente, separando assim a Cristandade em duas Igrejas distintas, a Igreja Católica Apostólica Romana no ocidente, e a Igreja Ortodoxa no oriente.⁸⁸

No período entre 395 e 1054 dão-se ainda também outros acontecimentos de significativa importância tais como, a ocupação muçulmana da Península Ibérica e, a sua incursão pela Gália, travada em Poitiers por Carlos Martel em 732. Circunstância que dava início ao confronto religioso entre o Cristianismo e o Islão, que viria a despoletar

⁸⁶ Soulier, 1994: “*A Europa*” pp. 23-24 ; 34-35; Moreira, 2011: “*A Europa em formação (A crise do Atlântico)*” pp. 273-274

⁸⁷ Idem, *ibidem*

⁸⁸ Tavares Ribeiro, 2003: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p. 24

movimentos de solidariedade cristã no combate ao Islão, como as cruzadas no próximo oriente e a reconquista cristã da Península Ibérica.⁸⁹

No entanto, no Ocidente não deixaram de existir tentativas de reerguer o império que outrora existiu. Tanto o Império Carolíngio (800 - 924) de Carlos Magno, como o seu sucessor Sacro Império Romano-Germânico (962 - 1806) de Otão o Grande, manifestaram a intenção de restabelecer a antiga unidade imperial ocidental na sua forma institucional, recorrendo ao apoio da própria Igreja para o alcançar. Ambos fracassaram nessa tarefa.⁹⁰ Porém, destes impérios resultaram manifestações que ajudaram a dar à luz uma precoce base cultural europeia, tendo como substrato a própria cultura da cristandade medieval. O “Renascimento Carolíngio” é disso exemplo quando criou uma rede de abadias e mosteiros, fomentou o estreitamento de laços entre conventos, clérigos e comunidade, aproximou mestres e alunos nas escolas, impulsionou a circulação de escribas e a produção de obras escritas, edificou bibliotecas, e promoveu a reflexão sobre as fontes da cultura onde se confrontavam o profano e o sagrado.⁹¹ Recuperando o confronto entre a “tradição cristã patrística e a tradição pagã retórica e filosófica”⁹².

Depois da cisão entre cristãos Ortodoxos e cristãos Católicos Apostólicos Romanos no ano de 1054, acontece uma nova cisão, esta iniciada em 1517 no seio da igreja Católica, cisão que viria a ser conhecida como Reforma Protestante. A Reforma Protestante – de um modo geral e não rigoroso – estabelecia uma fronteira no catolicismo entre protestantes a norte, e romanos a sul.

A reforma surge por intermédio de Martinho Lutero que, na tentativa de ver respondida a dúvida que lhe surgia de como alcançar a salvação dos pecadores, acaba dessa forma por cometer o que à data era considerada uma heresia, utiliza a própria Bíblia – livro sagrado do cristianismo – para criticar os dogmas da Igreja. Lutero reinterpreta o conceito de autoridade máxima da religião cristã. Autoridade essa que, até aí, era indiscutivelmente da Igreja como instituição. Lutero contraria esse dogma, e atribui essa autoridade à Bíblia citando o apóstolo São Paulo, que escreveu que “a fé em Cristo salvará os pecadores”. Ao interpretar as escrituras, Lutero deduz que nenhum crente teria de se submeter a nenhum padre nem às suas instruções, bastava ter fé em Cristo, e a fé o

⁸⁹ Soulier, 1994: “*A Europa*” pp. 28-30

⁹⁰ Lucas Pires, 1992: “*Europa*” pp. 74-75

⁹¹ Tavares Ribeiro, 2003: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p. 24

⁹² Pomian, 1990: Cit por Tavares Ribeiro, 2003 in: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p.24

salvaria. Afirmando que o enorme edifício da Igreja era desnecessário para a relação dos crentes com Deus. Algo que não caiu bem em Roma mas que, no entanto, foi bem acolhido pelos príncipes alemães, em virtude de o poder da Igreja nesses Estados ser maior que nos Estados unificados como França ou Inglaterra, visto que a Europa central de Lutero era à data uma manta de retalhos de pequenos reinos não unificados, inseridos no Sacro Império Romano-Germânico.⁹³

Lutero põe dessa forma em causa o universalismo católico fundamentador da comunidade religiosa, política e cultural, e o papel da imprensa foi fulcral no alastramento rápido das suas perspetivas. Facto que, aliado ao apoio dos príncipes alemães, tornava o sucedido num tumulto com o qual Roma teria prontamente que lidar e, no mínimo, atenuar os seus estragos. As interpretações de Lutero abriam um novo precedente, o pluralismo religioso e, conseqüentemente, não tardaram a surgir novas correntes religiosas que se colocavam à margem da tutela de Roma.⁹⁴ Passava a prevalecer o princípio, “*cujos regio, ejus religio*”, que significava abertamente que cada príncipe teria agora o direito de escolher a sua religião e a dos seus súbditos. É aqui que os Estados do norte da Europa começam *per si* a adotar o luteranismo como a sua religião oficial, ao mesmo tempo que o Rei Henrique VIII fundava a Igreja Anglicana, e também se colocava fora do cordão de subordinação ao Papa.⁹⁵

Roma, em resposta a este movimento, dá início a um contramovimento para estancar o Luteranismo, a Reforma Católica (ou Contrarreforma), iniciada essencialmente após o Concílio de Trento (1545 – 1563), onde se reflete sobre todas as cisões ocorridas e se alinha uma estratégia de recusa da reforma luterana. Fundam-se novas ordens religiosas, como é disso exemplo a Companhia de Jesus, e dá-se um novo entusiasmo em torno da arte clássica e barroca.⁹⁶

É nesta fase, precisamente, que se desenrola uma mudança paradigmática naquilo que diz respeito ao espectro político do ocidente. Até ao momento histórico da Reforma e Contrarreforma era a Igreja que ocupava o papel fundamental na vida dos povos, e só depois o Estado, era esse o paradigma. Após este momento histórico, a Igreja viria a ser relegada para segundo plano, passando a ser o Estado a assumir esse papel fundamental,

⁹³ Hirst, 2013: “*Breve história da Europa*” pp. 43-46

⁹⁴ Tavares Ribeiro, 2003: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” pp. 29-30

⁹⁵ Lucas Pires, 1992: “*Europa*” p. 86

⁹⁶ Tavares Ribeiro, 2003: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p.30

inclusivamente nos Estados não-protestantes. Esta mudança não ocorreu apenas nos reinos que abraçaram a reforma luterana, ocorreu também nos reinos fervorosos defensores do tradicional catolicismo romano. Pois, ainda que permanecendo fiéis e defensores da fé, os reis e príncipes católicos passaram a assumir-se também como chefes de Estados soberanos, que não reconheciam nenhum poder externo superior à sua soberania, nem mesmo o da Igreja. Desta forma, os Estados continuariam daí para a frente a assumir-se como católicos ou protestantes, mas, no entanto, a religião estava condenada a ser a partir daí, uma mera circunstância, e jamais um actor poderoso como fora até então. O paradigma tinha-se alterado.⁹⁷

Como resultado de todos estes desenvolvimentos religiosos, o panorama religioso europeu ao cabo do Sec. XVIII assinala uma divisão Ocidente/Oriente entre Católicos e Ortodoxos, uma divisão Norte/Sul no ocidente entre Romanos e Protestantes, um surgimento de grandes comunidades judaicas na Europa central e oriental e, por fim, um sólido domínio muçulmano nos Balcãs.⁹⁸

Mas, no entanto, apesar de todas as fronteiras erguidas no seio da cristandade ao longo dos séculos, subsistia nas diferentes parcelas acima de tudo um sentido de pertença a algo superior em comum. Adriano Moreira recorre à Bula *Unam Sanctam* para daí deduzir que “a divisão dos homens em comunidades não afasta a circunstância de estarem unidos por uma comunidade de destino espiritual”. Evidencia também a ideia de unidade universal do Cristianismo como uma contribuição basilar do mesmo para o património cultural comum da Humanidade, mesmo depois da evolução da comunidade internacional para um paradigma nacional que rompeu com a unidade da *Respublica Christiana*, em particular o movimento reformador que veio negar a autoridade espiritual do Papa. A nova doutrina de que os reis passariam a ser imperadores dos seus próprios reinos polvoriza qualquer submissão a uma autoridade espiritual superior comum mas, no entanto, os valores base do Cristianismo, não parecem ter sido substituídos, assim como o seu espírito de convergência, observando-se a tendência para a criação de projectos de paz através de instituições laicas que assumem o papel de uma autoridade

⁹⁷ Moreira, 2004: “*A Europa em formação (A crise do Atlântico)*” pp. 89-93

⁹⁸ Tavares Ribeiro, 2003: “*A ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p.30

superior. Sendo a Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas exemplo desse mesmo legado.⁹⁹ O ancestral espírito agregador cristão parece não se ter dissipado.

⁹⁹ Moreira, 2011: “*A Europa em formação (A crise do Atlântico)*” pp. 273-274

Capítulo III

O Espírito de Autodeterminação Europeu

1. *A Emergência da Consciência Nacional* (na teoria de Benedict Anderson)

Como foi avançado no final do ponto anterior, a Reforma protestante – como evento histórico – desencadeou um efeito dominó de acontecimentos que veio posteriormente a resultar numa profunda mudança de paradigma no seio da Europa, o deslocamento e troca de posições entre Estado e Igreja.

Como também no ponto anterior foi referido, a invenção da impressora e o conseqüente surgimento da imprensa e da indústria livreira verificaram-se fulcrais para o alastramento de novas ideias. Numa era onde o conhecimento assentava num formato manuscrito e no latim, que o tornava, *per si*, escasso e restrito a uma pequena minoria, o aparecimento da impressora e, por conseguinte, da imprensa e da indústria livreira, veio massificar e disseminar o conhecimento, abrindo a porta da redoma que o enclausurava no latim e no manuscrito.¹⁰⁰

A indústria livreira e jornalística possuía várias particularidades, sendo uma delas a procura do lucro, tornando-se numa das primeiras formas de atividade capitalista, o que motivou ainda mais a sua disseminação por toda a Europa. O seu mercado inicialmente concentrava-se apenas nos europeus alfabetizados falantes de latim, até este ficar saturado. Saturação essa, que pelas “leis do capital”, obrigaram a indústria livreira a virar-se para os restantes mercados, esses, constituídos pelas populações monoglotas falantes de vernáculos circunscritos e não de latim.¹⁰¹ Facto esse que catapultou o conhecimento para fora de outra redoma, adicionando desta forma um novo público sobre o qual se poderia difundir o conhecimento, as massas falantes de vernáculos regionais.

O exemplo do poder da escrita impressa em vernáculo foi demonstrado pelo próprio Martinho Lutero, quando este publica as suas 95 Teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. O documento que viria a despoletar a Reforma Protestante e todos os seus constrangimentos para a Igreja Católica estava impresso em alemão, língua do povo, e

¹⁰⁰ Anderson, 1991: “*Comunidades imaginadas*” pp. 65-75

¹⁰¹ Idem, *ibidem*

vertiginosamente se difundiu pelos territórios germanófonos.¹⁰² Tão rápido, a ponto de que quando Roma se apercebe de tal distúrbio já pouco haveria a fazer além de atenuar potenciais estragos.

Roma dava por si a ser atirada para fora da sua zona de conforto pela imprensa, antes do aparecimento desta, a Igreja abafava com relativa facilidade qualquer tumulto ou heresia, pois, dispunha de um aparelho interno de comunicação muito mais eficaz que qualquer potencial adversário.¹⁰³ Porém, face ao aparecimento da imprensa – motivada por interesses individualistas de alcance do lucro – criou-se de forma espontânea um novo aparelho de comunicação paralelo ao da Igreja, e que, por ser inovador no seu conceito e abordagem, se verificava mais rápido e mais eficiente. Estavam então abertas as hostilidades no âmbito da comunicação, naquilo a que Benedict Anderson chama “batalha pelas mentes dos homens”.

O mesmo Benedict Anderson, e entrando agora no tema central deste ponto, atribui uma particular importância ao fenómeno da vernaculização no que concerne ao surgimento da “consciência nacional”. Afirma Anderson que, a vernaculização contribuiu diretamente para o surgimento desta devido a dois factores independentes.

O primeiro prende-se com o impacto da já referida reforma protestante, cujo êxito se deveu amplamente ao capitalismo de imprensa, e à conseqüente rápida disseminação do conhecimento impresso em vernáculo que, por si, estava através do seu *modus operandi* inovador, a mobilizar as massas monoglotas não falantes de latim para causas político-religiosas críticas, onde nunca antes estes haviam sido incluídos. Circunstâncias que geraram temor em Roma – defensora da literatura em latim – e que levaram a mesma a criar o *Index Librorum Prohibitorum*, catálogo que aglomerava todos os títulos de obras consideradas subversivas para a Igreja católica e, cuja circulação e posse estava proibida nos reinos católicos fieis a Roma.¹⁰⁴

O segundo factor segundo Anderson, prendia-se com a “propagação de vernáculos específicos enquanto instrumentos de centralização administrativa por parte de alguns monarcas”. Acontecimento este que já remontava desde antes do aparecimento da imprensa, bem como também, antes da contestação religiosa que originou a Reforma.

¹⁰² Idem, ibidem

¹⁰³ Idem, ibidem

¹⁰⁴ Idem, ibidem

Sem embargo de estes vernáculos terem sido progressivamente elevados a línguas de poder – que, de certa forma, os tornava desafiadores do latim – essa elevação acabou também por contribuir para a erosão da Cristandade em si, dividindo-a em novas línguas de poder.¹⁰⁵

No fundo, aquilo que acabou por tornar possíveis estas novas comunidades linguísticas e políticas, segundo Anderson, “foi a interação semicausal, embora explosiva, entre um sistema de produção e relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana”.¹⁰⁶

Anderson intitula estas emergentes línguas de “línguas de imprensa”, e afirma que foram estas línguas que lançaram as bases daquilo que conhecemos hoje como consciência nacional. Afirmando que tal sucedeu de três formas distintas.

Primeiro, estas línguas de imprensa criaram grupos de pertença no que diz respeito à comunicação, grupos de comunicação estes que se situavam abaixo do latim e acima dos vernáculos orais. Fazendo com que os falantes da grande variedade de dialectos baseados no francês, no inglês, ou nas línguas ibéricas, se conseguissem compreender mutuamente através da imprensa escrita. Algo que pode muito provavelmente ter sucedido na península ibérica, ajudando a uniformizar os vários dialectos de origem latina, e agrupando-os em línguas como o galaico-português, leonês, castelhano, aragonês ou catalão. Em suma, as línguas de imprensa vieram trazer um certo sentido de pertença a um grande bloco, bloco esse de povos que antes julgavam difícil ou mesmo impossível entender-se uns aos outros, e que agora eram unos na língua. E, portanto, como indica Anderson, começavam a formar-se os embriões da comunidade em termos nacionais.¹⁰⁷

Segundo, o capitalismo de imprensa veio dar estabilidade e fixidez às línguas existentes. O facto de o livro impresso, ao contrário do manuscrito, apresentar uma matriz permanente e, podendo ser infinitamente reproduzido, ajudou a manter essas línguas de imprensa estáveis. Estabilidade que não existia antes com o livro manuscrito, que tinha de se sujeitar às alterações linguísticas constantes aplicadas pelos monges copistas a seu bel-prazer. Foi então a partir do século XVI que se deu início à estabilização

¹⁰⁵ Idem, ibidem

¹⁰⁶ Idem, ibidem

¹⁰⁷ Idem, ibidem

linguística na Europa, sendo as línguas de então, mais próximas das línguas actuais, do que das mesmas línguas faladas no século XII. E, portanto, para Anderson, tal estabilidade linguística, “a longo prazo contribuiu para a construção da imagem de antiguidade que é tão central na noção subjetiva da nação”.¹⁰⁸

E terceiro, o capitalismo de imprensa deu origem a línguas com poder, e conseqüentemente, também, a línguas secundárias. As línguas com poder eram no fundo os dialectos que mais se assemelhavam à língua de imprensa, e que, como tal, se fizeram valer dessa vantagem, dominando as suas formas finais. As línguas secundárias, ainda que se assemelhassem à língua de imprensa, foram línguas que não conseguiram fazer vingar a sua própria forma impressa, logo, eram línguas de menor expressão e, portanto, mais fracas. Essas línguas secundárias eram faladas por algumas “subnacionalidades”, que em finais do século XX tentaram afirmar-se via imprensa, com o objectivo de por fim à sua condição de povos subordinados.¹⁰⁹

Anderson destaca que todos estes processos de fixação linguística e diferenciação de estatutos linguísticos foram, na maior parte dos casos, desenvolvimentos geralmente não conscientes, que sucederam em virtude desta relação descontrolada entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade linguística existente. E conclui que esta miscelânea de acontecimentos veio criar uma nova forma de conceber comunidades, as quais que, pela sua natureza de base, abriram o caminho para o desenvolvimento daquilo que é hoje o conceito moderno de nação.¹¹⁰

Estava desta forma em curso uma emancipação linguística que, por um lado, levava a literacia aos povos monoglotas e, por outro, relegava o latim para a classificação de língua dispensável. Essa relegação iria liquidar um dos últimos elementos agregadores herdados do Império Romano e, por sua vez, iria a partir daí criar barreiras linguísticas entre povos que gerariam conseqüentemente isolamentos linguísticos e, logo, novas comunidades que, mais tarde, começariam a reivindicar as suas pequenas nações.

Outro ponto relevante que pode ter também pesado substancialmente nesta mudança paradigmática foi a, já acima referida, adoção do Luteranismo por parte de certos príncipes alemães, que dispunham de pouca “margem negocial” face à Igreja Católica, e

¹⁰⁸ Idem, ibidem

¹⁰⁹ Idem, ibidem

¹¹⁰ Idem, ibidem

viram no Luteranismo uma alternativa viável para a inversão desse *status quo*. Tal facto, combinado com a emancipação linguística pode ter tido um efeito catalisador ainda maior no que toca ao despoletar das consciências nacionais.

2. O Desenvolvimento do Sentimento Nacional e do Estado-Nação

Como já foi referido, a Reforma Protestante e o surgimento da Imprensa foram, de certa forma, as principais ignições da cavalgada do Estado-Nação rumo ao topo da pirâmide do poder político na Europa, relegando a Igreja Romana para segundo plano. Nem mesmo nos Estados que permaneceram católicos essa tendência se reverteu, o poder civil havia, também aí, suplantado o poder da Igreja. A cristandade do ocidente havia perdido a sua unidade, e encontrava-se agora dividida entre católicos e protestantes, onde cada rei e príncipe era agora um imperador no seu próprio reino, fragmentando por completo o grande poder da cristandade em múltiplos pequenos poderes nacionais.

Tal facto viria a criar um problema. Sem uma tutela superior, estes novos Estados-Nação eram agora totalmente livres de competir entre si, o que não seria de todo esperançoso, visto que cada nação possuía autonomia política total e visão imperial, cujo expansionismo viria a gerar guerras constantes dentro da própria Europa, de cristãos contra cristãos. Guerras que destruíram o continente durante mais de cem anos sem nunca o conseguir unir de novo¹¹¹. Sloterdijk evidencia que as constantes tentativas de constituir um novo *sacrum Imperium* uno acabaram por resultar no preciso contrário, obtendo-se uma miscelânea de pequenos impérios com ambições expansionistas que inevitavelmente entraram em concorrência entre si. E, sendo o território europeu demasiado reduzido para acumular de forma duradora e simultânea tantos impérios idiossincraticamente ofensivos e expansionistas, é encarado como natural que a competição nacional-imperial degenerasse no flagelo vivido em duplicado entre 1914 e 1945.¹¹²

Antes de progredir, convém dizer que o termo “nação” tem origem no vocábulo latino “*natio*”, relativo à deusa da origem e do nascimento. A *natio* por sua vez opõe-se à *civitas*, pois diz respeito à *gens* e ao *populus*.¹¹³ Sendo o conceito de nação, no geral, definido como um agrupamento de indivíduos definidos de algum modo ou alguma

¹¹¹ Corm, 2012: “*L’Europe et le mythe de l’Occident – La construction d’une histoire*” pp. 96-97

¹¹² Sloterdijk, 2008: “*Se a Europa Acordar – Reflexões sobre o Programa de uma Potência Mundial no Termo da sua Ausência Política.*” p. 38

¹¹³ Tavares Ribeiro, 2003: “*A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*” p. 42

característica comum de carácter étnico ou cultural que, por sua vez, nutrem uma certa consciência dessa identidade comum, bem como algumas aspirações coletivas.¹¹⁴

Continuando. Para além da fragmentação provocada pela Reforma Protestante e pelo fenómeno da emancipação dos vernáculos e a sua elevação a línguas nacionais, há ainda 3 acontecimentos históricos que se podem considerar relevantes para o acentuar do sentimento nacional.

O primeiro situa-se em 1453, com o fim da Guerra dos Cem Anos que lavrou entre 1337 e esse mesmo ano. O conflito opôs duas casas reais da época, os Plantageneta, titulares da coroa do Reino de Inglaterra, e a casa Valois, que reivindicava legítimo direito de sucessão ao trono de França. À data era comum existirem monarcas que reinavam sobre diferentes povos, de diferentes culturas e diferentes línguas, mas a conclusão desta guerra destapou o véu ao que parece ter sido, naquele tempo histórico, um novo precedente. A Guerra dos Cem Anos termina com ambos os países (França e Inglaterra) separados em dois reinos distintos o que, por si, já incute um certo sentimento de fragmentação entre um “nós” e um “os outros”. Sentimento para o qual também muito contribuiu a visão de Joana D’Arc, que se opunha aos ingleses com o argumento de que a França não lhes pertencia.¹¹⁵ Evidenciando já à data, um forte sentimento nacional a instituir-se.

O segundo acontecimento histórico é a incontornável Paz de Vestefália, corolário de uma conferência decorrida entre 1643 e 1648, onde foram assinados múltiplos tratados de paz que findaram vários conflitos existentes à data bem como, também, reconheceram oficialmente a soberania de novos territórios como a Confederação Helvética, os Estados alemães ou a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, sendo feitos ainda outros acertos que concederam alargamentos territoriais significativos à França e à Suécia. Sem embargo, a relevância deste acontecimento histórico ultrapassa qualquer um destes desenvolvimentos, mais do que o estabelecimento da paz e o reconhecimento de novas pátrias, os tratados constituintes da Paz de Vestefália idealizaram e instituíram um novo sistema internacional. O novo sistema firmava os seus alicerces na elevação do Estado a actor supremo das Relações Internacionais, não existindo nenhum outro actor ou poder que se considerasse superior ao mesmo, declarando-se de forma oficial a morte

¹¹⁴ Carou, 2008: **in: Diccionario de Relaciones Internacionales y Política Exterior**: p. 643

¹¹⁵ Soulier, 1994: “*A Europa*”. p. 50

da *Respublica Christiana* que, na prática, há muito que havia caído na irrelevância. Bem como, também instaurava uma nova ordem internacional que assentava na existência Estados soberanos como entidades territoriais autónomas, fortalecendo o papel do chefe de Estado, cujos poderes representam o princípio da soberania, não ingerência, e igualdade. Sendo estabelecidos como principais princípios os já falados *rex est imperator in regno suo*, a respeito da soberania de cada rei no seu próprio reino, e *cujus regio, ejus religio*, a respeito da independência do poder político face à Igreja, e da liberdade de cada rei e príncipe de escolher a sua religião e a dos seus súbditos.¹¹⁶

Este acontecimento histórico acentua ainda mais qualquer noção de nacionalidade, onde deliberadamente foi acordado que cabe ao Estado – um espaço geográfico delimitado por fronteiras, e politicamente emancipado de poderes de índole superior – decidir o seu próprio destino através do direito ao autogoverno, sem que outros tenham direito de ingerência sobre si, sendo sobretudo o conceito de fronteira que mais vem fragmentar os diversos sentidos de pertença, dividindo-os agora em diferentes soberanias, com diferentes jurisdições, e cada um com os seus próprios interesses particulares. Uma fórmula manifestamente protolibertária e individualista aplicada aos Estados. Semelhante à doutrina instituída mais tarde em 1776 – esta aplicada aos Homens – na declaração da independência dos Estados Unidos da América, que definia expressamente “*que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são a vida, a liberdade e a busca pela felicidade*”¹¹⁷. As semelhanças idiossincráticas entre ambos estes acontecimentos históricos são extraordinariamente notórias.

O terceiro acontecimento histórico que pode ser considerado relevante para o acentuar do sentimento nacional é precisamente a Revolução Francesa ocorrida entre 1789 e 1799.

Ao longo de todo o século XVIII, a França atraiu para si uma considerável onda de prosperidade, fruto de um grande desenvolvimento industrial, comercial e do aumento das exportações. Todavia, este desenvolvimento é interrompido no último quartel desse mesmo século por uma grave crise que se arrastou durante mais de vinte anos, cujos efeitos lançaram as classes mais baixas para a penúria. O vasto encerramento de fábricas

¹¹⁶ Canas Mendes, 2014: **Enciclopédia das Relações Internacionais**, pp. 380-381

¹¹⁷ National Archives [Web Site], 2017 – *Declaration of Independence: A Transcription*

criou uma grande onda de necessitados e vagabundos, bem como, fez aumentar exponencialmente a insatisfação, desencadeando conseqüentemente tumultos entre operários e patrões. Assaltos e pilhagens de géneros alimentares tornam-se comuns, alastrando a desordem por toda a França, tornando ainda mais difícil uma hipotética solução da crise.¹¹⁸

No seguimento da situação, e após algumas hesitações do rei Luís XVI, os Estados-Gerais¹¹⁹ são reabertos – algo que não sucedia desde o princípio do século XVII – para lhes serem submetidos os assuntos relativos à desordem. Rapidamente os representantes do 3º Estado¹²⁰ se conseguem impor ao clero e à nobreza, conseguindo transformar os Estados-Gerais em Assembleia Nacional e, em pouco menos de um mês, conseguem impor-se ao próprio rei, e transformar a Assembleia Nacional em Assembleia Constituinte¹²¹. É a partir deste momento que a realeza passa a ser um mero passageiro no processo de revolta. Com a suspeita de que o rei tencionava dissolver a Assembleia Constituinte por via da força, começam a formar-se milícias populares para proteger a Constituinte, vigiar os aristocratas e defender Paris dos salteadores. Gera-se um pânico generalizado que contamina os comerciantes, que começam a esconder os géneros alimentares, provocando escassez de bens de primeira necessidade e, com isto, à revolução nos órgãos políticos junta-se também uma revolução nas ruas.¹²²

Após o alastramento da revolução para as ruas, com várias chacinas e com a tomada da Bastilha, os constituintes almejavam serenar o povo revoltoso. Começam por suprimir todas as regalias da nobreza e do clero, seguindo-se a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a extinção dos títulos nobiliárquicos, é decretada a liberdade de imprensa, publica-se a Constituição Civil do Clero e suprimem-se os votos perpétuos dos religiosos. Por fim, a constituição é terminada e promulgada, terminando o regime de monarquia absolutista e iniciando-se o regime de monarquia constitucional, que tem como órgão principal a Assembleia Legislativa. Mais tarde a França lança-se numa guerra contra a Áustria, e pouco depois, por Convenção, a monarquia é suprimida

¹¹⁸ Mattoso, 1974. In: **Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**, nº16: pp. 518-524

¹¹⁹ *Estados-Gerais* – Órgão oficial do reino com carácter consultivo e deliberativo.

¹²⁰ *3º Estado* – Eram consideradas pertencentes ao 3º Estado todas as pessoas que não pertencessem ao clero (1º Estado), e à nobreza (2º Estado), sendo o 3º Estado composto essencialmente por comuns e burgueses.

¹²¹ *Assembleia Constituinte* – Órgão que retém como função a redação ou reformulação da constituição.

¹²² Mattoso, 1974 In **Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**, nº16: pp. 518-524

e a república é proclamada, sendo decretado o julgamento do rei, que é condenado à morte e guilhotinado.¹²³

Após o sucedido resulta que, a revolução não conseguiu produzir um líder natural ao longo do processo, o que deixou um vazio que viria em pouco tempo a ser ocupado por Napoleão Bonaparte, que se proclama imperador e dá início a um período de despotismo militar e de opressão.¹²⁴ A revolução foi libertadora mas, no entanto, o Estado francês pós revolucionário verificar-se-ia opressor.

E é precisamente após esta revolução que o sentimento nacional é, de certa forma, institucionalizado e doutrinado em França pois, é com esta revolução, que a Nação se torna fonte de soberania do Estado, proclamando o Estado nacional soberano, ou seja, este passará a partir deste evento histórico, a ser legitimado pela Nação.¹²⁵

Esse fenómeno de criação de um sentimento nacional teve início em França ao nível interno durante os anos da revolução mas, no entanto, a mesma França é – segundo Maria Manuela Tavares Ribeiro – também responsável pela criação desse sentimento nos países envolventes mas, paradoxalmente, por razões antagónicas face às motivações nacionais de liberdade nascidas em França durante a revolução, os países envolventes começaram a adotar valores nacionais de liberdade, não propriamente por via da inspiração dos valores da revolução francesa, mas sim, como método de autodefesa face às invasões napoleónicas.¹²⁶ Em suma, os valores nacionais libertadores da revolução francesa, não estavam a ser adotados por afinidade voluntária com os mesmos, mas sim, como defesa à opressão de uma nação que enaltecia valores de liberdade através de um regime opressivo, ou seja, França exportou o nacionalismo libertador para fora das suas fronteiras, mas este revelou-se como sendo um escudo contra as suas próprias pretensões expansionistas no período napoleónico. Mas, ainda assim, e mesmo que através de um método não pretendido e contraproducente, os valores foram exportados para fora das suas fronteiras.

¹²³ Idem, Ibidem

¹²⁴ Idem, Ibidem

¹²⁵ Tavares Ribeiro, 2003: *“A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica”* pp. 42-43

¹²⁶ Idem, Ibidem

Depois desta tríade de momentos históricos que se podem considerar relevantes para o acentuar do sentimento nacional, surge o século XIX, período onde se observa uma oficialização do nacionalismo.

Neste período, os monarcas europeus enfrentavam adversidades quer ao nível cultural, quer ao nível político, dificuldades essas provocadas pela revolução filológico-lexicográfica e pela ascensão de movimentos nacionalistas. Esta realidade obrigou as casas reais a fazer algo que nunca tinham feito até então, à naturalização de si mesmas. Isto criaria dois problemas. O primeiro prende-se com o facto de as várias casas reais da Europa na altura possuírem diferentes reinos, em diferentes geografias e diferentes culturas com diferentes idiomas, sendo obrigadas agora a dividirem-se em nacionalidades. Como por exemplo a casa Hohenzollern que possuía um rei na Prússia e outro na Roménia, ou a casa Wittelsbach que possuía um rei na Baviera e outro na Grécia. O segundo problema prende-se com o facto de alguns reinos serem pluriculturais como era o caso do Império Russo dos Romanov, que reinavam sobre russos, tártaros, letões, alemães, arménios e finlandeses. Ou os Habsburgo no Império Austro-Húngaro, que reinavam sobre austro-alemães, magiares, croatas, eslovacos, polacos, romenos, checos, italianos e ucranianos. Que nacionalismo definir no meio de tantas nacionalidades era a questão. Os Romanov acabaram por se identificar como grande-russos, e os Hohenzollern como alemães, ao passo que os seus primos se tornaram romenos, ou gregos no caso dos Wittelsbach.¹²⁷

Para Benedict Anderson, estas naturalizações das realezas acabaram por conduzir à oficialização dos nacionalismos, dando como exemplo a russificação dos Romanov. Define também que, esta oficialização dos nacionalismos, se tratou de uma engenhosa maneira de garantir a continuidade do poder dinástico nos territórios políglotas aglomerados desde a idade média, definindo estas soluções como “*meios de esticar a pele curta e apertada da nação, de forma a que cobrisse o corpo gigantesco do império*”.¹²⁸

Passado o século XIX e a oficialização do nacionalismo entramos no século XX, época onde o nacionalismo já aparentava estar solidificado. Este século começa com a

¹²⁷ Anderson, 2005: “*Comunidades imaginadas*” pp. 123-124

¹²⁸ Idem, p. 126

Grande Guerra de 1914 – 1918, conflito que termina com a derrota dos impérios centrais europeus, Alemão e Austro-Húngaro, bem como do Império Otomano.

É precisamente no rescaldo da guerra que tem início em Paris a Conferência de Paz de 1919, que tinha como desígnio debater e consertar os problemas das grandes e das pequenas nações. E, nessa linha, o tema que estava na essência do debate era precisamente o “princípio das nacionalidades¹²⁹”. Julgava-se à data, que não havia possibilidade de se alcançar uma paz duradoura caso este antecedente não fosse tido em consideração. E é precisamente nesse sentido que se propõe em Paris, um redesenho do mapa de Estados da Europa, tendo em conta o factor cultural dos povos neles inseridos. O método era inédito, pela primeira vez se consertavam as fronteiras da Europa tendo em conta a geografia humana como factor principal.¹³⁰

No entanto, Soulier questiona se tal método seria suficientemente robusto para poder vencer uma realidade tão complexa do mosaico étnico europeu, destacando que, este pluralismo cultural, originava um panorama em que nenhum Estado era totalmente homogéneo, sendo que, os mapas étnico e linguístico europeus não coincidiam de todo com o mapa estatal. O autor afirma mesmo que “esta diversidade da Europa é uma das suas maiores riquezas, mas também uma das causas principais da permanente instabilidade política do continente, na medida em que o ideal do Estado-Nação é atingir a identidade do Estado e da nação”.¹³¹

Após o final da Grande Guerra deixa de existir o Concerto Europeu das Nações, sistema de equilíbrio de poderes que vigorou durante o século XIX, e passa a existir a Sociedade das Nações porém, esta nova instituição dispunha de um carácter universal, e não, de um carácter europeu. É precisamente aqui que começam a surgir as primeiras ideias de projectos para a unificação da Europa, como o *Memorando* de Aristide Briand, ou *Pan-Europa*, a pequena obra de Coudenhove-Kalergi.

Todavia, o sentimento nacional não esmoreceu no período entre guerras, foi precisamente neste tempo histórico que surgiram movimentos como o fascismo italiano

¹²⁹ *Princípio das Nacionalidades* – «Afirmção de que toda e qualquer nação tem direito à unidade política e à independência. A aplicação do princípio das nacionalidades exige que os limites entre Estados coincidam com as fronteiras entre nações culturais, seguindo a fórmula “a cada nação um Estado”» *de acordo com o Dicionario de Relaciones Internacionales y Política Exterior: p. 806*

¹³⁰ Soulier, 1994: “*A Europa*” p. 70

¹³¹ Idem, *Ibidem*

de Mussolini, e o nacional-socialismo germânico de Hitler, movimentos esses, cujas ambições viriam a chocar com outros interesses europeus, o que culminaria noutro conflito de larga escala entre 1939 e 1945, novamente com sede na Europa.

Capítulo IV

Desafios e Necessidades da Europa atual

1. – *Esgotamento das Energias Mobilizadoras e Desnorte*

Na esteira da reflexão iniciada no final do Capítulo I, com base no pensamento de Jürgen Habermas acerca do esgotamento das energias utópicas mobilizadoras, torna-se essencial debruçarmo-nos sobre esta temática de um modo mais geral e retrospectivo, não tratando o objeto pelo termo “energias utópicas”, mas sim, pelo termo “energias mobilizadoras”.

Antes de entrar pelo tópico do título, relativo ao esgotamento das energias mobilizadoras, há que abordar primeiro essas mesmas energias fazendo a pergunta: O que provoca e estimula a mobilização dos europeus, e como?

A propósito desta questão pode recorrer-se a Peter Sloterdijk quando este destapa duas óticas. A primeira está relacionada com a aceção de “essência europeia”, elaborada através de uma definição “psicopolítica” da Europa baseada na sua própria intensidade por Paul Valéry, que afirmava:

«“Onde quer que domine o espírito europeu, vemos aparecer o máximo de necessidades, o máximo de trabalho, o máximo de capital, o máximo de rendimento, o máximo de ambição, o máximo de modificação da natureza exterior, o máximo de relações e de intercâmbios.”

“Este conjunto de máximos é Europa, ou imagem da Europa.”

“Por outro lado, as condições desta formação e dessa desigualdade espantosa radicam evidentemente na qualidade dos indivíduos, na qualidade média do *Homo Europaeus*. É notável que o homem da Europa não seja definido pela raça, nem pela língua, nem pelos costumes mas sim, pelos desejos e pela amplitude da vontade...”¹³²

A segunda, por seu turno, está relacionada com o legado romano – e pode estar na origem da “intensidade” evidenciada na primeira por Valéry – sendo já, levemente tratada no final do primeiro ponto do primeiro capítulo deste trabalho, e prende-se com o facto de, segundo Sloterdijk, existir uma “ideia diretriz” no imaginário político europeu, que o mesmo define como “uma metempsicose do Império Romano através dos

¹³² Valéry, 1924 – Cit. por Sloterdijk, 2008: “*Se a Europa Acordar – Reflexões sobre o Programa de uma Potência Mundial no Termo da sua Ausência Política*” p. 27

povos europeus determinantes e capazes de história”. Povos esses que, olhavam para si mesmos na condição de “povos eleitos” para “reeditar as ideias romanas de dominação mundial”.¹³³ O que, de certo modo, foi conseguido mas, no entanto, tal não motivou um efeito unificador na Europa. Explica Sloterdijk que tal não acontece pelo facto de, no processo de transferência de império (presume-se que do Império Romano para o “império” da Cristandade), os transferidos terem entrado numa concorrência que dilacerou por completo uma hipotética construção uni-imperial, remanescendo daqui um resultado “multi-imperial”.¹³⁴ Resultado esse que deu origem, mais tarde, à “invenção” do Estado-nação individualista, situação que Sloterdijk considera insustentável para a Europa, afirmando que, essa mesma Europa seria “demasiado pequena para albergar duradoura e simultaneamente vários impérios ofensivos” de cariz nacional e ambições imperiais, não tardaria que estes, mais tarde ou mais cedo, se tentassem devorar uns aos outros. Afirma Sloterdijk que, “era da natureza das coisas que as competições nacionais-imperiais degenerassem naquilo a que se chamou de guerras mundiais”.¹³⁵

Para Sloterdijk, a Europa locomove-se através daquilo que o mesmo apelida (com base em Jan Assman) de, “processo de mito-motricidade”. O que a faz seguir em frente é a motricidade do seu próprio mito, acompanhada sempre por um processo de *Translatio Imperii*, – já evidenciado no primeiro ponto do primeiro capítulo deste trabalho – afirmando o autor que, a Europa se põe em andamento e se mantém em andamento por via de ter sempre a capacidade de reivindicar o Império que finda em si mesma, e transformá-lo por intermédio de uma metamorfose, num novo Império. Concluindo o autor que, na sua ótica, considera-se europeu quem participa numa transferência de império.¹³⁶ Conquanto, apesar de teorizar todo este processo, Sloterdijk não levanta suspeições acerca de como é que, em concreto, pode de facto provocar-se e estimular-se a mobilização dos europeus em torno da perpetuação do seu mito, não respondendo à parte final da questão acima colocada mas, no entanto, consegue destapar outros dois factores que se podem considerar como dois grandes hipotéticos catalisadores do fenómeno da mobilização.

¹³³ Sloterdijk, 2008: “*Se a Europa Acordar – Reflexões sobre o Programa de uma Potência Mundial no Termo da sua Ausência Política*” p.35-37

¹³⁴ Idem, ibidem

¹³⁵ Idem, ibidem

¹³⁶ Idem, pp. 34-35

Entretanto, há que recorrer ao pensamento de Georges Corm, que não cinge a sua análise apenas ao espaço europeu mas sim, ao ocidente em geral, que tem em si naturalmente incluída a Europa. Corm assume que o ocidente é em si um mito, mito esse que necessita constantemente de criar a imagem da existência de um poderoso, hediondo e perigoso arqu-inimigo, cujas intenções representam uma ameaça aos valores de liberdade que defende o ocidente, tendo como propósito, o assegurar da continuidade da vida do mito, mantendo este estimulado e, por consequência, bem de saúde.

Corm destaca que, o mito do ocidente reivindica constantemente valores como a liberdade, a prosperidade, a civilização, o progresso, o avanço científico, a racionalidade, a modernidade, o individualismo, a democracia, o Estado de direito, os direitos do Homem, o humanismo, o universalismo, a emancipação da mulher, a igualdade de oportunidades, a vitória sobre a doença, sobre a fome e sobre a pobreza. Criando desta forma, uma imagem triunfante de si mesmo.¹³⁷ Imagem triunfante essa que, os seus povos, de certa forma consideram, legitimamente, como conquistas da sua civilização, mesmo que certos conceitos já existissem noutras civilizações. O que, de certo modo, cria um sentimento forte relativamente a tais conquistas, sendo a sua possível perda, vista como um cenário catastrófico, o que causa um medo, o medo de perda do que foi conquistado, e de regressão para um cenário hediondo, longe do conforto e liberdades da vida a que nos acostumámos. É aí, nesse medo, que o mito se alimenta e ganha força porque, para que o mesmo sobreviva, este precisa de incutir nas suas hostes o medo do seu possível desaparecimento, medo esse que, praticamente na totalidade das vezes, é imputado a um inimigo externo, o tal hediondo e perigoso arqu-inimigo, que com a sua malvadez nos quer privar do nosso bem-estar alcançado, do qual temos a todo o custo que nos proteger e guardar.

Corm compara este paradigma ao “yin & yang” da cultura chinesa, afirmando que o nosso se assemelha mais à história de Abel e Caim, filhos de Adão e Eva, uma história de oposição entre o bem e o mal aos olhos de deus, semelhante – diz o autor – à oposição verificada no debate entre Arianos e Semitas no século XIX, que teve consequências catastróficas no século que se lhe seguiu. Século esse que, por sua vez, fora marcado, na sua segunda metade, pela oposição entre Liberalismo e Socialismo que, com a queda da URSS e, conseqüente vitória do ocidente liberal sobre o Socialismo,

¹³⁷ Corm, 2012: “*L’Europe et le mythe de l’Occident – La construction d’une histoire*” p. 36-37

circunstância que abriu um vazio para o ocidente, deixando-o sem um arqui-inimigo vital para a sua sobrevivência, fazendo com que este se virasse para a religião muçulmana – considerando-a como um obstáculo ao desenvolvimento e expansão dos valores ocidentais pelo resto do globo¹³⁸ – ou para os imigrantes.

A questão sempre se ergueu sobre pilares entre o bem e o mal, sendo disso exemplo as oposições entre crentes e hereges, civilizados e selvagens, democracia e totalitarismo, entre outras.¹³⁹ No primeiro ponto do primeiro capítulo deste trabalho são evidenciadas as oposições entre Gregos e Bárbaros, e mais tarde, entre Romanos e Bárbaros, sendo para Gregos e Romanos, a demonização dos povos Bárbaros, o alimento vital do seu próprio mito e, o que lhe garantiria a sua continuidade. Era através desse método, inculcando nas suas hostes o medo e a repulsa ao bárbaro, que o mito Grego e Romano ia colher o seu sustento.

Corn apelida este fenómeno de “modo binário de apoderamento do mundo”, e afirma que este método é, na ótica dos Europeus, um “princípio de contradição” que faz progredir a civilização e o espírito humano, onde “dois titãs, como na mitologia grega, estão condenados ao confronto, até que um deles seja derrotado e entregue as suas armas ao vencedor”.¹⁴⁰

Josep Fontana também partilha da mesma visão, chamando-lhe a “galeria dos espelhos deformantes”, através da qual, evidencia o autor, os europeus foram construindo a sua consciência coletiva com base na imagem de si próprios em oposição à imagem do “outro”. O bárbaro, o infiel, o herege ou o selvagem foram termos que, ao longo dos tempos, serviram de “espelhos deformantes”, hediondos e diabolizados no sentido de criar uma existência oposta que ameaçava a “nossa” existência.¹⁴¹ E foi, segundo Fontana, através dessa diabolização do “outro”, que os europeus foram conseguindo afirmar a sua pretendida superioridade sobre os restantes povos.

O autor indica que, esta fabricação de um inimigo comum – que aspira a “entrar na nossa cidadela como imigrante”, e que vem para “ameaçar a nossa prosperidade com as suas pretensões de ascender ao nosso nível de vida” – é eficaz, no sentido em que cria

¹³⁸ Idem, *ibidem*

¹³⁹ Idem, *ibidem*

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*

¹⁴¹ Fontana, 2000: “*Europa ante el espejo*” pp. 7-8

um imaginário onde é inconcebível conciliar os interesses do “nativo” e do “estrangeiro”, anulando por completo a possibilidade de fazer prosperar uma consciência de solidariedade entre ambos.¹⁴²

Esta circunstância, quando levada ao extremo, pode evoluir para um quadro de auto-guetização, cenário que Fontana evidencia ser de pouca eficiência, bem como, diz também ser um enorme perigo. Não para os pretensos “invasores”, mas sim para o povo que se isola por intermédio do amuralhamento. O autor recorre ao pensamento de Bruno Bettelheim, que declarava que os judeus favoreceram o seu próprio extermínio por consequência da sua “mentalidade de gueto”. E indicava que o próprio mundo ocidental aparentava estar a adotar a mesma mentalidade, não querendo saber nem compreender as mudanças que estão a ocorrer no resto do mundo, advertindo Bettelheim, para o facto de que, se não tivermos cuidado, o mundo ocidental isolar-se-á no seu próprio gueto e, com isso, consequentemente, poderá assinar os termos do seu próprio extermínio.¹⁴³

Fontana prossegue acerca do fenómeno do amuralhamento, afirmando que a utilidade defensiva de uma muralha é escassa e, dá o exemplo da maior muralha do mundo, a da China, dizendo que é bem sabido que tal construção defensiva era tão somente uma de muitas partes de um grande sistema de defesa, cujo elemento essencial eram os pactos que se estabeleciam com os povos que habitavam o outro lado da muralha. Terminando o raciocínio dizendo que, uma das mais valiosas lições da história é que, “nenhuma muralha protege permanentemente uma coletividade dos invasores que a ameaçam se esta não conseguir estabelecer alguma forma de pacto com os mesmos”. Fontana afirma ainda que, o mais importante a saber é que, os “nossos” problemas e os problemas dos outros devem sempre solucionar-se em conjunto pois, dentro de uma redoma, estaremos ainda mais vulneráveis face às ameaças externas e internas.¹⁴⁴

O autor finaliza observando que, é quando uma civilização perde a singular capacidade de adaptação aos tempos de mudança que, essa mesma civilização, se auto-condena ao desaparecimento, terminando um capítulo da história do Homem, e iniciando-se outro.¹⁴⁵

¹⁴² Idem, pp. 152-156

¹⁴³ Idem, ibidem

¹⁴⁴ Idem, ibidem

¹⁴⁵ Idem, ibidem

Totalizando, tanto Corm como Fontana destacam o facto de a civilização ocidental – na qual se incluem os Europeus – sentir uma necessidade vital de alimentar o seu mito através do incremento de um pensamento negativo e diabólico relativamente ao “outro”. Fazendo com que a existência de um archi-inimigo pretensamente perigoso, ao mesmo tempo, alimente e mobilize o mito no qual vivemos e queremos a todo o custo proteger. Assim sendo, o pensamento de Corm e Fontana, já consegue responder à pergunta acima colocada, que indaga acerca do que provoca e estimula a mobilização dos europeus. Podendo assim, com recurso a estes dois autores, responder que o que estimula os europeus e o que os faz locomover é a crença no seu próprio mito, mas sobretudo, o medo de o ver destruído ou sequestrado, cenário este que os mobiliza no sentido de tudo fazer para que o seu mito sobreviva e prevaleça e, portanto, havendo um archi-inimigo (fabricado ou legítimo) que, na ótica dos europeus, coloque em perigo a continuidade do mito, passa a existir um “bode expiatório” identificado, a quem serão prontamente imputadas todas as malícias e estratégias que virão para derrubar o seu mito, tornando-se de imediato esse archi-inimigo, num alvo abater ou dominar a todo o custo.

Conclusão esta que nos transporta para outra questão: “E depois do archi-inimigo ter sido abatido ou dominado, o que acontece ao mito?” É a partir daqui que o título deste ponto entra na equação.

Podemos aqui, pegar no exemplo do mais recente duelo de mitos da história da Europa, o duelo que se iniciou em 1945 no pós Segunda Guerra Mundial entre liberalismo e socialismo. Ambos estes mitos, que constituem duas utopias diferentes, digladiaram-se politicamente em solo europeu entre 1945 e 1991, dividindo a Europa em duas zonas de “ocupação”, a zona ocidental, subordinada ao liberalismo de Washington e, a zona leste, subordinada ao socialismo de Moscovo. Ambas as forças se afirmavam virtuosas e se acusavam de viciosas¹⁴⁶ e, a parte que saísse derrotada do duelo teria de “entregar as suas armas” à parte vencedora. Sucede que, em 1989, o bloco de leste sofre um violento derrote com a queda do muro de Berlim, e dois anos depois dá-se a estucada final, o bloco leste cai por definitivo. O socialismo havia perdido o duelo para o liberalismo e, começava em 1991, aquilo a que Peter Sloterdijk chamaria de tempos do vazio e da frivolidade¹⁴⁷, onde já não existia um opositor massivo contra quem combater.

¹⁴⁶ Tavares, 2012: “*A ironia do projeto europeu*” p. 83

¹⁴⁷ Sloterdijk, 2008: “*Se a Europa Acordar – Reflexões sobre o Programa de uma Potência Mundial no Termo da sua Ausência Política*” pp. 18-22

Já não existia uma utopia contrária, cuja retórica servia de combustível para a retórica opositora e vice-versa. O socialismo era o alimento do liberalismo, bem como, o liberalismo servia, também ele, de alimento para o socialismo. Que seria do mito liberal agora, completamente desprovido do seu próprio combustível? Isto, segundo Habermas, trata-se de um cenário onde um oásis utópico seca, seguindo-se a este fenómeno, a travessia de “um deserto de banalidade e perplexidade”¹⁴⁸. Deserto esse que se iniciou em 1991, com a “morte” do socialismo como sustento do liberalismo e, que aparentemente terminou em 2001, no dia 11 de Setembro, onde o liberalismo parece ter encontrado um novo sustento, o terrorismo, como ameaça aos valores da democracia e da liberdade.

Essa tal travessia de um deserto de banalidade e perplexidade, como lhe chama Habermas, pode assumir-se como um cenário perigoso para o mito ocidental e europeu caso não se contemple um fim desse mesmo deserto, devido ao facto de estes povos utilizarem como energia locomotora as ameaças ao seu próprio mito. Não existindo um “bode-expiatório” contra quem “defender” o seu prezado mito, ou seja, ao caminhar pelos trilhos do vazio, o mito começará a desenvolver sintomas de desnorte tais como, crises existenciais, questionando-se a si próprio e, em última instância, como afirma Habermas, começarão a surgir contra teorias, que o autor define como “teorias desejosas de mostrar que as mesmas forças de incrementação do poder – das quais a modernidade extraiu outrora a sua autoconsciência e as suas expectativas utópicas – na verdade, transformaram autonomia em dependência, emancipação em opressão e racionalidade em irracionalidade”¹⁴⁹. Posto isto, pode afirmar-se que, tal cenário de travessia desnorteada pelo deserto do vazio, será sempre entendido (consciente ou inconscientemente) pelos povos ocidentais, como uma circunstância a evitar ou, no mínimo, a reduzir o seu tempo de duração, evitando o estado de desnorte, para o bem da unidade e vitalidade do mito.

Assim sendo, a resposta mais adequada à questão posta em cima (“E depois do arqui-inimigo ter sido abatido ou dominado, o que acontece ao mito?”) talvez seja que, face a tal cenário, o mito se veja defronte a uma bifurcação. Essa bifurcação coloca o mito na posição de decidir entre atravessar o “deserto do vazio”, com todas as ameaças que daí possam advir trazidas pelo desnorte ou, encontrar um novo arqui-inimigo (legítimo

¹⁴⁸ Habermas, 1987: “*A nova intransparência*”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº18 p.114

¹⁴⁹ Idem, p. 105

ou fabricado) que sirva como novo “bode-expiatório”, que será acusado de ser responsável por todas as situações e circunstâncias que se digam poder colocar em risco a vida do prezado mito. No entanto, entre a morte do velho “arqui-inimigo” e até ao surgimento do novo, o mito, nesse intervalo de tempo, é forçado a atravessar o tal “deserto do vazio” e a estar vulnerável a todos os seus perigos.

Posto isto, parece ser unânime de entre Sloterdijk, Corm e Fontana que a energia mobilizadora que faz locomover a Europa e os europeus é, tão somente, a garantia da continuidade do seu próprio mito. Processo esse que, segundo Sloterdijk, estará sempre acompanhado por um processo de transferência de império, onde um novo império reivindica o legado do império que finda. Porém, para garantir a continuidade do mito, existe uma necessidade fundamental, que se prende com, a existência de um arqui-inimigo ameaçador que legitime a perpétua defesa do mito pois, só quando este se encontra sob ameaça, é que o mesmo não começa a ser questionado por si próprio e a desenvolver crises existenciais. Assumindo que a sociedade ocidental dos nossos tempos descende diretamente da longínqua sociedade da Grécia Clássica, podemos afirmar que, este padrão – da acentuada ânsia da sobrevivência e continuidade do mito, recorrendo para tal, à ênfase de um pensamento referente a um grande, hediondo e ameaçador “arqui-inimigo” – foi sendo passado de sociedade em sociedade desde os gregos clássicos até à sociedade ocidental, onde ainda hoje o mesmo vigora. Podendo dizer-se que, a sociedade ocidental contemporânea em que hoje vivemos, utiliza como garantia da continuidade do seu próprio mito, a mesma metodologia (consciente ou inconscientemente) que os seus antepassados da Grécia Clássica utilizavam quando incrementavam a exacerbada demonização do “bárbaro” que, por sua vez, inspiraram os romanos que, por sua vez, inspiraram a cristandade medieval que, por sua vez inspiraram os Estados-Nação, e assim sucessivamente até aos dias de hoje.

2. A Necessidade de um Bloco Europeu

Qual é a necessidade da construção de um Bloco Europeu ao nível político e económico? É esta a questão que tem de ser feita perante a ordem mundial que se nos coloca no tempo histórico em que vivemos hoje, mas que, já havia sido colocada anteriormente por diversos pensadores que foram elaborando os seus “projectos de paz”.

Os projetistas da paz, segundo Adriano Moreira, não se incluíam propriamente dentro da doutrina pacifista que, por si, considera a guerra como ruínosa para os interesses do género humano. Para os mesmos, o género humano não era a sua finalidade imediata tal como, também não o era o interesse exclusivo dos Estados. O autor interpreta-os antes como internacionalistas, sendo que, os mesmos baseiam o seu interesse primário na construção de uma comunidade de Estados que, ao mesmo tempo, cumpra um papel de autoridade comum, de fonte normativa e de árbitro legítimo, de modo a solucionar o problema político do “Ocidente dos Estados”, o constante clima de disputa e de guerra civil.¹⁵⁰

Muitos foram os projetistas e, igualmente, muitos foram os respetivos projetos.

Toma-se como o primeiro de todos, Pierre Dubois no século XIV, que elaborou o trabalho “*De recuperatione Terrae Sanctae*”. Dubois dirige-se aos príncipes da cristandade, demonstrando que a paz entre os Estados católicos era absolutamente necessária no sentido de assumir proficuamente uma missão contra os infiéis.¹⁵¹

George Podiëbrad, que foi rei da Boémia, também apresentou uma proposta para a construção de uma federação europeia em 1464, pondo em evidência o perigo da ameaça turca, servindo este, como factor de união. Projeto que dispunha de um órgão próprio de sede móvel, havia o dever de ajuda mútua entre membros, concebida uma arbitragem obrigatória e sanções para casos de desobediência.¹⁵²

¹⁵⁰ Moreira, 2004: “*A Europa em formação (A crise do Atlântico)*” pp. 95-100

¹⁵¹ Idem, *Ibidem*

¹⁵² Idem, *Ibidem*

Maximilien de Béthune, Duque de Sully e *Principal Ministre d'État*¹⁵³ do rei Henri IV de França, também elaborou uma ideia de projeto, aparentemente uma ideia própria. O projeto consistia numa divisão da Europa em 15 Estados em equivalência de poderes que, em conjunto, constituiriam uma *Cristianíssima República* onde apenas seria admitido o catolicismo, calvinismo e luteranismo. Os demais credos seriam forçados a converter-se ou, a abandonar a federação. O Cristianíssimo Conselho seria o órgão principal de arbitragem e disporia de uma sede móvel, bem como de um exército próprio.¹⁵⁴

William Penn, britânico e fundador da província da Pensilvânia (que, mais tarde se tornara o Estado americano da Pensilvânia), também elaborou, em 1693, o seu próprio projeto de paz europeu no *“Essay towards the present and future peace of Europe by the establishment of an European Diet, Parliament, or Estates”*. Obra onde defendia a criação de uma Dieta federal europeia de 90 representantes, distribuídos ponderadamente pelos Estados-Membros, órgão onde se admitia a presença dos turcos, defendendo a manutenção do *status quo* territorial. Penn afirmava que a Europa podia alcançar e conservar a paz entre as suas soberanias, através das “mesmas regras de justiça e prudência pelas quais os pais e senhores governam as suas famílias, e os magistrados as suas cidades, e os Estados as repúblicas, e os príncipes e reis os seus principados e reinos”.¹⁵⁵

Foi ainda escrito o *“Projeto para estabelecer a paz perpétua na Europa”*, por Charles-Irénée Castel de Saint-Pierre, que defendia a supremacia do direito internacional, concebia a regra do voto ponderado em função da importância dos Estados mas, prevendo uma congregação de pequenas potências de modo a que o seu voto pudesse ser de força equivalente às demais. Previa a limitação dos exércitos nacionais, bem como, também, o comando de um exército comum por parte de um generalíssimo em caso de guerra.¹⁵⁶

No meio de uma miscelânea imensa de pensadores que conceberam projectos de paz para a Europa, haveria ainda que evidenciar Immanuel Kant e o seu *“Projeto filosófico de Paz Perpétua”* ou, Saint-Simon e Augustin Thierry e a obra *“Da reorganização da Sociedade*

¹⁵³ *Principal Ministre d'État* – Primeiro Ministro; Chefe de Governo.

¹⁵⁴ Idem, Ibidem

¹⁵⁵ Idem, Ibidem

¹⁵⁶ Idem, Ibidem

*Europeia ou da necessidade e dos meios de congregar os povos da Europa num só corpo político, conservando cada um a sua independência nacional.*¹⁵⁷

Todos estes pensadores, segundo Adriano Moreira, procuram conservar uma unidade que todos reconhecem, pese embora estes não a definam. Inspiram-se em valores comuns de índole cristã, não obstante, aplicam esses valores no quadro de uma “concepção ocidental de vida”, defendendo um pluralismo que o autor declara que torna instável o “mecanismo da unidade”. Culpando o maquiavelismo, que lhe parece inseparável dos “valores nascentes” do Estado, da soberania, da Nação, do consentimento, da arbitragem, da ordem e da missão. Valores que, afirma darem origem a “critérios políticos nem sempre conciliáveis”, como o princípio do equilíbrio, a autonomia dos povos, a legitimidade, as nacionalidades, a autodeterminação e a interdependência.¹⁵⁸

Acima de tudo, todos estes pensadores assinalavam uma necessidade superior, a da criação de um grande bloco europeu como a derradeira solução para o alcançar da paz e da estabilidade duradouras na Europa.

Quem também o fez foi Richard Coudenhove-Kalergi, na sua obra *“Pan-Europa”*, escrita em 1923, apenas cinco anos após o término da Primeira Guerra Mundial, seis anos antes do início da Grande Depressão, mas sobretudo, 16 anos antes do início daquilo que viria a ser a Segunda Guerra Mundial. E, nessa mesma obra, Coudenhove-Kalergi faz uma breve análise da situação em que se encontrava a Europa de então, qual era o seu posicionamento no xadrez mundial à data, que desafios se lhes apresentavam no presente de 1923 e, que abordagem deveria ser tomada para salvaguardar a sua sobrevivência, independência política e futuro. Mas sobretudo, visa demonstrar o porquê de ser indispensável à sobrevivência da Europa, que a mesma se una através da criação de uma federação pan-europeia, reiterando que, a sua desunião é sem sombra de dúvidas o pior inimigo para o seu desenvolvimento, independência política e prosperidade na nova ordem mundial do período pós Grande Guerra.

Coudenhove-Kalergi começa por assumir que, a Europa do seu tempo, se deixou tomar pela decadência face aquilo que outrora havia sido, decadência essa, que o mesmo identifica não como biológica, mas sim como política. Justificando essa decadência

¹⁵⁷ Idem, Ibidem

¹⁵⁸ Idem, Ibidem

política pelo facto de que, a Europa, não morre de velhice, mas morre porque os seus cidadãos se matam entre si, arruinando-se com a ajuda dos recursos que o seu próprio avanço tecnológico lhes concede.¹⁵⁹ Recursos esses que, poderiam bem servir o seu próprio progresso e prosperidade, ao invés de serem deitados a perder.

O autor refere que, a Europa do seu tempo, tem o olhar virado para o seu passado e, afirma que, essa é a principal causa do retrocesso e divisão do continente, dando como exemplo, as discussões públicas da época, que se desenvolviam exaustivamente no sentido de apurar as causas da Grande Guerra, no lugar de se desenvolverem no sentido de evitar outra guerra idêntica.¹⁶⁰ Flagelo que – 16 anos depois de Coudenhove-Kalergi ter previsto a sua possibilidade nesta obra – se viria a repetir efetivamente entre 1939 e 1945 com a Segunda Guerra Mundial quando, novamente, sangue europeu era derramado em solo europeu, em batalhas provocadas por desavenças entre europeus.

À Europa de 1923, era ainda recente um passado de domínio político e económico sobre o mundo. Ao longo do século XIX, impérios asiáticos antigos como a China, a Pérsia ou o Império Otomano encontravam-se em decadência e em posição de inferioridade. África estava dividida e tomada pelos europeus, enquanto que, Índia e Austrália também estavam sob administração europeia. Só as américas dispunham de uma verdadeira independência política da hegemonia do continente europeu, liderados pelos Estados Unidos da América que, com a doutrina Monroe, ajudaram os países americanos a declarar independência política e económica das potências europeias. Porém, ainda que as américas dispusessem de autonomia face à hegemonia europeia, tal conjuntura não punha em perigo o poderio da Europa, esta continuava a ser o centro político do mundo, assentando as suas sedes de poder no eixo Reino Unido, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria, França e Itália.¹⁶¹

No entanto, a Europa, que até finais do século XIX tinha em sua posse a liderança do mundo, sofre uma reviravolta, onde o mundo começa a emancipar-se do seu poderio. Reviravolta essa, causada, segundo Coudenhove-Kalergi, por cinco circunstâncias ocorridas ao longo do primeiro quarto do século XX, que ditaram o fim da hegemonia do continente europeu.

¹⁵⁹ Coudenhove-Kalergi, 1923: “*PanEuropa*” p. 3

¹⁶⁰ Idem, p. 4

¹⁶¹ Idem, pp. 9-10

A primeira de todas, considera o autor, foi a constituição de um Império Britânico ultramarino, intercontinental e de carácter federal, evoluindo de um império europeu com colónias extraeuropeias, para um império mundial, deixando de ser Londres a sede total do poder imperial, estando estes poderes agora distribuídos pelo restante império. Resumidamente, o Reino Unido deixa de ser o detentor total do poder do império, para passar apenas a presidi-lo inserido num paradigma federal (detendo um estatuto de “*primus inter pares*”) em conjunto com as suas ex-colónias. Deste modo, o centro de gravidade do poderio britânico deixou de estar colocado no oceano Atlântico e, passou a estar estabelecido no oceano Índico, fazendo o império passar por uma metamorfose fortificante, onde passou, de grande potência europeia, a potência mundial intercontinental.¹⁶² Tentando interpretar o ponto de vista do autor, para este evidenciar esta circunstância histórica, presume-se que, o mesmo queira realçar a perda do poder total de Londres – e consequente distribuição do mesmo pelo império – como algo negativo para o poder da Europa no mundo pois, uma das suas nações, estava a deslocar poder para fora do continente, tornando-o um pouco menos dominante no cenário internacional.

A segunda circunstância, na perspectiva de Coudenhove-Kalergi, foi a constituição de um Império Russo também mundial. A Rússia era, até à revolução de 1917, uma nação europeia com colónias asiáticas, após a revolução, é posta em marcha uma reformulação estrutural da nação, que a transforma num império continental de carácter federal e sem colónias que, foram inseridas na federação. Criando assim um enorme bloco – com a sua parte mais pequena na Europa, e a mais extensa na Ásia – chamado União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que, em pouco tempo, se tornaria numa potência mundial euroasiática. Esta nova nação rejeita o modelo democrático europeu, o que fez com que partes ocidentais do território do império se separassem do mesmo e, se unissem ao bloco ocidental das nações democráticas, como foi o caso da Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia e Bessarábia. Foi precisamente neste momento histórico que, os Urais deixaram de ser a fronteira oriental da Europa, tendo sido estabelecida uma fronteira política que separava a Rússia soviética das nações ocidentais. Concluindo, a Rússia, tal como o Reino Unido, sofria uma metamorfose fortificante, deixando de ser uma grande potência europeia, para se tornar numa potência

¹⁶² Idem, pp. 10-13

euroasiática.¹⁶³ Uma vez mais, presume-se que o autor queira pôr em evidência o facto de haver novamente um deslocar de poder de dentro da Europa, para fora da mesma, com a agravante de ter sido criada uma fronteira política dentro do próprio continente Europeu, dando indícios de divisão ideológica no seio do continente, o que aparenta ser duplamente negativo para a hegemonia europeia, não só o continente perdia poder, como se dividia.

A terceira circunstância prende-se com aquilo que o autor apelida de “emancipação da Ásia” mas que, no fundo, é apenas a emancipação do Japão, motivada pela sua transformação numa grande potência, facto salientado com a sua vitória na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Nascia assim, uma verdadeira potência no extremo oriente, cuja influência já se fazia notar. Em 1923, o Japão já era, juntamente com a Rússia, o segundo Estado mais poderoso da cena internacional, só suplantados pelo Império Britânico e Estados Unidos da América. O Japão era agora uma nação fortemente militarizada, o que deixava a hegemonia europeia gravemente ferida.¹⁶⁴

A quarta circunstância, segundo Coudenhove-Kalergi, está relacionada com uma galvanização política do continente americano. Em primeira instância, porque a importância internacional dos Estados sul-americanos crescia exponencialmente, sendo evidenciado que, na II Convenção de Haia de 1907, as delegações das repúblicas sul-americanas dispunham, pela primeira vez, dos mesmos direitos que os representantes das nações europeias, assim como, também dispunham de um papel fundamental na Sociedade das Nações, onde tinham uma palavra a dizer relativamente aos problemas europeus. Em segunda instância, devido ao desenvolvimento colossal dos Estados Unidos da América, que os colocou num patamar de potência hegemónica. A sua influência estendia-se através da União Pan-Americana até à América do Sul, até à Europa por via de serem o seu principal credor e, até ao extremo oriente, por serem a salvaguarda da independência da República da China. Os Estados Unidos da América começaram a progredir na cena internacional aquando da sua vitória sobre Espanha, na Guerra Hispano-Americana de 1898 e, aquando da sua mediação na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. Essa progressão foi acelerada pela construção do canal do Panamá, pela posse de uma larga frota marítima e, por um substancial aumento

¹⁶³ Idem, *ibidem*

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*

populacional e de riqueza. Como corolário de toda esta escalada, está a sua decisiva participação na Primeira Guerra Mundial, que permitia que à data da execução desta obra de Coudenhove-Kalergi, em 1923, esta nação já fosse por si considerada como “o império mais rico, mais poderoso e mais avançado do mundo”.¹⁶⁵ Nação esta, não europeia, presumivelmente o principal factor considerado pelo autor, uma vez mais se dava um caso de aumento de poder extraeuropeu, perante uma crescente insignificância dos demais países da Europa.

E finalmente, a quinta circunstância que Coudenhove-Kalergi considera fatal para a hegemonia europeia, sendo talvez a mais significativa de todas, a decadência da Europa provocada pela sua desunião. Após a Grande Guerra, provocada por desunião e desavenças europeias, duas grandes potências deixaram de o ser, deixando de desempenhar um papel de relevo nas questões globais, são elas o Império Austro-Húngaro, que foi desmantelado, deixando de existir e, a Alemanha, sofrendo vastas perdas territoriais e sendo deixada numa posição de grande fragilidade económica. França e Itália eram agora as duas únicas grandes potências europeias, obtiveram bons ganhos territoriais com a guerra, mas a sua estabilidade populacional e económica sofreu danos consideráveis, deixando a sua posição internacional a oscilar no fio da navalha e, a sua influência fora da Europa, muito limitada. Não obstante de ainda serem potências europeias, estas duas nações tinham perdido projeção internacional e, eram agora potências mundiais de segunda linha. O autor realça o facto de que, “enquanto as demais grandes potências vão repartindo e reordenando os povos e as matérias primas do mundo, e organizando os continentes, França permanece obcecada pelo Reno e Itália pelo Mediterrâneo”. Facto que, Coudenhove-Kalergi, diz demonstrar que, as oportunidades que a Europa vai tendo de continuar a aplicar a sua influência política nas questões do mundo, estão completamente paralisadas pela sua própria desunião. Fazendo com que, a Europa, outrora o centro do mundo, se transformasse aos poucos na periferia do mesmo, caindo na insignificância.¹⁶⁶

São no fundo estas as principais circunstâncias que o autor alega serem as responsáveis por uma súbita reviravolta no panorama internacional. Passando-se de um quadro eurocêntrico para um quadro multipolar, onde o actor principal deixou de ser a

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*

Europa, partilhando esta agora o palco mundial com EUA, Império Britânico, URSS e Extremo Oriente. Adiantando que a Europa se encontrava agora frágil e na defensiva, vendo a sua própria independência ameaçada em duas frentes e, a dois níveis. Uma ameaça de invasão militar a leste, por parte da URSS, e uma ameaça de invasão económica vinda do Atlântico, por parte dos EUA. Alegando o autor que, tal cenário de incerteza quanto ao futuro da Europa, de perda da hegemonia, e de ameaça à sua independência, se deu tão somente devido à inaptidão dos seus povos para estes se manterem unidos.

Contudo, Coudenhove-Kalergi declara ter a solução para estancar e inverter este cenário.

A solução prende-se com o facto de que, a cada dia que passa, o mundo vai ficando cada vez mais pequeno, derivado ao constante progresso tecnológico dos meios de comunicação e transporte, o que faz com que as nações estejam cada vez mais próximas umas das outras. O autor evidencia o descobrimento do motor a vapor, do caminho de ferro, da eletricidade, do automóvel e do avião – objetos e técnicas que hoje, alguns, já são totalmente obsoletos, mas que, em 1923 eram das mais recentes e revolucionárias tecnologias, comparáveis às que vão revolucionando a nossa vida actual, como a internet, o motor eléctrico, a navegação por satélite ou a inteligência artificial – e como essas descobertas ajudaram a modificar a relação entre distância e tempo. As distâncias permaneciam as mesmas, mas o tempo de ligação entre si era substancialmente mais reduzido que nos tempos das tecnologias anteriores àquelas, como a diligência a cavalo, o barco à vela ou o pombo correio. São dados dois exemplos, o de Paris e Berlim que, em 1923, unidas por avião, se haviam convertido em cidades vizinhas, tal como Atenas e Tebas na Grécia Clássica; e o de, em termos relativos, face aos tempos tecnológicos, o Império Britânico ser tão extenso como o Império Romano o havia sido, pois, o Oceano Índico para a civilização de 1923, era pouco maior que o Mar Mediterrâneo era para a civilização romana.¹⁶⁷

O autor evidencia um problema resultante de tal empequenecimento do mundo, considerando que, tal fenómeno também provoca um empequenecimento das nações e, ao mesmo tempo, um aproximar dos diferentes povos. Coudenhove-Kalergi afirma que,

¹⁶⁷ Idem, pp. 14-15

se a política não se souber ajustar a este progresso dos meios de comunicação e transporte, resultarão daí tensões que provocarão conflitos e “catástrofes terríveis”. E, que, para que tais tragédias motivadas pela aproximação dos povos se previnam, deve ser posta em execução uma equivalente aproximação política.¹⁶⁸

Conclui o raciocínio evidenciando que, o Estado independente moderno, formado ao longo da história, se tornou demasiado pequeno para que, no futuro, seja capaz de salvaguardar a sua própria existência. E como tal, diz Coudenhove-Kalergi, deve reestruturar-se e integrar-se, juntamente com outros Estados, numa Federação.

O autor reforça a sua conclusão com um argumento simples: “As potências que dirigem o mundo actualmente, são Federações”. Enumerando as mesmas: EUA, URSS, Império Britânico, China, fazendo também uma pequena referência aos Estados sul-americanos.

Por fim, assinala que a Europa deverá seguir este exemplo, suprimindo as exigências políticas que o avanço tecnológico impõe, e constituir-se ela própria também numa Federação. Sem isto – afirma assertivamente Coudenhove-Calergi em 1923 – “a Europa avançará em direção a uma nova guerra”.¹⁶⁹ Cenário que não demoraria mais do que 16 anos a dar-se, com o início daquela que viria a ser batizada de Segunda Guerra Mundial, episódio que vem dar razão ao argumento de Richard Coudenhove-Kalergi.

O autor destapa, com relativa subtileza, o facto de estarem a ocorrer mudanças de fundo na ordem mundial da altura, estando esta, numa transposição de um mundo de “grandes potências”, para um mundo de “potências mundiais”. Tendo a nova ordem, como atores principais, os grandes blocos de Estados agrupados, como os EUA, a URSS ou o Império Britânico. Num mundo onde os pequenos Estados tenderiam a unir-se em novos grandes impérios. No entanto, também destapa um problema, que se prende com o facto de, na Europa, a tendência natural não ser essa. Na Europa, mediante o autor, “o desejo de liberdade é maior que o desejo de organização”, onde “a nação mais pequena exige a sua plena soberania, sem tentar saber se tal é sustentável face à competição das demais em seu redor”. Reiterando que, numa Europa repleta de Estados divididos, sem organização, em constante confrontação uns contra os outros e arrasados por ódios e

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*

¹⁶⁹ Idem, *Ibidem*

invejas recíprocos, só encontrarão uma verdadeira libertação quando se souberem organizar em união, caso contrário, serão devorados pelos novos grandes blocos mundiais, cujo poder aumenta exponencialmente a cada dia. Para Coudenhove-Kalergi, a Europa, para subsistir, tinha de encontrar a conjugação entre liberdade e organização.

É com este desenvolvido argumento que Coudenhove-Kalergi responde indiretamente à pergunta que abriu este ponto, que indaga sobre «Qual é a necessidade da construção de um Bloco Europeu ao nível político e económico?». Face a esta pergunta, e tendo em consideração o ponto de vista do autor, presume-se que, o mesmo, utilizasse a retórica acima descrita, como justificação para a unidade das nações europeias e, como essa unidade seria incontornável no sentido de garantir a independência económica e soberana das mesmas face aos demais “grandes blocos” do resto do mundo.

Mas, no entanto, a sua argumentação não fica por aqui. O autor (à data) reconhece que, a Europa como conceito político não existe, a região do mundo que reivindica este nome é, nada mais que uma miscelânea de povos e Estados com um problema inerente, o problema já acima referido por Adriano Moreira de “constante clima de disputa e de guerra civil”, que Coudenhove-Kalergi também reconhece. O autor, aponta para a impossibilidade de esta miscelânea de Estados europeus desunidos se manter estável e sólida, de modo a competir com aquilo que o mesmo chama de “impérios mundiais do futuro”.¹⁷⁰

Evidencia que, apesar de ter perdido a supremacia política sobre o mundo, a Europa ainda conservava a sua independência, as suas colónias e o seu futuro e, que, se esta Europa se unisse a tempo, poderia ainda tomar partido na divisão do bolo mundial, e almejar possuir os mesmos direitos que os demais líderes do mundo. Todavia, caso tal não acontecesse – cenário que de facto se verificou – e a Europa seguisse dividida, a sua influência política cairia gradualmente, até ao dia em que perderia as suas colónias e, conseqüentemente, iria dar por si na miséria sendo, por fim, pilhada e ocupada por invasores externos.¹⁷¹ Cenário que, de facto, se sucedeu em 1945 com o final da Segunda Guerra Mundial, onde se verificou aquilo que Coudenhove-Kalergi prevê em 1923. A Europa seguiu dividida, a sua estabilidade e solidez não se verificou nessa divisão, o clima

¹⁷⁰ Idem, pp. 19-20

¹⁷¹ Idem, ibidem

de disputa continuou sem arbitragem, uma nova guerra rebentou, guerra essa que, gradualmente, enfraquecia política e economicamente toda a Europa, até ao dia em que a guerra finda e as nações europeias dão por si completamente desgastadas e vulneráveis, as suas colónias foram-se gradualmente perdendo nos anos 50, 60 e 70 e, logo após o final da guerra, a Europa dá por si ocupada e dividida ao meio pelas duas grandes potências mundiais que dominariam a cena internacional depois da guerra (EUA e URSS), que viriam a estabelecer, na sua respetiva parcela da Europa, o seu modelo de sociedade e o seu modelo económico. Sendo, este ultimo acontecimento, a machadada final na (tão proferida pelo autor) independência da Europa, culminando na sua ocupação externa e pilhagem.

Por fim, Coudenhove-Kalergi faz uma comparação pertinente entre a Europa de 1923 com a Alemanha do período compreendido entre o século XV e o século XIX. Compara-os dizendo que, a situação da Europa se assemelha à situação da Alemanha do período temporal indicado. A Alemanha desse tempo histórico – ou Sacro Império Romano para ser meticoloso – era portadora do estatuto de herdeira do Império Romano do Ocidente e, como tal, detinha teoricamente um estatuto de proeminência sobre os Estados cristãos da Europa, que na prática não existia, devido à debilidade da sua unidade interna, motivada pelas aguerridas rivalidades entre os seus príncipes e respetivos “impulsos independentes” dos seus Estados e cidades-Estado.¹⁷²

O autor assemelha este cenário de rivalidade e competição interna vivido no Sacro Império Romano, ao cenário que se apresenta na Europa, de “constante clima de disputa e de guerra civil” – como descreveu Adriano Moreira – subentendendo-se que, o autor defende que, tal cenário, se revela debilitante para a estrutura de um Estado que se quer unido e coeso.

Continuando, Coudenhove-Kalergi vai dando ênfase ao auto-enfraquecimento dos Estados alemães, e conseqüentemente do Sacro Império Romano – o super-Estado comum a todos eles – que ia gradualmente caindo na insignificância, à medida que, no resto da Europa, se iam estabelecendo fortes nações centralizadas, unitárias e coesas como França, Inglaterra, Suécia, Espanha ou Portugal. Nações estas que, graças à sua

¹⁷² Idem, pp. 20-21

estabilidade concedida pela homogeneidade, se tornaram mais focadas e, conseqüentemente, mais poderosas que o império dos Estados alemães.¹⁷³

O autor dá ainda o exemplo da Holanda – uma região do Sacro Império Romano – que se separa do império, declarando-se independente, procurando elevação e a constituição de um império colonial, de modo a estabelecer-se, ela própria, como grande potência. E, compara esta situação à situação do Reino Unido no pós Primeira Guerra Mundial, que vira costas à Europa e se vira para o seu império mundial federal, para se assumir como potencia intercontinental independente.

Coudenhove-Kalergi continua com o exemplo da Alemanha no período pós Guerra dos Trinta Anos e Paz de Vestefália, onde a desunião interna dos alemães continuava e, onde o Sacro Império Romano era o campo de batalha da Europa, onde soldados alemães lutavam uns contra os outros, nos seus territórios, motivados por desavenças entre Ingleses e Franceses. Os pequenos Estados alemães não eram mais que meras “peças de um xadrez” jogado por outras nações, deixando os alemães de fora da grande repartição das colónias. À medida que os outros Estados enriqueciam, os alemães empobreciam cada vez mais. Por fim, não tardou a chegar a estucada final, Napoleão toma o poder em França e, com as suas ambições expansionistas, funda a Confederação do Reno, acontecimento que põe fim ao Sacro Império Romano. “Este foi o preço da sua independência”, consolida Coudenhove-Kalergi, afirmando que a rivalidade dos alemães se revelou mais forte que a sua solidariedade, sendo isso, o que se pode afirmar como a sua doença fatal.¹⁷⁴

O autor volta a comparar a Alemanha com a Europa, alegando que, com a Grande Guerra de 1914-1918, a Europa alcança uma fase histórica semelhante à da Alemanha no pós-Guerra dos 30 Anos. Convertendo-se num campo de batalha de povos extra-europeus, onde “negros, índios, turcos e russos” lutaram em solo europeu. Arrasando as suas regiões mais abastadas, arrasando a sua população, arrasando a moral dos povos, e inflamando ainda mais os ódios comuns.¹⁷⁵ Subentende-se que o autor concluiria o raciocínio novamente com a expressão “este foi o preço da sua independência”.

¹⁷³ Idem, Ibidem

¹⁷⁴ Idem, Ibidem

¹⁷⁵ Idem, Ibidem

Por último, Coudenhove-Kalergi reitera que, se a Europa não aprender com a história, terá igual desfecho ao Sacro Império Romano e, tornar-se-á no “tabuleiro de xadrez” militar e político do mundo, e conseqüentemente, acabará dividida em zonas de influência de outras potências. Em 1923, o autor prenunciava que essas potências seriam os EUA, a Rússia e o Reino Unido. Prenunciava ainda que, as barreiras aduaneiras entre nações impediriam o desenvolvimento económico, fazendo com que novos conflitos dizimassem o que restasse de riqueza e bem estar dos povos. Previa também que a Europa caísse na irrelevância, onde um político europeu seria ridicularizado em matérias de política mundial. E, como derradeiro prenúncio, o autor evidencia o aparecimento de um “Napoleão” russo, que dominaria a Europa de leste, e criaria uma “nova Confederação do Reno”, uma união de países de leste, que resultaria na estucada final para o reafirmar da Europa no mundo.¹⁷⁶

Por fim, Richard Coudenhove-Kalergi conclui, afirmando que é possível que a Europa escape a este destino, desvendando uma solução. Essa solução, diz o autor, chama-se Paneuropa, “a união política e económica de todos os Estados europeus, desde a Polónia até Portugal, numa união de nações”.¹⁷⁷ Só assim, conjectura Coudenhove-Kalergi, a Europa poderá subsistir e perdurar face às exigências dos novos tempos.

¹⁷⁶ Idem, pp. 21-22

¹⁷⁷ Idem, ibidem

Capítulo V

*Jorge Semprún. O protótipo da solução do problema da
Europa*

I

Madrid, 10 de dezembro do ano 1923. É o local e data de nascimento de um homem que viria a ser um intelectual, um político e um escritor de referência quer no seu país de origem, Espanha, quer no seu país de acolhimento, França.

De descendência aristocrata, era neto de António Maura, que foi Presidente do Conselho de Ministros do Rei Alfonso XIII por cinco ocasiões, entre os anos de 1903 e 1922, e filho de José María Semprún Gurrea, advogado, político, republicano, escritor e diplomata da República Espanhola. Todavia, apesar de fazer parte de uma família que era simultaneamente católica e aristocrata, a mesma família era também, por mais paradoxal que possa parecer, liberal e republicana.¹⁷⁸ Tal facto, numa Espanha prestes a cair numa guerra civil entre Republicanos e Nacionalistas, seria determinante na vida do ainda jovem Jorge Semprún.

E, é precisamente entre o início Guerra Civil Espanhola e o período pós Segunda Guerra Mundial que Jorge Semprún viveu, em tenra idade, a maioria das experiências mais marcantes da sua vida.

A grande aventura política de Jorge Semprún começa em julho de 1936, com a crescente fragilidade da 2ª República Espanhola a fazer temer que algo de sério se pudesse suceder. Nesse ambiente de incerteza, a 17 de julho, a família Semprún parte de Madrid, de férias, até à vila costeira de Lequeitio no País Basco. No dia seguinte dá-se o golpe dos militares insurretos, que faz rebentar o conflito que viria mudar drasticamente a vida dos Semprún, como de todos os espanhóis. Os Semprún nunca mais regressariam das férias de 1936.¹⁷⁹

A azafama da guerra chegava ao País Basco, os homens tomavam as armas e corriam rumo às frentes, aquilo que eram casas de habitação eram agora hospitais e postos de vigia. A calma habitual de verão de uma vila costeira havia desaparecido, a vida do povo espanhol alterar-se-ia drasticamente. Jorge Semprún, com apenas treze anos de idade, via meros homens do povo pegar em armas rudimentares e construir barricadas feitas para conter o avanço dos atacantes, num gesto de resistência desesperada, de modo a permitir que mulheres, crianças e visitantes pudessem escapar rumo a Bilbao durante a

¹⁷⁸ Gally, 2003: *“La memoria como escritura: Entrevista com Jorge Semprún”*

¹⁷⁹ Nieto, 2014: *“La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura”* pp. 19-21

madrugada. Tal contemplação, levanta Felipe Nieto, pode ter-se revelado crítica para a vida de Jorge Semprún, no sentido de, tal visão, poder ter clareado a mente de um jovem na pré-adolescência, de modo a que este sentisse um compromisso para com aqueles homens, o compromisso de dar continuidade à sua luta e à sua resistência, contra aquele que era o inimigo comum a todos eles, o fascismo.¹⁸⁰

Em setembro a situação piora significativamente e, o chefe de família, José Maria Semprún Gurrea, toma a decisão de abandonar Espanha com a sua família por razões políticas e de segurança. O pai de Jorge Semprún, advogado e escritor, era um convicto republicano e um homem próximo das elites da Espanha republicana, tendo sido também Governador Civil da República em Toledo e posteriormente em Santander. E, portanto, com este “cadastro” de “*rojo*”¹⁸¹, era um alvo a capturar para os nacionalistas, como qualquer republicano à data. Nessa condição, na madrugada do dia 22 de setembro de 1936, os Semprún partem do porto de Bilbao, no bacalhoeiro *Galerna*, navegando de luzes apagadas na escuridão da noite para não ser detetado, rumo à cidade francesa de Bayonne, no País Basco francês. Começava assim, a vida de exilado de Jorge Semprún, com todas as contrapartidas que tal circunstância impõe, desde a adaptação a um novo país e língua, ao choque com uma sociedade que, de forma crua, pouco ou nada queria saber das circunstâncias que o colocaram em tal situação, a de uma brutal guerra civil, logo ali ao lado, que dividia um país vizinho, o país que Jorge Semprún tinha como seu e que, com mágoa, olhava para o seu arrasamento.¹⁸²

São, por um breve período, acolhidos pela família do personalista francês Jean-Marie Soutou em Lestelle-Bétharram, perto de Pau, enquanto José Maria Semprún tentava entrar em contacto com as elites republicanas para declarar as suas intenções em servir e colaborar com o Governo da República. Mudam-se em princípios de outubro para Genebra, era mais fácil estabelecer contacto com as autoridades republicanas e planear um possível regresso a Espanha. Foi em Genebra que, Jorge e o seu irmão Gonzalo, por um breve período, estudaram no Collège Calvin, onde, segundo Felipe Nieto, afirmavam de punho fechado as suas convicções republicanas em oposição aos demais colegas que se afirmavam admiradores do fascismo. Foi no dia 11 de dezembro

¹⁸⁰ Idem, p.22

¹⁸¹ “*Rojo*” – Termo utilizado para caracterizar e identificar simpatizantes e membros da facção republicana na Guerra Civil espanhola.

¹⁸² Idem, ibidem

que José Maria Semprún foi nomeado secretário de primeira classe interino na representação diplomática da República Espanhola em Haia, que se encontrava deserta. Os Semprún mudar-se-iam todos juntos para a cidade holandesa, onde encontrariam tempos de estabilidade financeira e emocional, bem como de calma relativa.¹⁸³

Foi na Holanda que o jovem Jorge avançou na sua formação, no Tweede Gymnasium, onde passava longas horas na biblioteca do instituto a ler obras que não podia adquirir em Espanha. Começava aí a desenvolver gosto pela poesia, escrevendo e declamando os seus primeiros poemas, desenvolvia também uma paixão pela pintura. O facto de estar em constante contacto com pessoas de elevado grau de erudição e cultura, quer no instituto onde estudava, quer amigos do seu pai, adeptos do personalismo, como Ussía ou Soutou, verificou-se um proveitoso estímulo e orientação do jovem Jorge, que se viu influenciado por todos estes homens que o rodeavam todos os dias.¹⁸⁴

Depois de dois anos em Haia, a família Semprún vê-se obrigada novamente a mudar as suas vidas. Sendo José Maria Semprún diplomata da República, em Março de 1939, quando a derrota da República face aos Nacionalistas na Guerra Civil de Espanha se consuma, o seu cargo extingue-se e, mais uma vez, os Semprún têm de se fazer à estrada, voltando novamente a viver dependentes dos seus amigos mais próximos. A família e os filhos mais novos estabelecem-se a norte de Paris, em Saint-Prix, porém, Jorge e Gonzalo, seu irmão mais velho, vão viver sozinhos para Paris, para estudar no Liceu Henri-IV – instituição muito prestigiada em França – em regime de internato. O convívio com outros rapazes, para quem pouco importavam as circunstâncias de vida de ambos os jovens, pela primeira vez a viver sozinhos, pôs fim a uma curta adolescência destes.¹⁸⁵ Jorge tinha 16 anos de idade.

Jorge Semprún confia na sua obra *“Adiós, luz de veranos”*, que a derrota da república o havia deixado destroçado quando lia a notícia acabada de publicar no jornal do dia seguinte, a fé e a esperança tinham sido substituídas pela ira e pela tristeza. Garante que a queda de Madrid marca o fim de uma época da sua vida e, que a partir daí, se

¹⁸³ Idem, pp. 23-24

¹⁸⁴ Idem, p. 25

¹⁸⁵ Idem, pp. 25-26

iniciava outra, a época do território desconhecido do exílio e, simultaneamente, da idade adulta.¹⁸⁶

Jorge não aceita o resultado da guerra civil do seu país, e decide canalizar as suas forças para poder resistir, decide então, enfrentar o presente à sua frente com pragmatismo e assertividade, adota a língua e cultura francesas como suas, nunca renunciando às suas raízes espanholas e às suas convicções republicanas. Coursou Filosofia entre 1939 e 1941 com bom aproveitamento.¹⁸⁷

Entretanto a guerra volta a estalar na Europa e a colocar-se no caminho de Semprún, começara a mais tarde conhecida por Segunda Guerra Mundial. Em Junho de 1940 as tropas alemãs marcham sobre França e, acabam por tomar Paris e toda a parte norte do país, ficando França dividida em duas partes. A parte norte, controlada pelo Reich e com capital em Paris, e a parte sul, liderada pela resistência, com capital em Bordéus.

Jorge Semprún diz ter participado numa manifestação estudantil antinazi no Liceu Henri IV a 11 de novembro de 1940. As autoridades nazis intervieram e efetuaram um número elevado de detenções, Semprún e os seus amigos conseguem escapar, refugiando-se numa estação do metropolitano e fugindo a partir daí. Foi a sua primeira ação de resistência face ao regime nazi, evidenciando aí que, os seus ideais republicanos, antifascistas e pró-democracia não se desvaneciam contra os ocupantes fascistas do país que este adotou, tal como não se desvaneciam contra os ocupantes fascistas do seu país de origem. Meses mais tarde, Semprún e os amigos, em gesto de provocação ao regime e, de solidariedade para com o povo judeu, passeavam-se nas ruas de Paris com a estrela judia amarela ao peito.¹⁸⁸

A guerra acabaria por provocar a fuga e dispersão do grupo de pessoas que ajudava financeiramente a família Semprún, Jorge viu-se obrigado a abandonar os estudos e a começar a trabalhar para se sustentar.¹⁸⁹ Nessa condição viveu tempos complicados,

¹⁸⁶ Semprún, 1998 em “Adiós, luz de verano” Cit. Por Nieto, 2014: “La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura” p. 26

¹⁸⁷ Nieto, 2014: “La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura” pp.26-27

¹⁸⁸ Idem, p. 28

¹⁸⁹ Idem, Ibidem

andando de serviço em serviço que mal lhe chegavam para subsistir, chegando a ter refeições quentes apenas de dois em dois dias, e às vezes com menos frequência.¹⁹⁰

Durante os últimos tempos antes de abandonar os estudos, Jorge aprofundou os seus conhecimentos de Filosofia, pôs de lado o existencialismo alemão e começou a interessar-se por Hegel. De Hegel passaria para Marx e seus seguidores, como Korsch, Labriola ou Lukács e, foi a literatura de índole socialista que mais acabariam por influenciar o jovem Semprún de forma duradoura.¹⁹¹ Jorge afirmava mesmo que a leitura do Manifesto Comunista foi para si um verdadeiro furacão, sendo impossível expressar o significado, o saber, o sabor e a intensidade do seu descobrimento de Marx aos 17 anos, numa Paris ocupada pelo regime nazi, afirmando que, depois de devorar praticamente toda a literatura socialista, crescia cada vez mais dentro de si o impulso de pegar nas armas e ir para a luta.¹⁹² Tal como aqueles homens que havia visto na vila de Lequeitio a erguer barricadas e a proteger a vila da investida nacionalista, homens para com os quais, Semprún, tinha um sentimento de admiração, gratidão e compromisso, o compromisso de continuar a lutar contra o fascismo e que, agora, sentia com um ainda maior e renovado ênfase.

Depois da construção das suas bases teóricas, Semprún e alguns dos seus amigos decidem juntar-se à resistência armada, dando cumprimento ao seu compromisso antigo para com a luta antifascista. Não renunciando às suas origens, em 1942 solicita a adesão a uma organização antifascista espanhola em primeiro lugar, o Partido Comunista Espanhol. Seguidamente, pede ao Partido Comunista Francês que o coloque num posto de combate das organizações guerrilheiras e, apesar das suas suspeitas origens burguesas, acaba por ser incorporado na MOE (*Main d'Oeuvre Étrangère* – Mão de Obra Estrangeira). Aí, atuou num grupo onde a missão era receber carregamentos de armas lançados de paraquedas durante a noite em descampados abertos no bosque. O material recebido servia fundamentalmente para efetuar raides de sabotagem a comunicações, canais, ou vias férreas inimigas, ou até mesmo raides contra soldados alemães. Com o tempo, Jorge

¹⁹⁰ Semprún, 1998 em “Adiós, luz de verano” Cit. Por Nieto, 2014: “La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura” p. 29

¹⁹¹ Nieto, 2014: “La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura” p. 29

¹⁹² Semprún, 1998 em “Adiós, luz de verano” Cit. Por Nieto, 2014: “La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura” p. 29

ganha a confiança dos superiores e é confirmado oficialmente como resistente e guerrilheiro.¹⁹³

A 7 de setembro de 1943, na casa de Irène Chiot, um dos chefes da resistência, Semprún e todos os ocupantes da casa são detidos pela Gestapo. Semprún é submetido a horas de interrogatórios e torturas que incluíam a submersão da cabeça em água e o esfregar de lixo e fezes na cara, porém, a muito custo, durante 4 meses de torturas e de prisão em Auxerre, Semprún manteve as informações sobre a resistência invioláveis. Após este período, Semprún recebe a notícia fatídica, estava na lista de prisioneiros prontos a serem deportados para a Alemanha, Semprún não sabia o que esperava, mas sabia para onde ia, para os já famosos campos de concentração. Foi levado de Auxerre para Dijon, e de Dijon para o campo de trânsito de Compiègne, donde seguiria para o seu último destino nessa viagem, o campo de Buchenwald.¹⁹⁴

II

A viagem era longa, 3 dias e duas noites a viajar num vagão de mercadorias sem assentos nem casa de banho, com direito apenas a uma sopa a meio da viagem.¹⁹⁵ Depois do calvário da viagem de 800 quilómetros, os deportados chegam finalmente a Buchenwald, campo de 2ª categoria. A burocracia nazi classificava os campos em 3 categorias, tendo em consideração as diferentes condições de dureza de cada um. Os campos de 1ª categoria, como o de Dachau, eram os de condições mais suportáveis, os chamados *Arbeitslager* (campo de trabalho). Os campos de 2ª categoria, como Buchenwald, dispunham de condições muito mais duras e já possuíam a designação de *Konzentrationslager* (campo de concentração). Os campos de 3ª categoria, como o de Mauthausen, que dispunham de condições de extrema dureza e brutalidade dos trabalhos forçados, que desgastavam os deportados até ao cúmulo do limite do esforço humano, onde a fome aliada ao cansaço não permitia mais que desejar apenas sair daquela situação com vida, estes eram os campos *Knochenmühle* (moinho de ossos). Todavia, à parte destas três categorias foi criada posteriormente uma outra categoria, após a *Endlösung* (solução final) de 1942, que determinava a solução final para o povo judeu, foram criados os

¹⁹³ Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” pp.29-31

¹⁹⁴ Idem, pp. 31-33

¹⁹⁵ Idem, p. 34

Vernichtungslager (campos de extermínio), como o complexo de Auschwitz, destinados única e exclusivamente para a morte em massa.¹⁹⁶

Ao chegar a Buchenwald, Semprún e os restantes deportados cumpriam com o ritual de ingresso, uma bateria de cerimónias cujo objectivo era unicamente fazer com que os recém chegados se sentissem reduzidos à condição como a qual a partir daí iriam ser sempre tratados, como objetos, cujo valor duraria enquanto a sua força de trabalho durasse, como unidades iguais uniformizadas e intercambiáveis, o cabelo era rapado em série e, de seguida, os seus corpos eram despídos das suas roupas, e todos ao mesmo tempo levavam um banho seguido de uma desinfeção, último ato que os despojava definitivamente de qualquer outra característica humana distintiva.¹⁹⁷

Posto isto, seguia-se o preenchimento da ficha pessoal. Interrogado por outro prisioneiro, membro da organização comunista clandestina do campo, este perguntava-lhe qual era o seu ofício. Semprún, em alemão, respondeu que era estudante de filosofia, ao que o prisioneiro responde “*das ist doch kein beruf*” (isso não é um ofício). Semprún, sem noção da importância vital da informação que estava a conceder, pois o trabalho indicado iria determinar o nível de dureza da sua vida no campo, insiste em dizer “*student*” (estudante). O prisioneiro comunista que o interrogava, talvez num golpe de fraca percepção fonética, ou pura pena, por ter consciência da ingenuidade do jovem face à importância desta informação, escreve “*stukateur*” (estucador), pormenor que pode ter salvo a vida do jovem Jorge, pois, tal ofício, era um dos menos penosos.¹⁹⁸

Os primeiros tempos no campo foram de forte sofrimento, sem trabalho fixo e, vulnerável a ser levado pelas SS para trabalhos humilhantes, Jorge refugiava-se onde as SS não iam buscar as suas vítimas, no local mais hediondo do campo, as retretes. O trabalho de levar os dejetos para a fossa não era apenas dos mais repugnantes, era também dos mais penosos, e Jorge não possuía capacidades físicas para tal, chegou a ser salvo por outro prisioneiro russo de uma morte quase certa por esforço excessivo.¹⁹⁹

Depois deste início difícil, Semprún vê a sua sorte mudar, recebendo a visita de Falcó, um comunista espanhol que soube da chegada de um jovem espanhol ao campo.

¹⁹⁶ Idem, pp. 35-36

¹⁹⁷ Idem, p. 38

¹⁹⁸ Idem, pp. 38-39

¹⁹⁹ Idem, ibidem

Depois de umas interrogações e um breve exame em nome do partido, Semprún é aceite na organização e, tanto para si como para o partido, esta adesão significava muito. Para o partido, significava uma posse de um ativo valioso com os seus conhecimentos de literatura espanhola e de língua alemã, que eram fulcrais na administração da organização. Para Semprún, significava três cigarros no primeiro dia, contactos políticos, proteção dentro do campo, mas sobretudo, e isso, para Jorge era o mais significativo, a pertença a uma organização que continuava a luta, alimentando a sua sede de resistência ao seu inimigo de sempre, o fascismo.²⁰⁰

A organização comunista clandestina do campo de Buchenwald há muito que controlava todos os trabalhos estratégicos que eram atribuídos aos prisioneiros pela gestão nazi. A Jorge é-lhe atribuído um trabalho na “*Arbeitsstatistik*” (estatística do trabalho), onde o trabalho era diretamente subordinado à administração nazi mas, na prática, era para o Partido Comunista de Espanha e para a organização comunista do campo que Semprún realmente trabalhava, era esse o primordial objectivo da sua colocação ali. Era um trabalho arriscado e que exigia um astuto jogo de cintura, Jorge sabia que, se a administração nazi suspeitasse sequer que este manipulava documentação contra as suas ordens, seria prontamente executado, pagando com a própria vida. O seu trabalho para os comunistas consistia em burlar escrita de modo a manipular o tratamento dado pelas SS a determinados reclusos. A organização fazia pressão para que os seus membros fossem colocados nas fábricas de armamento, de modo a que estes pudessem sabotar impercetivelmente as peças, reduzindo-lhes o tempo de vida, ou até mesmo escamoteando peças, de modo a alargar o arsenal de armas clandestino da organização. Mas sobretudo, tentavam ao máximo evitar que os seus membros caíssem nos trabalhos mais extremos, ou que fossem deportados para campos mais duros, onde a sua vida corria perigo certo. Era dessa forma que a organização comunista, utilizando os cargos estratégicos que os prisioneiros da sua confiança ocupavam, protegiam os seus membros, protegendo assim, a resistência.²⁰¹

Semprún, no cargo que ocupava, era confrontado com um grande dilema moral, cabia-lhe a si, ao escolher entre um camarada comunista e um prisioneiro comum, qual seguia para outro campo, dando o golpe final que decidia quem vivia e quem era enviado

²⁰⁰ Idem, ibidem

²⁰¹ Idem, p. 40

para uma morte quase certa. E, num discurso dado a 10 de abril de 1995, no *Nationaltheater* de Weimar, aquando da celebração do quinquagésimo aniversário da libertação do campo de Buchenwald, Semprún fala abertamente desse dilema moral. Afirmando que a necessidade de resistência era fundamental, e que as margens para o fazer eram, dadas as circunstâncias, demasiado estreitas, o que obrigaria a resistência a cumprir o seu papel de forma pragmática, para poder resistir, a resistência teria de estar viva e o mais vigorosa possível. E, em sua defesa, Semprún cita Jacques Maritain, filósofo católico, que argumenta: “Nas sociedades totalmente dominadas pela barbárie, como eram os campos de concentração, ou até mesmo em outras situações muito particulares, como as de resistência clandestina num país ocupado, muitas coisas aconteceram que foram objetivamente fraudes, assassinatos ou traições se tivessem acontecido numa vida civilizada normal. E, como tal, num contexto de resistência, podem escapar a esta definição de imoral, e converter-se em coisas objetivamente permitidas e eticamente bem intencionadas.”²⁰²

Depois de contar aos camaradas de campo os episódios da guerra civil do seu país, Semprún sente o impulso de voltar a Espanha, e cumprir com o seu desejo pessoal com o qual se comprometeu, derrubar o fascismo no seu país de origem.²⁰³

Porém, enquanto tivesse que se resumir ao espaço confinado entre os muros e vedações de Buchenwald, Jorge teria de continuar a cooperar com a resistência do campo, no sentido de se ver livre do fascismo alemão que o mantinha prisioneiro. E, enquanto lá permanecesse, teria também de combater o programa de anulação psíquica levado a cabo pelo regime nazi e, nesse sentido, havia na clandestinidade sessões de pintura, desenho, poesia, teatro, música, debates políticos e concertos de jazz, música “degenerada”, segundo o critério racial nazi. Jorge também combatia a anulação psíquica através da biblioteca do campo, onde, quando trabalhava no turno da noite, dispunha de algum tempo para a leitura.²⁰⁴

III

Por fim, chega a liberdade. A 11 de Abril de 1945, o exercito norte americano está às portas de Weimar e ameaça chegar a Buchenwald. Os prisioneiros dão por si sozinhos

²⁰² Idem, p. 44

²⁰³ Idem, p. 46

²⁰⁴ Idem, p. 47

no campo, os SS haviam todos sido chamados para conter a investida americana e, após um par de horas de incerteza e hesitação, os resistentes correm às armas e tomam o campo sob seu controle. Foi precisamente nessa condição que o exército americano encontrou o campo de Buchenwald quando lá chegou para o libertar. Em poucos dias seria dada a estucada final no III Reich, sendo assim derrotado o fascismo no seu centro nevrálgico, Alemanha e Itália.²⁰⁵ Semprún alcançava uma vitória tão vital como reanimadora, no sentido de pôr fim ao seu inimigo de sempre.

Porém, se o fascismo havia sido derrotado no coração da Europa, ainda não havia sido derrotado no seu país de origem, para onde Semprún concentraria agora as suas armas e energias.

No entanto, Jorge teria que lidar com o difícil presente de modo a poder atacar o futuro, para os deportados de Buchenwald, era tempo de, depois de celebrar a libertação, regressar às suas terras de origem. Mas para onde regressaria um Espanhol, republicano, comunista e opositor ao fascismo? Para a Espanha de Franco? Não seria possível. Semprún havia perdido a característica de prisioneiro, mas não havia perdido a característica de exilado, e era para o exílio que teria de forçosamente regressar e, a partir daí, lutar pela liberdade do seu país de origem. Assim sendo, Semprún decide regressar a França, e para lá volta, juntamente com os repatriados franceses, no dia 27 de abril de 1945.²⁰⁶ Mas o que regressaria de humano num deportado de Buchenwald? Regressaria o todo do Homem, ou apenas parte de si? Provavelmente parte do Homem ficaria prisioneiro no campo para toda a eternidade, regressando a restante parte, acompanhada de um vazio, vazio esse, cuja possibilidade de o voltar a preencher seria incerta, tendo de estar presente a possibilidade de ter de conviver com o mesmo até ao último dia. O próprio, mais tarde diria: “tudo voltaria a começar, visto que me encontrava vivo: ressuscitado para a vida, melhor dizendo”²⁰⁷, para Semprún, este momento era entendido como um recomeço da sua própria vida, como que um renascimento para uma vida completamente nova depois de um estado de pré-morte, uma segunda oportunidade.

Semprún escolhe Paris para se estabelecer, cidade que lhe era familiar, cidade essa também que, mais uma vez na sua história, se viria a tornar no porto seguro e incubadora

²⁰⁵ Idem, pp. 48-51

²⁰⁶ Idem, pp. 52-53

²⁰⁷ Semprún, 1995 em “*La escritura o la vida*” Cit. por Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p.54

dos intelectuais e forças políticas e sociais que aspiravam conduzir o mundo do pós-guerra e do pós-fascismo, Semprún era um desses intelectuais e o comunismo era uma dessas forças.²⁰⁸

Na esquerda intelectual parisiense o comunismo afirmava com firmeza a sua presença, por via do papel de destaque de que dispunha por via da atividade de resistência ao fascismo, era esse o seu denominador comum e inimigo. Para a maioria dos intelectuais que se juntaram a esta ideologia, o seu fundamento principal não era a ideologia em si, mas sim o combate a uma ideologia de opressão, onde os mesmos não poderiam pensar contra a corrente do regime.²⁰⁹ O que os motivava era tão somente o desejo de liberdade. E Jorge Semprún formava parte dessa tribo intelectual, partilhava os mesmos ideais de liberdade, e era no meio dessa tribo que queria viver e lutar até à derrota final do inimigo.

Após dias intensos de celebração no rescaldo do término da guerra e do retorno dos deportados, Paris regressa à normalidade quotidiana e, é aí que Semprún cai na realidade. As dificuldades ressaltam, exilado, apátrida, sem habitação fixa, sem os estudos terminados nem um ofício que lhe conferisse estabilidade económica, Jorge passou tempos difíceis em Paris. França em si vivia tempos de recuperação, e remanescia alguma escassez generalizada. Jorge foi vivendo em casas emprestadas através da generosidade de amigos, tal como os seus restantes companheiros de luta, viviam como nómadas urbanos, passando os dias nos cafés da cidade a discutir a atualidade política. Não tendo os estudos completos, nem uma carreira iniciada, por via da intromissão da guerra e da entrada na resistência, os seus projectos de vida haviam sido interrompidos, e tal condição entorpeceu a sua capacidade de autossustento. Viveu de algumas traduções que ia fazendo e que lhe permitiam, pelo menos, não morrer de fome. Motivavam-no os seus projectos de vida por concretizar, sendo o maior de todos eles, a derrota do fascismo, porém, no meio dessa auto motivação, a realidade fazia com que este se questionasse sobre quem era ele, e o que era, qual era a sua missão e o seu lugar neste mundo, questões que o faziam passar por situações de profundo abatimento existencial. Situações essas, que nem mesmo os momentos de alegria e euforia das prolongadas festas parisienses madrugadas fora conseguiam sossegar.²¹⁰ Semprún, apresentava nesta fase da sua vida,

²⁰⁸ Nieto, 2014: *“La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura”* p. 55

²⁰⁹ Idem, p. 60

²¹⁰ Idem, pp. 62-64

claros sinais de estar à beira de uma inequívoca miséria psicológica. Sintoma provável do sentimento de desamparo deixado pelo vazio provocado por Buchenwald, e pela sua condição de exilado num país que não era o seu. Semprún entra num estado de letargia e renuncia à escrita, uma das suas paixões.

Jorge Semprún fazia parte de uma geração muito politizada, todavia, não eram políticos, eram exemplares militantes do partido comunista, cujas doutrinas e ideais defendiam fervorosamente. Praticamente todos eles se integraram nas fileiras do partido durante a guerra, fazendo parte da resistência contra o III Reich, alguns pagaram o preço dessa luta com a perseguição, a prisão ou a deportação, outros haviam pago com a própria vida. Tais condições hostis apenas colaboraram para reforçar o seu espírito de união e de comprometimento para com o partido, o final da guerra permitiu o reagrupamento das suas fileiras e a maioria decidiu continuar na militância. O partido era também responsável por ser a casa de uma família, havia entre a geração de Semprún um forte sentido de pertença a um todo, o que criava laços fortes entre os membros do partido, ser comunista era ser parte de uma família de irmãos e irmãs que partilhavam as mesmas habitações, os mesmos cafés, as mesmas festas noturnas, e até os mesmos amores. A grande maioria trabalhava e escrevia nos mesmos jornais e revistas. Mas sobretudo partilhavam os mesmos sonhos, as mesmas ambições e as mesmas crenças. Viviam uma verdadeira fraternidade comunista. Algo se tornava indiscutível para Semprún nesse período, para um jovem com as suas visões, com as suas ambições e com os seus objetivos de ver cair o fascismo, para si, naquele momento, não poderia ser outra coisa que não comunista.²¹¹ Semprún via no comunismo o instrumento mais talhado e capaz para combater em prol daquilo que o mesmo acreditava, e vencer.

Entre o início de 1946 e o final de 1947 muito se deu na vida de Semprún e na Europa. É neste período que Semprún contrai matrimónio com Loleh Bellon, também ela membro do partido, do qual resulta Jaime Semprún, o seu primeiro filho.²¹²

IV

Não obstante, o panorama político na Europa sofre uma metamorfose, havia chegado ao fim o clima alegre e festivo do pós-guerra e da libertação, e à medida que as

²¹¹ Idem, pp. 69-70

²¹² Idem, p. 71

lembranças da guerra vão ganhando algum distanciamento temporal, esse distanciamento temporal transforma-se em distanciamento emocional, fazendo com que o passado recente de conflito passasse para segundo plano, em detrimento do realismo e pragmatismo que exigia o presente, em prol da garantia de um futuro que assentasse as suas bases nas doutrinas que eram defendidas. Havia terminado a paz podre entre as ideologias vencedoras da Segunda Guerra Mundial, Liberalismo e Socialismo começavam a preparar um conflito que se viria a arrastar por mais de 40 anos que, posteriormente, havia de ficar conhecida como Guerra Fria.

Como primeiro sintoma, Semprún denota o início de uma cristalização ideológica que começou a invadir os partidos comunistas da Europa ocidental, e instaura uma disciplina partidária forte, uniforme e generalizada por toda a Europa. Os vários partidos comunistas começavam a exigir a cada um dos seus militantes, total e absoluta fidelidade e compromisso com a revolução comunista, de modo a combater totalmente a grande força liberal contrária. Começava de facto a Guerra Fria, o mundo dividia-se em dois grandes blocos inimigos, em especial a Europa, que se vê atravessada por uma cortina de ferro, como lhe chamaria Churchill, que demarca não só uma divisão territorial, mas também uma divisão ideológica dos povos europeus, habituados a viver em coexistência e que, a partir de agora, viveriam de costas voltadas.²¹³

Na Europa ocidental, os assumidos militantes comunistas – antes, vistos como heroicos combatentes antifascistas – eram agora vistos como perigosos agentes do inimigo soviético, facto que os impele a redobrar os seus esforços na defesa do comunismo, assim como a consubstanciar aquilo que já era uma lealdade total e absoluta com a defesa da União Soviética, onde a possibilidade de criticar esta ou o comunismo não era de todo admissível. A ortodoxia imposta por Moscovo não era discutível, sob pena de uma total expulsão do partido. Não escaparam a literatura, as artes, nem mesmo os debates de livre discussão, tudo seria controlado de modo a não contradizer a retórica que o realismo socialista de Moscovo começava a instituir, doutrina essa, definida por Estaline e Gorki. Os dois gigantes blocos ideológicos vencedores da Segunda Guerra Mundial davam início à guerra ideológica e, qualquer contradição à mesma, era considerada uma fraqueza e um possível ponto de ruptura.²¹⁴

²¹³ Idem, p. 71

²¹⁴ Idem, p. 76

Tal circunstância teve repercussões profundas no grupo de intelectuais jovens comunistas de Paris, de que Jorge Semprún fazia parte, um dos grupos do género mais prometedores de França. O grupo entra em rutura. De um lado estão os membros que se insurgiam contra a nova retórica ortodoxa estalinista, e que eram contra o controlo das artes, da cultura, e contra a linha de pensamento único, e que tinham aderido ao comunismo mesmo por este, para si, significar precisamente o contrário, tal como, liberdade, respeito pelo pluralismo de opiniões e, onde campo da arte e cultura deveria estar completamente livre de fiscalização doutrinária por parte do partido. Do outro lado estavam os membros que concordavam em adotar a nova doutrina, poderiam até não concordar com a mesma, porém talvez compreendessem a sua aplicação e olhassem para ela como um mal menor em prol do bem maior, sendo esse bem maior a revolução socialista internacional e a emancipação das classes trabalhadoras de todo o mundo. Semprún estava nesta ala. Após a rutura de opiniões, aconteceu a rutura de militância, quem mantinha a sua oposição ao estalinismo acabou por ser expulso do partido, quem se converteu à nova doutrina permaneceu nas fileiras.²¹⁵

Posto este ambiente de desconfiança e suspeita dentro do grupo de intelectuais que minou a sua estrutura, Jorge, que havia escolhido o lado da ortodoxia, decide, aos 25 anos de idade, dedicar-se exclusivamente ao Partido Comunista Espanhol e à sua causa, o derrubar do fascismo de Franco e, é sobre esta lacuna que Semprún começaria a aplicar-se a fundo. A Semprún, seduzia-o a maior quantidade de possibilidades de atuação política²¹⁶, Espanha era um país onde a guerra fria se viveria de forma diferente, o fascismo ainda estava por derrubar, e ambas as potências mundiais do momento teriam, à partida, o maior interesse em que, caso este fosse derrubado, seria a sua ideologia e modelo político e económico a ser aplicado neste país. Portanto, assim que lhe foi possível, Jorge abandonou o projeto de Paris, acabou por divorciar-se da sua companheira de então, rompeu com os laços com os seus camaradas de Saint-Germain-des-Prés e rumou em definitivo ao Partido Comunista Espanhol.

A nova doutrina – gerada em torno da adoção de medidas de reforço e coesão político-ideológica – imposta por Estaline, com vista a uma guerra ideológica global que se adivinhava, havia sido instituída também no Partido Comunista Espanhol.²¹⁷ Partido

²¹⁵ Idem, *ibidem*

²¹⁶ Idem, p. 77

²¹⁷ Idem, p.117

que tinha à sua frente uma luta diferente, à imagem do Partido Comunista Português, ambos tinham como inimigo principal os respetivos regimes fascistas de Franco e Salazar e, só depois, o inimigo internacional do momento, o imperialismo americano. O que não sucedia com os restantes partidos comunistas da Europa ocidental, onde o fascismo já havia sido derrubado e, onde o inimigo principal era o dito imperialismo dos EUA.

Semprún, que assistiu ao início deste processo de cristalização ideológica, aceitou com disciplina, desde o princípio, as condições que eram impostas a quem desejasse consumir a revolução socialista e fazer parte das fileiras do partido. Não era concebível que as vontades e o intelecto dos militantes não estivessem sob conquista da doutrina do partido. Semprún sempre alinou a fundo com o partido face a todas as consequências que pudessem advir, colaborando entusiasticamente em todos os projetos e enaltecendo sempre os símbolos do socialismo. Semprún tornara-se parte integrante do todo.²¹⁸ O mesmo, afirmava que era preferível estar do lado errado com o partido, do que do lado da razão contra o partido²¹⁹. Para si, isto fazia sentido. Dando a ideia que, em prol daquilo que este considerava o bem maior, havia que ser conivente, e fechar os olhos aos males menores. Era o objectivo final o que mais interessava. A queda do Fascismo.

V

É em 1953, aos 30 anos, que Jorge Semprún cumpre o seu desejo de se reencontrar com o seu país. Por fim, passados 17 anos de exílio, Jorge consegue convencer o partido a enviá-lo a Espanha. Ainda que regresse na clandestinidade, o revolucionário cumpre um dos seus maiores desejos.²²⁰

Para o partido, Semprún representava uma arma poderosa para a luta em Espanha. Falava Francês, Alemão e o Castelhana local, não estava referenciado pela polícia espanhola e movia-se bem entre os intelectuais. Mas, sobre tudo, era portador de uma vontade inabalável de regressar à sua pátria e para junto do seu povo, o próprio viria a afirmar que, a vontade de regressar a Espanha era tanta, que o faria mesmo que tivesse de atravessar a fronteira “sem passaporte, pelos montes, de joelhos, a rastejar, a nado,

²¹⁸ Idem, pp. 122-125

²¹⁹ Semprún, 1980 em “*Aquel domingo*” Cit. por Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p.124

²²⁰ Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p. 168

fosse como fosse”, o desejo de regressar a Espanha era uma obsessão pessoal muito forte.²²¹

Semprún rumava a Espanha para trabalhar como instrutor do partido no interior do país, tendo como alvo, as comunidades intelectual e estudantil. Era sua função, a de promover o comunismo junto de ambas as comunidades e fazer com que estas se abrissem à sua mensagem. O objectivo era simples, angariar militantes comprometidos com a causa do comunismo que, posteriormente se constituíssem em grupos organizados que colaborassem nas publicações do partido. Tal constituía apenas parte do objectivo principal do partido, este almejava construir uma estrutura estável em Espanha, algo que em 1953 era quase inexistente.²²²

Madrid é a cidade onde se vai estabelecer na clandestinidade, cidade da sua infância e que este deixou para trás numa manhã de julho de 1936, inconsciente de que não a voltaria a ver nos 17 anos seguintes. O que fez com que, nos primeiros tempos, se sentisse um estrangeiro na sua própria cidade, não sabia como se comportar nos cafés, nas ruas ou nas conversas. A Espanha e os espanhóis do pós-guerra civil evidenciavam diferenças face à sociedade espanhola que Semprún conheceu antes desse período. Assim como, o próprio havia vivido experiências e ambientes que o mais comum dos espanhóis não havia vivenciado. Semprún enfrentou, devido a este fosso entre si e Espanha, um grande período de adaptação à nova realidade do seu país.²²³

A partir daqui, Jorge Semprún estava entregue à sua missão. Foram aparecendo conhecidos, amigos, camaradas, foi-se formando uma rede de relações e de grupos de âmbito cultural, cujo objectivo era a organização de atividades políticas que, pouco a pouco, fossem penetrando no tecido social espanhol e que, em última instância, dessem origem a uma estrutura capaz de mobilizar e protagonizar ações de protesto e luta que provocassem eco público. É já em Madrid que este acolhe o seu nome da clandestinidade, Federico Sánchez.²²⁴

²²¹ Semprún, 1979 em “*Federico Sánchez se despide de ustedes*” Cit. Por Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidade e ruptura*” p. 169

²²² Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidade e ruptura*” pp. 170-172

²²³ Idem, p. 173

²²⁴ Idem, ibidem

A missão de Semprún em Madrid começaria, antes de tudo isto, por uma pequena estadia na cidade, de modo a recolher as impressões necessárias para averiguar que género de abordagem seria aplicável para uma clandestinidade de longo prazo.

A análise foi favorável por parte de Semprún, cujas posições foram bem vistas e apoiadas pelos órgãos de imprensa do partido. Concluiu o partido que havia que, o quanto antes, promover com cada vez mais intensidade a Frente Nacional Antifranquista, cabendo aos intelectuais serem a vanguarda dessa frente e da defesa do povo espanhol, no sentido da libertação nacional do regime de Franco.²²⁵

É a partir de 1955 que o partido começa a desenvolver ações de protesto de massas e ações de resistência, apoiados por uma geração – em grande parte estudantes e jovens trabalhadores – que já não se sente constrangida pelas sequelas do desfecho da guerra civil, liderados pelos intelectuais de Espanha.²²⁶ Onde Jorge Semprún surge como organizador, por parte do partido, destes movimentos unidos, servindo como responsável por reunir consensos no sentido de unir os antifranquistas, para se alcançar uma mobilização eficaz de massas. Algo que antes não ocorria, havendo divisão e desorganização no antifranquismo.

VI

Em 1956 o comunismo sofre um abalo interno. Desenrolou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em Moscovo, onde o Primeiro Secretário do partido, Nikita Khrushchov, lança uma bomba no seio do comunismo. Khrushchov lê um comunicado de uma informação secreta que denunciava os crimes e atrocidades cometidos por Estaline, falecido três anos antes. Nesse comunicado, Estaline era acusado de crimes contra dirigentes do partido, contra militares e contra milhares de cidadãos soviéticos acusados de traidores, inimigos do povo soviético e da causa do socialismo. O comunicado terminava com um apelo a que se combatesse e terminasse com o culto da personalidade, para superar os erros do passado, recuperar o espírito vivo de Lenine e dar continuidade à grande tarefa de construção do comunismo.²²⁷ Estas declarações causaram abalo no comunismo em geral, até este ponto, Estaline era idolatrado por todos, e a sua morte em 1953 havia causado um grande estrondo anímico nos partidos

²²⁵ Idem, pp. 188-189

²²⁶ Idem, p. 195

²²⁷ Idem, p. 255

comunistas em geral. Digerir tais notícias não seria fácil para os comunistas em luta na clandestinidade, como Jorge Semprún e o restante Partido Comunista Espanhol.

Semprún revelou a sua visão relativa ao XX Congresso uns anos mais tarde ao *Le Monde*. Garante que foi, sem dúvida, uma leitura que fez com todo o interesse, porém, diz não ter sentido nenhuma pulsão para abandonar o comunismo, guiava-o a ilusão ainda viva da reforma das instituições do partido e da evolução positiva nos países comunistas. Diz também que, desde que leu o documento, defendeu de pronto a sua veracidade total diante dos responsáveis da organização clandestina de Madrid, mesmo antes de chegar qualquer indicação por parte da direção do partido em Paris.²²⁸ O que revela, por sua parte, um grande sentido de irreverência política, sentido de missão e de crença na mudança interna do comunismo por via da razão.

No início do mês de agosto de 1960, uma delegação do Partido Comunista Espanhol – composta por Santiago Carrillo, Ignacio Gallego, Dolores Ibárruri e Jorge Semprún – é convocada a Moscovo por Mijaíl Suslov e Borís Ponomarev, membros do Partido Comunista da União Soviética. Santiago Carrillo havia-se tornado secretário geral do partido há poucos meses, e esta era uma excelente oportunidade para este se mostrar junto dos comunistas soviéticos. Para tal, Carrillo expôs aos congéneres soviéticos os métodos de actuação do PCE, bem como, os respetivos resultados, dando grande destaque ao alegado êxito da greve geral nacional pacífica de 1959. Tal declaração desencadeou, inesperadamente, um ataque furioso de Suslov, que condenou totalmente qualquer tipo de método pacífico na luta contra o fascismo, para Suslov, os comunistas não deveriam nunca renunciar à luta armada contra qualquer tipo de imperialismo ou dominação burguesa. Esta reprimenda levaria a uma inevitável mudança na retórica do próprio PCE, seria abandonada a retórica pacifista, e adotar-se-ia uma baseada nos avisos e nas ameaças de recorrer a métodos mais coercivos. Depois desta visita a Moscovo, e de regresso a Madrid, Semprún começaria agora a fazer discursos virados para assuntos de carácter internacional, como a paz, o desarme e a coexistência pacífica dos povos.²²⁹

A clandestinidade de Jorge Semprún em Espanha, pautava-se pela relativa tranquilidade, quando comparada com a clandestinidade dos comunistas referenciados pela Direção Geral de Segurança. Não obstante, o homem por detrás do nome de

²²⁸ Idem, p. 257

²²⁹ Idem, pp. 384-385

Federico Sánchez, também teve os seus momentos de pressão por parte das autoridades, havendo camaradas seus que haviam sido presos e torturados durante dias, no sentido de libertarem informações acerca da localização e identificação de Semprún. A valentia e resistência à tortura por parte dos membros do partido, conseguiu manter inviolável qualquer informação que pudesse comprometer a clandestinidade tranquila de Semprún.²³⁰

Como tal, Jorge Semprún, com o nome falso de Federico Sánchez, mantinha a sua tranquila clandestinidade num ritmo regular. Fazia frequentes viagens a Paris, atravessando a fronteira regularmente sem sobressaltos. Recebia, em Madrid, correspondência de Paris com textos escritos em sumo de limão para mais tarde serem decifrados. Vivia-se num ponto onde a estrutura clandestina comunista, dentro de Espanha, estava finalmente sólida e capaz de garantir uma habilidosa resistência ao regime fascista, apesar de sofrer alguns golpes policiais esporádicos.²³¹

Jorge Semprún passava tão despercebido na sociedade espanhola, que lhe era possível por exemplo, assistir a espetáculos públicos. Assistia a jogos de futebol que decorriam na presença da polícia do regime, bem como, chegou a assistir a touradas do amigo Luis Miguel Dominguín, num camarote lado a lado com o camarote de Franco!²³²

Quem conheceu Semprún nesta época descrevia-o como alguém que atuava em pleno domínio de si mesmo, não parecendo conhecer o medo. Enfrentava como ninguém situações que, para os demais, seriam de altos níveis de ansiedade, como a passagem na fronteira com recurso a documentos falsos, e a confiança e tranquilidade com que o fazia.²³³

O centro nevrálgico da clandestinidade de Federico Sánchez, situava-se na rua de Ferraz, pertencente ao seu amigo pessoal Domingo Dominguín, pai do supracitado Luis Dominguín. Esta casa da família de toureiros era ponto de passagem de um vasto leque de pessoas das mais variadas áreas da sociedade espanhola, tais como, cinema, literatura, arte, e também política, sendo aquela casa frequentada por homens de relevo no regime, e também por polícias. Dom Domingo tinha conhecimento da atividade política

²³⁰ Idem, p. 392

²³¹ Idem, ibidem

²³² Idem, 393

²³³ Idem, pp. 393-394

comunista do seu filho Luis – um dos seus quatro filhos, havendo ainda Pepe, Domingo e Carmen – e era o próprio patriarca que protegia a própria atividade clandestina do filho, facilitando a circulação de membros do PCE pela casa, onde havia uma habitação reservada para reuniões clandestinas do partido. Casa essa, onde Federico Sánchez viveu escondido e onde tinha as portas sempre abertas, bem como, um prato de comida quente, fosse a que horas fosse, em virtude da hospitalidade e amizade da família Dominguín.²³⁴

A família Dominguín possuía também uma gigantesca herdade, com o nome de “*La Companza*” nos arredores do município de Quismondo, a setenta quilómetros de Madrid. A enorme herdade possuía uma coutada de caça que era utilizada pelos amigos franquistas do proprietário, inclusive o próprio generalíssimo Franco.

Dom Domingo era conhecido por tomar frequentes decisões provocatórias e, certo dia, em *La Companza*, o patriarca convidara uma parelha da *guardia civil* a tomar uma bebida na casa da herdade, serão esse, onde estiveram juntamente ao lado de Dom Domingo, Jorge Semprún e outros comunistas de relevo cara a cara com a guarda do regime, sem que nenhum dos agentes da *guardia civil* suspeitasse fosse do que fosse.²³⁵ Não existia apenas a irreverência e descaramento do próprio Semprún, como ele mesmo, se rodeava de pessoas com um grau equivalente ou superior de ousadia e confiança nas suas ações, Dom Domingo é disso exemplo.

VII

Foi então que, no início dos anos 60, começa a surgir uma crise na intelectualidade do Partido Comunista Espanhol. Os dirigentes dos vários partidos comunistas da Europa ocidental tinham o direito de passar um período de férias de verão num país da União Soviética. Ricardo Muñoz Suay assim o fez, juntamente com a sua família. E, na esperança de encontrar o tão aclamado paraíso comunista, Suay, como tantos outros, encontra a sua própria decepção. Suay destina-se à estância balnear de Sochi no Mar Negro, mas antes, passa por Moscovo para reencontrar velhos camaradas espanhóis exilados na capital russa. Nenhum deles se mostra demasiado entusiástico em relação à situação, política, social e económica que se vive na URSS. O que, para um comunista convicto, em busca da descoberta do cerne daquilo em que acredita, é encarado como

²³⁴ Idem, *ibidem*

²³⁵ Idem, p. 395

um factor de desmotivação. A sua decepção confirma-se quando este chega a Sochi e se depara com um cenário de notória pobreza e evidente atraso económico, notando-se também um certo classismo e conservadorismo moral. Depois desta viagem, Suay rompe com o partido. Anos mais tarde, num desabafo, acaba por dizer que haviam sido muitos, que na sua época tinham dado muito a um sistema que, afinal de contas, não passava de uma espantosa tirania.²³⁶

O procedimento do partido comunista para lidar com dissidentes era implacável, rutura total e absoluta do partido para com estes. A dissidência era punida com ostracismo, o contacto dos membros do partido com os dissidentes era passível de expulsão. Para um comunista, o seu pior inimigo, antes do fascismo e antes do imperialismo, era um ex-comunista. Semprún chegou a cruzar-se com Suay na rua depois do sucedido, tomando a atitude normal de um funcionário do partido, não o cumprimentando, chegando mesmo a acusá-lo de ter afundado a organização de Madrid.²³⁷

No final do ano de 1962, Semprún vê a sua clandestinidade chegar ao fim. Santiago Carrillo tomou a definitiva decisão inexplicada de retirar Semprún de Espanha. Veiculou-se que as motivações fossem relacionadas com a segurança de Federico Sánchez, o que se provava uma motivação inválida, visto que este continuava anónimo e inacessível à polícia espanhola. Mais tarde, Carrillo afirmava que Federico se envolvia em demasia nas tarefas do partido, não guardando muito tempo para exercer a sua vocação para a literatura e escrita. Argumentos que Semprún sempre contradizia, contra afirmando que, não só, não se asfixiava em trabalho da clandestinidade, como era precisamente isso que, em toda a sua vida mais o excitava, mais lhe interessava, mais o divertia e mais o apaixonava. Mais do que a sua própria paixão pela escrita.²³⁸

Outras vozes do partido justificam esta medida de Carrillo como uma medida preventiva, por suspeitas da existência de diferenças ideológicas. O partido começava a suspeitar fortemente que os ideias de Semprún tivessem sofrido uma deriva social democrata e, tendo este um peso muito forte em Espanha, o partido decide fazer uma rotação de funções, substituindo Federico Sánchez, um homem que dominava o

²³⁶ Idem, p. 396-398

²³⁷ Idem, p. 398

²³⁸ Idem, p. 414

conhecimento do terreno, ambientado e anónimo, que podia circular livremente e à vontade no meio dos espanhóis, por José Sandoval, um homem que havia passado os últimos 20 anos de vida fora de Espanha, pela URSS e pela Roménia, que iria cair em Madrid como um estrangeiro, completamente inapto para a clandestinidade em Espanha, pois, tudo em Sandoval espelhava um forasteiro que atraía olhares, pela sua maneira de vestir, de falar e até de segurar no cigarro. Os primeiros descontentes com esta troca foram evidentemente os militantes espanhóis, residentes em Espanha, que acarinhavam a presença de Federico Sánchez, que tinha sido presença assídua durante tantos anos.²³⁹

Sandoval acabou por ser detido em 1964, um ano e meio depois de chegar a Madrid.²⁴⁰

Jorge Semprún, porém, teria de rumar a outras paragens. E, a partir daqui, a sua relação com o núcleo duro do PCE nunca mais seria a mesma.

No seio do comité executivo do partido começavam a surgir divergências. Jorge Semprún e Fernando Claudín começavam a divergir da linha geral de pensamento do partido, o que provocou tomadas de decisão sem acordo unânime de todos os membros no seio do comité, algo que ia contra a tradição do partido e que causava mal-estar na sua harmonia. A tensão atingiu o ponto de rutura entre o dia 27 de março e 2 de abril de 1964, numa reunião do comité executivo do PCE em Praga.

Foi nessa mesma reunião que Fernando Claudín e Jorge Semprún apresentaram os seus pontos de vista divergentes da linha do partido.

O primeiro foi Claudín, que apresentou as suas “teses” num longo discurso de cinquenta e três páginas onde exprimia cruamente as suas ideias irreverentes. Para Claudín, a revolução socialista em Espanha não pode continuar a lutar em duas frentes – a frente antifranquista e a frente anticapitalista – devendo a sua principal tarefa concentrar-se na luta contra o regime fascista de Franco. Segundo Claudín, era o formato de regime no qual o franquismo assentava, que atravessava uma crise de decadência, e não o capitalismo. Este propunha uma mudança política, mas não uma mudança social. Essa mudança seria, em primeira instância, realizada em contornos oligárquicos, mais ou menos aberta, onde fosse possível a conquista de alguns direitos e liberdades, e onde,

²³⁹ Idem, p. 415

²⁴⁰ Idem, p. 416

paulatinamente, por intermédio da luta das forças democráticas e da classe trabalhadora, fosse possível implantar um regime autenticamente democrático. Algo que, para Claudín, não seria possível alcançar de um só golpe, nem a lutar em duas frentes. A correlação de forças imposta, simplesmente não o permitia. Para si, havia que se concentrar energias que impulsionassem mudanças políticas que impedissem a exclusão do proletariado e, criassem condições para caminhar rumo a um sistema político aberto e, que garantisse o usufruto de um vasto conjunto de liberdades e direitos políticos e sociais.²⁴¹ Fernando Claudín queria no fundo, pegar na fórmula de Lenine – onde a classe baixa não poderia continuar a viver da mesma forma e a classe alta muito menos – e fundi-la com o modo de vida Liberal (apelidado de capitalista), excluindo totalmente o fascismo. Algo que se assemelha àquilo que conhecemos como Social Democracia ou Socialismo Democrático.

Após um inflamado debate entre Claudín e Dolores Ibarruri, é a vez de Semprún tomar o púlpito. A sua intervenção, foi na prática, ao seu estilo discreto, ponderado e sério, uma tentativa de respaldo e apoio às “teses” de Claudín, apresentadas com uma diferente fundamentação e orientação construtiva. Semprún expôs com clareza as ideias chave do seu pensamento.²⁴² Semprún era favorável à Social Democracia.

Para o Partido Comunista Espanhol, fiel à sua ortodoxia ditada por Moscovo, seguir as ideias de Claudín e Semprún seria efetuar uma dissidente viragem à direita que alteraria por completo a política e ação do partido. Para a liderança do PCE, tal hipótese era inadmissível, tal como era inadmissível qualquer tipo de inação face às ideias desviantes de dois membros de peso do comité executivo do partido. E, como tal, Claudín e Semprún acabaram por ser suspensos de funções nesse mesmo órgão.²⁴³

A reação por parte da direção do partido também não se fez esperar. Santiago Carrillo contra-atacou de imediato com todos os recursos do aparato da máquina burocrática, deixando completamente de parte a via da argumentação, para si, tanto Claudín como Semprún teriam de ser pulverizados politicamente por completo.²⁴⁴ Carrillo começa a tecer afirmações de que ambos os visados perderam o norte devido à fadiga pela dureza dos trinta anos de luta por uma causa para a qual não se vê saída. A Semprún “fervia-lhe o sangue” cada vez que ouvia estas justificações, e reafirmava que,

²⁴¹ Idem, pp. 456-457

²⁴² Idem, p. 459

²⁴³ Idem, p.466

²⁴⁴ Idem, ibidem

tal era nada mais do que mentira, reiterando que nunca havia estado saturado do partido, da causa ou da luta política, e que a paixão pela escrita não o pressionava, pois, este afirmava ter abandonado a escrita voluntariamente e por gosto pela luta política e pelas tarefas do partido.²⁴⁵ Porém, Carrillo mantém o seu juízo até ao fim, para si, como sempre havia gostado de o expressar claramente, “era inútil ter razão fora da linha do partido”, expressão que fez questão de recordar em Praga.²⁴⁶

Após a suspensão do comité executivo, a direção do partido toma novas medidas após ouvir os militantes. Visto que os visados não mostravam remorsos nem intenções de se retratarem, a direção decide a mesma sanção a ambos os dissidentes, a exclusão imediata do comité central, com o aviso de possível expulsão do partido.²⁴⁷

Nesta fase, Jorge Semprún já não duvida que a expulsão do partido é inevitável, todavia, as suas convicções não sofreriam qualquer abalo e, numa carta a Santiago Carrillo escreve: “A minha decisão de ser comunista – tomada na época da luta armada contra os invasores nazis – não pode ser quebrada por nenhuma resolução que tomes. Continuarei a ser comunista e a atuar como comunista. Porque tal só depende de mim, e nessa decisão não podes interferir, faças o que faças, digas o que digas.”²⁴⁸

A expulsão do partido consuma-se, Semprún e Claudín recebem a notícia que já esperavam. Atrás destes, segue Javier Pradera, que sai do partido pelo próprio pé, apesar do seu convicto comunismo, este não aceitava que num partido que se primava pelas ideias da liberdade e da luta contra a tirania, estivesse vetado o direito ao exercício do livre pensamento político e da livre expressão de pontos de vista não alinhados com a orientação dos seus dirigentes.²⁴⁹

VIII

Semprún, doze anos depois do seu rompimento definitivo com o Partido Comunista de Espanha, descreve o período de devoção à causa do comunismo de forma clara. “Por um lado (...) um período essencial da minha vida, sem dúvida o mais importante da minha vida, o mais rico de aventura e de experiência. Por outro, a íntima

²⁴⁵ Idem, pp. 468-469

²⁴⁶ Idem, p.470

²⁴⁷ Idem, p. 480

²⁴⁸ Idem, p. 481

²⁴⁹ Idem, pp. 482-483

satisfação de ter sido fiel até ao fim às minhas convicções mais profundas, de não ter traído aquela liberdade comunista que me levou até ao partido aos dezoito anos, e que agora, em função de uma idêntica exigência de rigor e coerência, me expulsava do partido.”²⁵⁰ E, trinta e cinco anos depois, quando é convidado por Valérie Demon a fazer a introdução de um livro turístico sobre Madrid, organizado pela própria, Semprún, ao falar da transformação de Espanha, fala da sua ótica sobre a mesma, afirmando que: “Alterando-se a realidade, alterou-se a minha visão sobre ela. A realidade, contudo, fez alterar a minha ideologia, que era uma ilusória perspectiva. Por certo que, não é por infortúnio, ou por pura coincidência que, no final da década sobre a qual estou a escrever, eu tenha sido excluído do PC.”²⁵¹ E em 2010, um ano antes do seu falecimento, Semprún, em conversa com o seu amigo e cineasta Franck Appréderis, volta a afirmar que, a determinado ponto da sua passagem pelo partido, compreendeu – ou acreditou compreender – que a estratégia comunista não era a adequada e, começou a criticá-la, o que o levou à sua própria expulsão²⁵². Ambas, declarações que demonstram que, até já bem longe da data da sua saída do partido comunista, Semprún mantinha as suas convicções relativamente à Espanha real interpretada por si, face à Espanha comunista idealizada pelo partido, tendo a perfeita noção que ambas as visões seriam incompatíveis.

Após a sua saída do partido, Semprún dedicou finalmente o seu tempo à escrita em exclusivo, porém, em língua francesa, o idioma que escolheu para a sua carreira literária. Chegou a viajar a Espanha em 1967, legalmente, ainda que debaixo de uma forte vigilância policial mas, França verificava-se sempre o seu derradeiro porto seguro.²⁵³

Não obstante, Federico Sánchez voltaria a encarnar no corpo de Jorge Semprún, o seu alter-ego político estaria de regresso no ano de 1988, aquando do convite de Felipe González para tomar a pasta de ministro da cultura no governo do *Partido Socialista Obrero Español*. González desejava ampliar a presença de indivíduos caracterizados pela oposição ativa ao franquismo e integrá-los no sistema democrático, um gesto carregado de significado e intenções de gratidão.²⁵⁴ González não o esconde, e diz mesmo a

²⁵⁰ Semprún, 1977 em “*Autobiografía de Federico Sánchez*” Cit. Por Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p. 486

²⁵¹ Semprún, 1999 em “*Souvenirs-Avenirs (Madrid)*” de Valérie Demon. Cit. Por Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p. 492

²⁵² Semprún, 2014: “*Vivir es resistir*” p. 157

²⁵³ Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p. 497

²⁵⁴ Idem, pp. 493-494

Semprún: “*Vais ser ministro. Vais ter problemas. Vais ter muitos amigos. Muitos inimigos, como é lógico. Porém, um dia irás numa viagem de serviço a qualquer sítio de Espanha. E irás no papel de ministro. E como tal, irás ser recebido pelo comandante local da Guardia Civil que, na tua presença, se colocará em sentido, te saudará e te tratará por “sua excelência”. Aí compreenderás o porquê, de eu estar a pedir a Federico Sánchez que seja ministro comigo em Espanha*”²⁵⁵. Esta justificação conquistou por completo Jorge Semprún, que aceitaria com orgulho o convite. Dois anos e meio durou o seu período ministerial e, quando este chega ao fim, Semprún aproveita a ocasião para fechar por completo o seu capítulo com Espanha.²⁵⁶

Semprún assume a sua admiração por Felipe González na supracitada conversa com Franck Appréderis, onde fala do dia em que conheceu González, já bem no final da ditadura, dizendo: “tive a intuição e a certeza de que (Felipe González) era exatamente o tipo de político que a futura e hipotética Espanha necessitaria. Uma pessoa de esquerda porém, sem os rancores, ressentimentos e frustrações da esquerda derrotada da guerra civil. Era social democrata, porque se mostrava crítico de numerosos aspetos do comunismo. Era exatamente o político que me interessava.”²⁵⁷

É também já nos anos da democracia que Semprún vê a sua razão reconhecida relativamente à crise de 1964 no PCE, dirigentes da época, à data, acérrimos defensores da ortodoxia comunista, como Ignacio Gallego, Irene Falcón, Sánchez Montero, Manuel Azcárate e Miguel Nuñez, reconheceram que Semprún e Claudín eram, durante aquela crise, os verdadeiros portadores da razão.²⁵⁸

Pela cabeça de Semprún chegou por vezes a pairar a ideia de “e se eu e Claudín tivéssemos ganho na crise de 1964?”. Uma hipótese que o biógrafo considera ser contrafactual e impossível na prática, considerando que os partidos comunistas, como se tem notado nos últimos anos, carecem de capacidade de reforma por via de se encontrarem enclausurados num profundo congelamento ideológico.²⁵⁹ Não mencionando que caso, dentro do PCE, se desenvolvesse uma revolução ideológica de índole social democrata, e se fosse abandonada a doutrina Marxista-Leninista rigorosa,

²⁵⁵ Semprún, 2010: TVE 2. En Portada: “*Jorge Semprún, memoria de Europa*” – Disponível em: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/en-portada/portada-jorge-semprun-memoria-europa/798527/> [Consult. 13/12/2017]

²⁵⁶ Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p. 494

²⁵⁷ Semprún, 2014: “*Vivir es resistir*” pp. 158-159

²⁵⁸ Nieto, 2014: “*La aventura comunista de Jorge Semprún: Exilio, clandestinidad e ruptura*” p. 495

²⁵⁹ Idem, p. 496

o partido deixaria na prática de ser comunista ortodoxo. E provavelmente seria, por parte de Moscovo, ou abandonado, ou intervencionado com algum tipo de contrarrevolução pois, era o estabelecimento do Marxismo-Leninismo que interessava à superpotência soviética e não, uma combinação deste com o Liberalismo, sob a forma de Social Democracia que, para Moscovo, seria nada mais nada menos que uma copulação animalesca entre a “impoluta e imaculada ideologia” marxista-leninista com o “repugnante monstro ideológico” capitalista do inimigo, que muito provavelmente seria inadmissível.

Durante muitos anos, Jorge Semprún, que se via como o portador da razão na crise de 1964, olhou para si mesmo como um verdadeiro comunista, enquanto que os restantes, que faziam parte do PCE e que o haviam expulso, para si, não passavam de traidores e inimigos da verdadeira doutrina comunista. Até que, a certa altura, se deu conta de que os “outros” é que eram os verdadeiros comunistas, visto que não há outro comunismo senão o comunismo real, o comunismo posto em prática ou, como o próprio afirmava, o comunismo orwelliano, esse, para si, era o verdadeiro comunismo. A partir daí Semprún deixa de se sentir comunista, porém, continua a sentir-se de esquerda, sem definir bem a sua base ideológica através de alibis, o seu propósito era agora chegar ao fundo da memória e da análise acima de tudo, excluindo qualquer tipo de dogma.²⁶⁰

Na carreira de escritor que se seguiu, Semprún regressou por três vezes ao tema que lhe havia provocado um vazio interior, o campo de concentração. Utilizando diversas vezes, nessas obras, a expressão “sou antes de tudo, um deportado de Buchenwald”. Era a estas memórias que este ia encontrar as razões que davam sentido e energia à continuação da existência.²⁶¹

A propósito deste assunto, Semprún não esqueceu os horrores e a degradação que viveu em Buchenwald, tal como não esqueceu a utilização destes mecanismos de destruição humana, semelhantes aos nazis, na extensa rede de Gulags dispersa por toda a URSS. Campos de concentração esses que, o mesmo, descreve como “bolcheviques, instituídos pelo partido com a mesma denominação, que tomou o poder em nome do proletariado, que exerceu uma ditadura do proletariado contra a maioria do mesmo e, para assegurar melhor o domínio sobre o seu povo não hesitou em recorrer ao terror e à

²⁶⁰ Idem, *ibidem*

²⁶¹ Idem, pp. 497-498

deportação de grandes massas humanas, deixando perpetuar outras diferenças relevantes. Neste ponto fica assumida a natureza comum totalitária do nazismo e do comunismo”.²⁶²

Foi escrevendo também acerca do próprio Partido Comunista Espanhol, que critica com vigor, atacando a sua inflexível tradição leninista, o seu dogmatismo e a sua renúncia à livre discussão e autocrítica. Afirmando que, estas características e as sequelas do fardo ortodoxo estalinista o acabaram por fazer cair na insignificância política. E é nesse enfiamento que escreve o artigo “*Rester de Gauche*” (Continuar a ser de Esquerda) em 1981 na revista *Le Débat* do mês de Junho. Em que resumidamente diz que, continuar a ser de esquerda consistia em romper em toda a linha com a doutrina opressora imposta pela União Soviética, bem como, romper com tudo o que signifique a incrementação do poder por intermédio de uma violência revolucionária que não se vergue à vontade popular e não funde uma legalidade democrática.²⁶³

Não obstante da sua impetuosa crítica ao comunismo, Jorge Semprún mantém uma convicção inabalável. Para si, é irrefutável que a existência desta corrente ideológica fora vital para o alcançar do patamar democrático em que vivemos atualmente. Para Semprún, os comunistas, apesar de não terem alcançado o objectivo de substituírem o fascismo pelo comunismo foram, não obstante, um elo vital para o colapso do fascismo em si. A sua oposição e resistência tenazes, junto à resistência e oposição de outros grupos de pressão antifascistas, impossibilitaram a continuidade dos regimes fascistas e tornaram irreversível o triunfo da democracia. Terminando o raciocínio com a afirmação de que a constante busca dos ideais de justiça e igualdade que o comunismo defendia, continua a ser necessária nas sociedades democráticas de hoje. Concluindo com uma curta expressão acerca da ação comunista: “Equivocámo-nos, mas nem tudo acabou por ser em vão”.²⁶⁴

X

Entrando agora finalmente no pensamento europeu de Jorge Semprún...

Numa conversa com Franck Apprénderis que foi, na prática, uma entrevista do cineasta a Semprún, o “entrevistado” afirma que começou a ter curiosidade e interesse

²⁶² Idem, ibidem

²⁶³ Idem, ibidem

²⁶⁴ Idem, pp. 498-499

pelo europeísmo quando abandona, de vez, a militância comunista e a crença marxista-leninista. Referindo que o tema “Europa” lhe começou a ser fundamental, devido a representar, para si, a encarnação do retorno da Europa aos valores democráticos. Mas defende que, para isso, teve que fazer um profundo exercício de reflexão pessoal paulatino, que resultou na destruição dos seus ideais comunistas, e construir nesse recente espaço intelectual vazio, um novo ideal, um ideal que, no resultado do seu dito profundo esforço de reflexão, ia de encontro ao ideal europeu.²⁶⁵

Para si, a consciência moderna de Europa nasce, em grande parte, da tragédia provocada por ambas as guerras mundiais, afirmando que a origem desta consciência é dupla. Por um lado, vê como uma das grandes energias mobilizadoras da consciência europeia, a autocrítica histórica que os europeus fizeram ao seu passado fascista em geral, e nazi em particular. Destacando a reconciliação franco-alemã, que hoje se assume como evidente e indiscutível – ou mesmo natural até, para as gerações nascidas no período pós-guerra – representando uma autêntica revolução tanto ao nível político, humano e das mentalidades. Por outro lado, no prisma de Semprún, o segundo elemento essencial para o surgimento de uma ideia de vida europeia em comum foi, o intenso estímulo dado pela crescente ameaça soviética, que ajudou a conduzir à construção de um espaço político e económico de liberdade e cooperação.²⁶⁶

Justificação esta última, que se aproxima muito da perspectiva de Richard Coudenhove-Kalergi, no sentido de dar a entender que a presença de um grande ator mundial de grande poder e de dimensões imperiais lado a lado com os pequenos países europeus – que pouco a pouco iam sendo despojados do que restava dos seus impérios, até que nada restasse senão os seus territórios europeus – obrigaria a que estes se organizassem debaixo do mesmo “escudo” político-económico, de modo a resistir a possíveis investidas da força colossal de Moscovo, centro nevrálgico da única nação europeia que havia conseguido manter o seu império. Precisamente aquilo a que Kalergi se referia quando alertava para o surgimento de um “napoleão russo”, a tal urgente necessidade da criação de um bloco europeu de democracias que contrabalanceasse a geopolítica euroasiática e que fosse forte o suficiente para resistir às investidas de Moscovo.

²⁶⁵ Semprún, 2014: “*Vivir es resistir*” pp. 167-168

²⁶⁶ Idem, *ibidem*

Semprún prossegue o raciocínio indicando que, nos tempos em que vivemos, estas energias mobilizadoras alusivas à tragédia da guerra e à ameaça soviética já estão dadas como extintas. A reconciliação franco-alemã é considerada natural, continua-se a discutir se Alemanha e França concordam ou discordam em certas matérias, mas não se questiona de todo o essencial, que ambas as nações vivem em pleno estado de cooperação mútua. Algo que em 1945 era impensável, e que foi necessário impor à realidade dos tempos.²⁶⁷

Semprún afirma que, o facto de ter vivido na condição de deportado num campo de concentração nazi, desenvolveu indubitavelmente em si um sentimento de pertença a um todo europeu, pois, os seus camaradas de campo eram das mais variadas nacionalidades, desde franceses, alemães, jugoslavos ou noruegueses. E, como se o facto de serem obrigados a viver todos em comunidade dentro do mesmo espaço restrito não fosse suficiente para haver um espírito comum de pertença, todos eles lá estavam pela mesma razão, haviam resistido ao nazismo, o que era mais um factor determinante para que se sentissem todos parte do mesmo todo.²⁶⁸

Semprún assume efetivamente que, na sua obra, quer literária, quer cinematográfica, existe em geral uma linha europeia. Ao nível político, afirma, existe uma linha geralmente eurocética, derivada dos anos de crença leninista e estalinista, para quem a Europa representava nada mais que a terra da burguesia, dos comerciantes, dos bancos e da finança. Não sendo concebível, nesse paradigma comunista, que a Europa pudesse ser também a terra dos povos e da sua resistência. Todavia, no plano literário, a sua obra pauta-se cultural e intelectualmente pelo europeísmo, afirmando que, para si, nunca existiram fronteiras nacionais na literatura, e reitera que, mesmo sendo fiel à ortodoxia comunista antieuropeia, conservava também uma fidelidade europeia no que à cultura e à literatura dizia respeito.²⁶⁹

Porém, Semprún destaca outro factor pessoal decisivo para o seu sentimento europeu. Aponta uma conferência em Viena, em maio do longínquo ano de 1935, proferida por Edmund Husserl, o filósofo alemão de origem judia, onde este apontou pela

²⁶⁷ Idem, *ibidem*

²⁶⁸ Idem, pp. 170-171

²⁶⁹ Semprún, 2014: “*Vivir es resistir*” pp. 180-181

primeira vez na história contemporânea, para a necessidade de uma supranacionalidade europeia.²⁷⁰

Esta conferência dá-se dois anos após a subida de Hitler ao poder na Alemanha, e ocorre ao mesmo tempo que Estaline – com o assassinato de Kirov – vê desaparecer o derradeiro obstáculo à afirmação da sua onnipotência. Dois eventos que decretam o apogeu dos dois maiores regimes totalitários da Europa do século XX. Ambos estes sistemas políticos propunham impor uma completa viragem radical ao nível social, económico e político, bem como, se adivinhava a imposição de uma identidade fundamental. As obras artísticas e culturais autorizadas no círculo interno destas nações, bem como os modos de vida que propõem, obedecem, efetivamente, às mesmas linhas daquele realismo obtuso e de pensamento único que exaltava o gosto pelas artes clássicas e o horror às artes modernas, estas últimas que eram qualificadas de degeneradas pelos nazis, e imperialistas pelos soviéticos.²⁷¹

Nessa conferência, Husserl, afirmava que a Europa atravessava, à data, uma crise existencial, donde poderia apenas sair por dois caminhos. O caminho do abismo de uma Europa que contraria os seus próprios valores de racionalidade e de vida, vendendo-se ao ódio espiritual e à barbárie. Ou, seguiria pelo caminho do seu renascimento a partir do espírito da filosofia baseado na razão. Concluindo que a maior ameaça à Europa é o seu próprio aborrecimento.²⁷²

Semprún afirma que, hoje em dia, passados todos estes anos, este diagnóstico continua válido, embora se enquadre num contexto histórico completamente diferente, porém, evidencia que este se expressa de diferentes formas. Dá como exemplos o euroceticismo elitista ou o soberanismo demagógico, afirmando que ambos se expressam, regra geral, numa retórica frequentemente populista. E, face a isso mesmo, apoia-se na conferência de Husserl, onde este apela à resistência e a um renascimento baseado no retorno dos valores do “sentido racional da vida”, que caracteriza o espírito europeu. Apelando também, ao retorno da razão como “pedra de toque” do pensamento crítico, herdado do pensamento da Grécia clássica. Apela por fim àquilo que chama de “razão prática”, aquela, cujas raízes se conectam com a realidade e donde resultam as normas

²⁷⁰ Idem, *ibidem*

²⁷¹ Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” pp. 26-27

²⁷² Idem, p.28

de vida coletiva e em cidadania num Estado de Direito. Prossegue, indicando que, em 1935 fazia falta uma considerável dose de lucidez, de valentia e de otimismo inteligente para afirmar a possibilidade de sobrevivência e de eficácia da razão democrática.²⁷³

Semprún destaca o período charneira entre as duas guerras mundiais como o período que incubou uma profunda crise do ideal democrático. Aponta eventos como a crise mundial de 1929 e os fracassos diplomáticos dos vencedores da Grande Guerra, como responsáveis por despoletarem movimentos de massas cuja retórica assentava na crítica e no ódio aos princípios da democracia pluralista. Eventos aos quais se junta o êxito do primeiro plano quinquenal do socialismo de Estado soviético.²⁷⁴

O pensamento de Husserl é também a base de Semprún para sugerir uma figura espiritual e política de Europa. Para Husserl, a Europa não pode ser concebida e idealizada de um ponto de vista geográfico, tal seria, para si, restritivo e redutor, já para não falar na impossibilidade de definir de forma tão simplista o domínio da humanidade que lá vive territorialmente junta. Porque a Europa, diz, é dinâmica, nunca para de se locomover, formar e deformar. Sempre assim o foi. É, no entanto, natural que, debaixo do conceito “Europa”, nos sintamos parte de uma unidade de vida e de uma criação espiritual e, neste grande conjunto, os indivíduos atuam no seio de diversas sociedades de diferentes níveis, como as famílias, as “tribos” e as nações, todos juntos debaixo da mesma figura espiritual.²⁷⁵

Em jeito de conclusão face ao tema da concepção de Europa, Husserl define-a como uma “unidade de vida” e “uma unidade de uma só figura espiritual” que permita garantir a riqueza da diversidade cultural graças ao pilar comum dos valores democráticos.

Husserl termina o raciocínio de forma quase profética, afirmando que, quando todas estas condições fossem alcançadas, poderia resultar daqui um conceito de supranacionalidade completamente novo, onde a Europa deixaria de ser um espaço territorial de coexistência de nações vizinhas que não se influenciam umas às outras mais do que através da rivalidade do comércio e das lutas de poder e, passaria a ser um espaço territorial onde reinava um espírito de crítica livre, uma mentalidade renovada a partir

²⁷³ Idem, pp.28-29

²⁷⁴ Idem, ibidem

²⁷⁵ Idem, pp. 30-31

da qual a humanidade se ocuparia agora com a criação de uma nova sociedade e das suas respetivas normas.²⁷⁶

XI

Quando colocado defronte do desafio de descrever o “Homem europeu”, Semprún, responde primeiro com uma questão. “Existirá realmente um tipo de homem contemporâneo que possua uma relação concreta e específica com o seu ambiente social e histórico, com o seu passado e o seu futuro, que possamos qualificar legitimamente como europeu, diferenciando-o assim das demais relações do Homem como sujeito do mundo existentes em todo o globo?” E, depois de colocar esta auto questão, Semprún volta a recorrer ao pensamento de Husserl, para quem a questão nem sequer se colocava, respondendo que era evidente que sim. Husserl afirmava que existia e existe uma relação tipicamente europeia do Homem com o mundo da vida e da história. Afirmando que na Europa se sucedia algo único, algo que todos os demais povos do mundo notam em nós – ainda que façam por preservar os seus espíritos próprios – e que representa para eles mesmos, uma incitação a europeizarem-se cada vez mais. Sendo que, europeizar-se, significa que, uma sociedade em conjunto, liderada pelas suas elites, toma a decisão de atrair condições materiais que permitam o estabelecer de um desenvolvimento continuado e equitativo, bem como, imprimir nas estruturas sociais e religiosas os valores e normas democráticas do Estado de Direito. Dando como exemplo a Turquia pós Atatürk.²⁷⁷

Conquanto, Semprún, com base neste ponto de vista, destaca vigorosamente que a unicidade do espírito europeu não é de carácter exclusivo, não se sustenta com base na rejeição do “outro”, blindando-se numa identidade fechada que apenas se relaciona consigo mesma, alimentando-se apenas da sua própria história. Este reforça mesmo que a própria evolução histórica da construção da identidade europeia envolve precisamente o contrário. Envolve abertura perante a alteridade, envolve curiosidade incansável que racionaliza as diferenças, e envolve “gosto pelo descobrimento e pela aventura da viagem”. Destacando que ao longo dos séculos, a identidade europeia tem-se ido enraizando cada vez mais com base na riqueza da sua diversidade em todas as ordens. Semprún ressalva ainda que, na Europa, todas as épocas de clausura espiritual e de

²⁷⁶ Idem, pp. 31-32

²⁷⁷ Idem, p. 46

fechamento sobre si própria, se pautaram por épocas de regressão ou estancamento dentro da longa marcha que foi feita para alcançar a Europa atual.²⁷⁸

Todas estas particularidades, para Semprún, acarretam um desafio de proporções colossais. Esse desafio é a própria especificidade do espírito europeu, que não vem escrita no capital genético dos povos que construíram a Europa ao longo dos tempos. Não existe um rasgo natural, mas sim histórico, que não é étnico, mas sim cultural. “Esta unicidade é o resultado assumido de uma eleição livre, crítica e racional, de um processo histórico ainda inacabado, durante o qual se pôs em marcha um projeto de civilização, através dos conflitos, das guerras sociais ou de religião, contra os dogmatismos enfrentados que, inevitavelmente as acompanham.” Acrescentando que nós, os europeus, não recebemos, à imagem de um testamento, nenhum mapa de viagem ou manual de instruções. Para si, a nossa herança europeia só possuirá um significado vital, se nós mesmos formos capazes de deduzir dela um futuro, de assumir a sua transmissão e a sua perpetuidade. “Toca-nos a nós, escrever o testamento da nossa própria herança, com sangue e lágrimas do mundo da vida.”²⁷⁹

Semprún conclui que, sejam quais forem as nuances, as desorientações ou os pontos de vista, é indubitável, para si, que existe uma herança de um “homem europeu”. Homem esse, que começa a surgir desde as origens mitológicas da Europa, esse espaço físico em que o indivíduo passa a existir como sujeito, fazendo com que a sua existência deixe de ser um mero apêndice da comunidade e passe a ser parte integrante da estrutura da mesma. A isto, Semprún apelida de “individualismo substancial”, indicando que este bebe de fontes diversas.²⁸⁰

Bebe primeiramente da razão crítica herdada da Grécia clássica, aquela que possibilitou aos membros da *polis* romper com a dependência dos mitos e desenvolver uma autonomia prática e espiritual face aos mesmos. Bebe também da mentalidade evangélica do cristianismo primitivo, que regula a relação direta e pessoal do Homem com o seu Deus, mentalidade esta que foi redescoberta e recolhida e pelos luteranos aquando da Reforma Protestante. Bebe também do Direito romano, e da sua massiva doutrinação e difusão por toda a estrutura de cidades e comunidades do império. Não se

²⁷⁸ Idem, p.47

²⁷⁹ Idem, p.49

²⁸⁰ Idem, p. 51

perde durante as invasões bárbaras, acabando por ser confirmado pelo sistema feudal, que lhe dá continuidade. É finalmente a era da revolução renascentista e das luzes que lhe atribui os seus moldes modernos dos direitos do Homem e do cidadão.²⁸¹

É aqui que Semprún recorre ao pensamento de Jan Patočka, que afirma que a revolução das luzes representa a adaptação de uma velha Europa a uma renovada posição no mundo, através da organização de uma economia planetária e da propagação dos europeus por novos territórios. Semprún acrescenta que, esta referência à economia e ao mundo é uma parte integrante da herança europeia, que se funda no surgimento de algo único na história universal, o direito à propriedade privada e a consequente economia mercantil, que dela resulta. Este diz mesmo que, a propriedade privada e a economia de mercado, não são apenas os pilares determinantes da constituição da Europa como conjunto histórico e social singular, mas também, a base que provocou a expansão da mentalidade europeia a todo o mundo. E que sem estes dois pressupostos, não haverá independência real nem desenvolvimento duradouro para os países que aparecem durante a era pós-colonial.²⁸²

Na esteira de tudo isto, rapidamente Semprún se apressa a comparar estas características com o próprio projeto da União Europeia e os seus critérios de adesão, que o Conselho Europeu de Copenhaga de 1993 definiu que: “A adesão implica que o país candidato conte com instituições estáveis que garantam o funcionamento da democracia, a primazia do direito, dos direitos do Homem, o respeito às minorias e à sua proteção, a existência de uma economia de mercado viável, assim como a capacidade de fazer frente às exigências da competição e às forças do mercado existentes dentro da União.”²⁸³

O que reforça a intenção (consciente ou inconsciente) do projeto em demonstrar que as suas bases são – tal como afirma Semprún, baseando-se nas ideias de Patočka – exatamente as mesmas bases assentes no “individualismo substancial”, que estão presentes no nosso quotidiano desde o nascimento e expansão do pensamento grego clássico, e da sua adoção por parte dos povos que neles se inspiraram e lhes deram continuidade às ideias, adicionando sempre um pouco de si e do seu tempo. A União

²⁸¹ Idem, *ibidem*

²⁸² Idem, pp. 51-52

²⁸³ Idem, *ibidem*

Europeia é esse novo paradigma de pensamento no nosso tempo histórico, que hoje escreve as páginas do testamento que começou a ser escrito pelos gregos, que foi continuado pelos romanos, e posteriormente pelos reinos cristãos, até chegar à nossa posse hoje, já depois de ter sido oferecido ao novo mundo, descoberto e criado pela batuta europeia. Todos os povos e tempos sociais que continuaram o legado grego, fizeram com que a este fosse sendo adicionado um pouco de si, antes de estes se desvanecerem na história, para dar lugar a novos povos e novos tempos sociais, que pegaram no legado dos seus antecessores e lhe deram seguimento e continuidade. A União Europeia é, consciente ou inconscientemente, a continuidade desse legado e, provavelmente, como os seus antecessores, uma figura a prazo na história dos valores que herdou e que, um dia, num futuro mais próximo ou mais longínquo, irá deixar aos europeus do futuro, o testamento que herdou e possuiu, de modo a concluir de novo a passagem a outro paradigma temporal da nossa história, um novo povo europeu, um novo tempo social, um novo paradigma, melhor adaptado aos valores que herdámos e transportamos durante o nosso tempo, e que legaremos ao tempo porvir.

Terminando, Patočka dizia em 1975 que a civilização europeia atual tornou possível algo que nenhuma outra constelação humana havia conseguido até então, o alcançar de uma vida sem violência e com uma igualdade de oportunidades como nunca houve.²⁸⁴ É provavelmente esse *status quo* pelo qual se define o nosso legado para a civilização europeia do futuro e o nosso grande contributo para o testamento que um dia herdámos e que, um dia, legaremos.

XII

No que diz respeito aos limites físicos da Europa, o nosso autor adianta que nenhuma definição desta terá sido verdadeiramente exata na hora de estabelecer fronteiras geográficas. Dá o exemplo da visão napoleónica da Europa desde as colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar) até à península de Kamchatka no extremo oriental da Rússia; dá o exemplo da Europa de Charles de Gaulle, do Atlântico aos Urais; e dá também como exemplo a Europa de George Steiner, dos cafés literários entre S. Petersburgo e Lisboa. Mas atira que as projeções feitas para definir a Europa, em geral, caracterizam-na como um espaço aberto e em expansão, que resplandece partir de um

²⁸⁴ Idem, p. 53

núcleo cultural e político também aberto, e que está sempre em constante mudança, e que unicamente se enrosca sobre si mesma em tempos de crises consideráveis, com o objectivo de fazer uma introspecção, de maneira a voltar às suas raízes profundas, reidentificar-se com as mesmas e renascer melhor dessa introspecção, de modo a lançar-se de novo à aventura.²⁸⁵

Refere que é perfeitamente compreensível que o ser humano, por natureza, tenha tendência a associar uma ideia de povo a um espaço geográfico concreto, numa simbiose homogénea. Porém, com base no pensamento de Rémi Brague diz que, se começarmos a definir e caracterizar a Europa através dos seus hipotéticos limites geográficos, não é difícil iniciar essa caracterização, difícil é, sim, quando tentamos finalizá-la e definir-lhe os limites. Porque o espaço europeu, ao contrário do espaço americano ou africano, carece de fronteiras naturais, com exceção do seu ocidente, onde existe uma fronteira chamada Atlântico. E mesmo assim, diz Semprún, o Atlântico nunca foi visto como uma barreira para os países ocidentais, e dá o exemplo de Portugal, que diz ser um país que nunca se sentiu limitado pelo Atlântico, mas antes, aberto perante ele. Para Portugal, o oceano nunca foi um muro, mas sim uma ponte para o resto do mundo. Concluindo com isto, que as fronteiras da Europa não são físicas, mas sim culturais.²⁸⁶

Semprún avança que a essência do espírito europeu consiste numa constante superação dos seus próprios limites, como que uma transgressão perpétua das suas próprias fronteiras, a procura apaixonada por novas fronteiras, não geográficas, mas sim espirituais, como a Cristandade, as Luzes, ou a Democracia. Fronteiras espirituais essas que não se afirmam como linhas de demarcação, não se colocam como pontos de chegada, mas sim, como pontos de partida. Como que seguindo os exemplos epopeicos da nossa mitologia, como o périplo de Ulisses, a Campanha de Alexandre o Grande ou a expansão Romana. Recorrendo novamente a Remi Brague, que define esta visão de espaço territorial como uma visão onde o mundo se vê desde o ponto de vista do sujeito que se foca no horizonte, largando aquilo que está para trás de si.²⁸⁷

Voltando a pegar em Jan Patočka que, a respeito do legado europeu, afirma que o séc. XVI parece ser o momento de viragem crucial da sua história, onde o interesse pelo

²⁸⁵ Idem, p. 68

²⁸⁶ Idem, p. 69

²⁸⁷ Idem, p. 70-71

“ter” e pela dominação do mundo exterior, sobrepõe-se ao interesse pela “alma” e pelo “ser”. Semprún oferece uma perspectiva que, face à referência feita por Patočka, olha para essa fase crucial da vida da Europa e justifica o seu surgimento com o retrocesso do Islão na península ibérica e com o nascimento das ideias acerca do mundo, que passavam a colocar este como um grande cenário económico.²⁸⁸

A cultura europeia, de todas as culturas do mundo, é a única cultura da razão, afirma. A razão, para si, é o que desempenha a função determinante em todas as questões fundamentais da vida, tanto no plano do conhecimento, como no plano da “*praxis*”. Garantindo que a autonomia da cultura europeia se baseia nesta característica distintiva. Esta é a primeira preocupação para com o espírito da nossa cultura. A segunda, é a propagação mundial desse espírito, e o risco de se cair numa certa arrogância eurocentrista.²⁸⁹

A construção desse espírito é um processo longe de estar concluído, Semprún coloca a hipótese de tal acontecer por via deste ser interminável – à imagem da própria democracia, que é por si um processo em reforma e reinvenção constante, que nunca se pode tomar como automaticamente garantido, por mais enraizado que esteja – o que faz com que a Europa se reinvente *ad aeternum*, ampliando as suas fronteiras uma e outra vez e, impondo a si mesma, sempre que for necessário, uma nova fasquia ou uma nova fronteira. E, hoje em dia, à medida que a Europa propaga os seus valores da democracia e da razão pelo mundo, considera importante que esta não caia nos atalhos enganosos da exportação desses mesmos valores por via da força. Indicando que, tal é possível através da via diplomática, da exemplaridade e do contágio cultural de ideias. E dá como exemplo os países da Europa central e de leste no período pós cortina de ferro, e a transição serena que estes fizeram para a democracia pluralista.²⁹⁰

Semprún não se evita de fazer referência ao tempo histórico em que os autores em que mais se baseia escreveram acerca da Europa e da democracia, tanto Edmund Husserl como Jan Patočka, elaboraram estes escritos durante os anos trinta do século vinte. Foi precisamente nessa década que o poder dos totalitarismos e das ideias da barbárie aumentavam perigosamente de dia para dia, pondo em perigo, no espaço europeu, a

²⁸⁸ Idem, *ibidem*

²⁸⁹ Idem, p. 72

²⁹⁰ Idem, pp. 72-73

sobrevivência das democracias e dos valores democráticos, que quase chegaram à extinção na década seguinte. O autor relembra que, a democracia, que hoje perigosamente quase damos como automaticamente garantida, não deixa de ser uma ideia nova na maioria dos países europeus, indicando que, até finais do século XX, esta ainda não se havia estabelecido em praticamente metade da Europa, o que só foi possível após a queda da URSS que, diz Semprún (um ex-comunista!), foi “a última tentativa de impor aos nossos velhos países independentes, a unificação déspota e alienante de um universalismo mentiroso”, através de “uma violenta manipulação do pensamento de Marx, para benefício do totalitarismo de um partido único e onisciente que reduziu a nada as classes trabalhadoras dos países de leste, para falar impunemente em seu nome, graças ao seu silêncio aterrado.”.²⁹¹

A, acima indicada, vitória da democracia pluralista, alcançada após a queda do muro de Berlim e da URSS, tem para si um carácter historicamente definitivo, sendo para Semprún evidente que o movimento de propagação e aprofundamento da Europa e dos valores democráticos se tornou irreversível. Considera-o mesmo, de um “combate único”.²⁹² Como que algo pelo qual os seus defensores terão de lutar para sempre, contra todo o tipo de forças que sejam contrárias aos valores deste movimento democrático, à imagem daquilo que o próprio autor apelida em diversas ocasiões de “moral de resistência”.

Para Semprún, a Europa já provou ao longo dos anos da sua construção, muitos deles difíceis, que merece ser defendida e ver os seus valores apoiados. O gigante passo da criação do espaço Schengen, com a abolição de fronteiras, é para si, disso exemplo.²⁹³ Aproveitando esse tema para deixar uma mensagem à juventude europeia...

Quando este foi questionado por Franck Apprénderis, acerca do que é que este diria aos jovens europeus de hoje, quando se notam alguns ressurgimentos de movimentos e ideias de teor nacionalista, Semprún refere que gostaria de chamar-lhes à atenção para a relação que estes estabelecem com a Europa sem dar por isso. Utilizam uma moeda única e, como tal, não têm de trocar dinheiro quando viajam pela zona euro, assim como praticamente não se têm de submeter a diligências policiais fronteiriças,

²⁹¹ Idem, *ibidem*

²⁹² Idem, pp. 73-74

²⁹³ Idem, pp. 76-77

assim como dispõem de bolsas Erasmus para estudar em universidades fora do seu país de origem. Factos que lhes permitem palmilhar por toda a Europa com a mesma naturalidade com que navegam na internet.²⁹⁴

Para Semprún, o primeiro que se tem de fazer é explicar-lhes que essa situação que estes consideram tão banal, e à qual estão acostumados, tomando-a como garantida, é uma total situação de exceção na nossa história pois, para a alcançar tivemos de passar por consecutivos séculos de guerras internas e de sangue derramado pelos campos que contemplamos pela janela numa simples viagem de comboio. É preciso fazer entender que esta abertura interna existe em resultado de uma vontade colossal de fechar a janela para o passado, de maneira a alcançar a reconciliação de países vizinhos e inimigos durante séculos, particularmente na reconciliação franco-alemã. E realça esse fenómeno extraordinário da transformação de um inimigo histórico em aliado fundamental.²⁹⁵

Em segundo lugar, o autor considera que, a juventude da Europa deve ser consciencializada de que, mesmo depois destas conquistas extraordinariamente espantosas, a história não pára nem se esgota, e que se não forem eles a fazê-la daí para a frente, outros a farão. Há então que explicar-lhes que vivemos numa era em que já não existem grandes líderes europeus, nem à direita nem à esquerda, como Kohl, Giscard, Mitterrand ou González. E nesta ausência de estadistas, são os jovens de hoje que devem preencher esta ausência, e assumirem-se como tal. E caso a juventude europeia não o faça, e futuramente não conduza a Europa no sentido de uma utopia concreta, e não a utilize como um instrumento concreto da transformação do *status quo*, esta, muito provavelmente estagnar-se-á.²⁹⁶ Situação essa, que poderá resultar no seu colapso, ou, no seu “assalto”, por parte de uma diferente força ideológica.

Semprún termina a sua mensagem à juventude exortando-os a avançar para o leme da Europa, manifestando que “converter estes vinte e sete países, preservando a sua diversidade cultural e linguística, numa posição de unidade, fazendo sempre predominar os valores democráticos, é nada mais do que viver uma verdadeira aventura”.²⁹⁷

²⁹⁴ Semprún, 2014: “*Vivir es resistir*” pp. 183-184

²⁹⁵ Idem, *ibidem*

²⁹⁶ Idem, *ibidem*

²⁹⁷ Idem, *ibidem*

XIII

“O sonho da razão produz monstros”. É uma frase imputada a Goya quando este atravessou uma grave crise pessoal, e que Semprún utiliza para afirmar que a Europa conhece bem estes monstros resultantes da busca pela razão. Nessa busca, a Europa produziu monstros como o fanatismo religioso e a hipocrisia social, que invadem e esvaziam massivamente as almas, e as subordinam ao repugnante. O maior desses epidémicos monstros, afirma, tem sido sem dúvida a guerra e os seus horrores que traumatizou e marcou mais profundamente a Europa durante séculos, e continua a ser hoje ainda, para a maioria dos europeus, o monstro que se encontra adormecido na sua memória.²⁹⁸

Semprún apelida a Europa como a “filha de Marte²⁹⁹”, e companheira ferida deste deus cruel. Na Europa houve guerras de todo o tipo, religiosas, dinásticas, revolucionárias, imperiais, justas e civis, adiantando que, na Europa, de certo modo todas as guerras foram civis quando opunham europeus a europeus. O território europeu foi durante séculos o campo de batalha mais ativo e sangrento do mundo e albergue dos mais diversos massacres. Não só foi isto tudo, como também foi ao longo da história da civilização, a maior exportadora de armas e de violência militar de sempre, com especial enfoque para o período de expansão colonial.³⁰⁰

O autor classifica a Segunda Guerra Mundial como o pináculo da vida desse monstro europeu da guerra. Esse conflito congregou a maior escalada de sempre do poder de fogo das nações intervenientes, bem como da maior carnificina de vidas humanas da história. Mas acima de tudo, esse conflito classifica-se para si como o cúmulo da calamidade quando se converte numa guerra total que não poupou as populações civis. São disso exemplo os bombardeamentos diretos e deliberados de cidades inteiras como Londres, Varsóvia, Roterdão, Coventry ou Dresden, ou as operações anti partisans resistentes nas aldeias e nos bosques e as execuções massivas de reféns.³⁰¹

Neste contexto de guerra total, aquilo que se verifica como verdadeiramente inédito na Europa é, para Jorge Semprún, sem dúvida alguma o aparecimento do sistema

²⁹⁸ Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” p. 96

²⁹⁹ **Marte** – Deus da guerra na mitologia romana.

³⁰⁰ Idem, p. 97

³⁰¹ Idem, *ibidem*

de campos de concentração. Esta estrutura de campos foi, numa primeira fase, em 1933, idealizada e construída a mandado do governo nazi, para enclausurar os opositores internos do regime. Numa segunda fase, a partir de 1939, aquando da invasão da Chéquia e da Polónia, os campos começariam a albergar os resistentes destas nações. E numa terceira fase, seguiram-se os resistentes das restantes nações europeias envolvidas na guerra, com exceção para os ingleses, que beneficiavam da sua insularidade. E é precisamente neste ponto que o autor estabelece um paradoxo, alegando que foi precisamente nestes campos que começou a surgir na Europa, um espírito europeu semelhante ao que hoje existe.³⁰²

Assume-se desta afirmação que, o autor, considera que o facto de um grupo de pessoas das nacionalidades mais variadas como Alemães, Franceses, Checos, Polacos, Noruegueses, Holandeses... confinados a uma restrita e hostil área delimitada por arame e betão, ultra vigiada, onde estes eram submetidos à humilhação, ao trabalho forçado, à fome, à agressão e à desumanidade total e completa de condições de vida, sem certezas de sobreviver até ao dia seguinte. Tornava este conjunto de pessoas de diferentes nacionalidades, num grupo de pessoas com um objetivo comum, o objetivo de sobrevivência, que apenas poderia ser alcançada através da resistência, que implicava que estes atuassem organizados e em conjunto, como um bloco unido e coeso que conseguisse minorar o sofrimento e risco de morte impostos pela situação em si, paradigma esse, onde a nacionalidade de cada um não interessava literalmente nada. Tal, é no fundo o reflexo daquilo que acontece com as nações europeias hoje em dia que, tal como aqueles deportados, se encontram a partilhar o mesmo espaço geográfico, do qual não podem sair, onde se encontram geopoliticamente rodeados de potências económicas e militares de grande porte. Encontrando-se também desprovidos dos seus impérios que, durante séculos, lhes conferiam uma dose segura de poder geopolítico, e vivem num paradigma em que, para poder resistir aos elementos que se lhes colocam, estes necessitam de formar um bloco coeso e unido que lhes permita resistir e competir com os demais blocos geopolíticos mundiais e, para tal, é necessário que as nações europeias saibam ultrapassar as suas diferenças de carácter nacional, que apenas poderiam gerar divisão e um conseqüente enfraquecimento da ação de resistência e de competição

³⁰² Idem, pp. 97-98

económica e geopolítica. Em ambos os casos se trata de uma verdadeira e vital unidade na diversidade.

Neste ponto o autor dá um salto no raciocínio, passando do tema acerca do “monstro” do campo de concentração, para o “monstro” do extermínio judeu, tema no qual atribui culpas ao desinteresse e desleixe de França e Reino Unido numa primeira fase deste processo. Trata-se da capitulação destas duas nações face à Alemanha de Hitler no Acordo de Munique de 29 de setembro de 1938, data onde já existia, na Alemanha, uma desenfreada propaganda anti judeus que já levava a atos de humilhação desta classe, bem como a limpezas étnicas nas universidades e nas profissões e cargos públicos de maior relevância. Já para não falar nas claras intenções e opiniões de Hitler, expressas na obra *Mein Kampf*, face à classe judia. Defronte a todas estas evidências, França e Reino Unido ignoraram os alarmes, e puseram de parte os seus valores quando tomaram a sua decisão, talvez na tentativa de agradar a Hitler, na esperança que este fosse parar por aí. Estavam enganados. Dois meses depois, Hitler e Goebbels davam início ao programa *Kristallnacht*, ou Noite de Cristal, dando início à captura e deportação dos judeus alemães, pondo em marcha a política da solução final.³⁰³

Para o autor, o desleixe e a indiferença de franceses e britânicos – que deviam, para si, ter defendido nesses acordos, tanto os valores democráticos pelos quais se regiam, como os direitos do Homem que defendiam – tornaram-se nos factores que se viriam a revelar um balão de oxigénio para o desenvolvimento das ideias hitlerianas e para a sua visão irracional do mundo, que atribuía todas as malignidades e vícios do mundo à conspiração judia. Semprún afirma convictamente que 1938 foi o ano fatídico em que as democracias ocidentais consentiram e selaram em Munique o trágico destino dos judeus europeus, tudo por culpa da sua imbecil inocência provocada pela benevolência do seu argumento pacifista.³⁰⁴

Podemos daqui concluir que, para Semprún, o pacifismo não pode nunca sobrepor-se à razão, sendo a razão, o factor que deve orientar o pacifismo e não o contrário. Este caso da capitulação de Munique denota isso mesmo, quando França e Reino Unido desconsideraram a razão face ao pacifismo, o pacifismo fica como que um fantoche oco, completamente esvaziado de sentido e, portanto, fica uma estrutura frágil

³⁰³ Idem, p.99

³⁰⁴ Idem, ibidem

onde, por fora, se mascara de pacifismo porém, por dentro não tem a essência e o sustento que lhe dão estabilidade e força. O que se veio a comprovar mais tarde, com os resultados desta construção pacifista oca de franceses e britânicos face aos alemães. A razão acaba por ser a essência do pacifismo, e não o oposto.

Deste modo, a ótica de Semprún face ao pacifismo não destoa da ótica da maioria dos projetistas da paz – evidenciada por Adriano Moreira e enumerados mais acima no ponto intitulado “A Necessidade de um Bloco Europeu”, logo no início do segundo parágrafo – que eram no fundo defensores da construção de uma comunidade de Estados que, ao mesmo tempo, cumprisse um papel de autoridade comum, de fonte normativa e de árbitro legítimo, tudo em nome da resolução do problema político da Europa, o constante clima de guerra civil.

Jorge Semprún não tem dúvidas que do caso de Munique remanesce uma lição da qual não nos podemos esquecer como europeus, especialmente por parte das elites europeias, para que estes jamais esqueçam que o projeto político da União Europeia colocou como propósito da sua existência, a erradicação do racismo e da discriminação étnica, do regressivo nacionalismo extremista e do antissemitismo. Combatendo todo o tipo de vagas que pretendam trazer de volta para as nossas hostes, tais infames ideais. A reconciliação franco-alemã é, para si, essencial na história da Europa e nesse processo de reconstrução das democracias europeias e dos seus valores essenciais, sendo o principal motor político da luta perpétua do cotidiano contra o “sonho da razão” e contra os monstros do passado. Desde que foi alcançada essa reconciliação, o espírito da “*pax europae*” nunca mais teve nada que ver com o espírito de indiferença da capitulação de Munique. Nunca mais foi uma paz de resignação e conivência, mas sim uma paz atenta, baseada nos valores democráticos, nos direitos do Homem, e numa intolerante oposição ao totalitarismo. Denota-se no projeto da União Europeia a preocupação em criar e naturalizar a paz democrática, evitando os erros grosseiros cometidos pelos aliados vencedores da Grande Guerra em 1918.³⁰⁵

Jorge Semprún não se esquece de destacar os tumultuosos tempos em que a atual União Europeia atravessou a sua fase de nascimento e afirmação. Havia de tudo menos serenidade e concórdia. Havia a grande ameaça de mísseis soviéticos, colocados em pleno

³⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 100

centro da Europa, havia que superar contradições, momentos de crise, momentos de bloqueio e momentos de regressão. Muitos destes problemas eram provocados até pela natureza democrática das sociedades europeias, onde os parlamentos, os partidos, a imprensa, a opinião pública, as celebridades, as elites, todos exercem a sua influência sobre todo o tipo de temas, cenário que tanto nos fornece clareza de ideias como confusão. Porém, o autor destaca que a honra da democracia e dos seus valores se sobrepõe a tudo isso. A sua verdadeira glória é enfrentar os seus inimigos, lutar contra eles, sejam totalitários ou terroristas, com firmeza, sem fazer cedências algumas no que diz respeito aos direitos do Homem e do Estado de Direito. Para si, só a este preço a nova Europa superará os seus antigos medos.

XIV

“Se hoje tivesse que começar de novo a construção da Europa, havia começado pela cultura...”

Trata-se de uma frase atribuída a Jean Monet no final da sua vida, Semprún acha evidente que se trata de uma frase forjada, pois, em qualquer contexto histórico, tanto Monet como Schuman teriam dado início ao projeto europeu através de algum género de cooperação económica, dado que esse seria o único vínculo possível para cimentar as bases de uma estrutura deste género, já que era a única forma de construir um interesse comum suficientemente consubstancial para dar início a um projeto político, a cultura seria sempre uma peça posterior, como que o telhado do edifício.³⁰⁶

No entanto, ainda que tal frase possa ser forjada, para Semprún, esta encontra-se carregada de sentido, afirmando que, hoje em dia a cultura deveria figurar em primeiro plano nas prioridades do projeto europeu, sendo que, esta seria a melhor arma para combater a crise de credibilidade das instituições europeias mas sobretudo, a crise da ideia europeia e da própria noção de Europa. Impõe-se que se coloquem as questões: O que é a Europa? Contra o quê e para quê esta deve ser construída? Para o nosso autor, o contributo das culturas poderá ser importantíssimo para desbloquear esta situação, sendo que, este acredita que a cultura é, e sempre foi, agora mais que nunca, um vetor de unificação dos povos europeus, o cimento que os cola uns aos outros.³⁰⁷

³⁰⁶ Idem, pp. 111-112

³⁰⁷ Semprún, 2014: “*Vivir es resistir*” pp. 181-182

Semprún elabora a seguinte explicação.

No tempo histórico em que o projeto europeu é iniciado sob o nome de Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), eram precisamente o carvão e o aço que constituíam a base da indústria pesada, e era sobre essa indústria que tradicionalmente assentava o poder das nações à data. Esse poder media-se em quantas fossem as toneladas de carvão extraídas, e quantas toneladas de aço eram produzidas, era essa a sequência lógica da equação quando se media o poder das nações. Como tal, fazia o máximo sentido dar início a um projeto de cooperação europeu, por mais limitado que fosse, através precisamente dessa indústria, a única que poderia congregiar debaixo do mesmo “chapéu de chuva”, França e Alemanha, indústria essa, carregada de significado militar e bélico, o que fazia este projeto estar carregado de um simbolismo de paz e reconciliação, pese embora o seu formato económico.³⁰⁸

Os seis países que deram início à CECA comprometiam-se, através da criação de uma comunidade económica, a cimentar as bases de uma comunidade com perspetivas de alargamento e aprofundamento, entre povos tradicionalmente beligerantes entre si e confrontados com um passado de guerras e divisões sangrentas, de modo a deitar à terra as sementes para a criação de instituições capazes de os orientar, a partir de agora, até ao alcançar de um destino comum, fazendo da CECA nada mais do que um primeiro passo no sentido de algo maior, tal como assim foi, depois desse passo, a Europa nunca parou de avançar, de se alargar e de se aprofundar.³⁰⁹

Jean Monet falece em 1979, e Semprún acredita que, se Jean Monet tivesse conjecturado o projeto europeu nessa data, este não assentaria as suas bases no carvão e no aço. Em 1979, tanto o carvão como o aço, encontravam-se em declive de importância face ao peso no poderio industrial das nações. A produção de energia começava a alimentar-se de outras fontes, o que gerou um declive na procura e no valor do carvão, e uma conseqüente crise no sector. O mesmo aconteceu à indústria do aço que, com a crescente globalização do trabalho produtivo, os estaleiros europeus tornaram-se pouco rentáveis ou até mesmo obsoletos. Com este raciocínio, Semprún não tem dificuldade em concluir que, se Jean Monet tivesse dado início ao projeto europeu por volta da data da sua morte, este não fixaria as bases do projeto na indústria do carvão e do aço, mas sim,

³⁰⁸ Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” pp. 112

³⁰⁹ Idem, pp. 112-113

talvez, na indústria cibernética e das tecnologias da informação e comunicação. Os moldes em que o projeto se iniciaria teriam sempre de ter em consideração, quer a evolução acelerada do trabalho produtivo, quer a transformação da sociedade em geral e da esfera trabalhadora em particular, bem como o aumento constante da importância do saber no processo da criação de valor.³¹⁰

Semprún termina o raciocínio desta hipótese concluindo que, no início dos anos 50, no rescaldo de uma guerra traumática, era mais que lógico que o projeto europeu fosse edificado nos alicerces da indústria pesada do carvão e do aço.

Pegando nas palavras de Monet aquando da criação da CECA, quando disse que “esta organização firmará as primeiras bases concretas de uma federação europeia indispensável para a preservação da paz”, Semprún destaca o paradoxo que é o próprio projeto europeu, um projeto de paz e definitivamente político, que tem de se levar a cabo por intermédio de uma cooperação económica, que paulatinamente se vai aprofundando, no sentido de atingir uma união política. O que de certo modo, acaba por não fugir às ideias que Husserl propunha vinte anos antes, de uma “supranacionalidade de um género totalmente novo”.³¹¹

Não obstante, Semprún alerta que, ainda que ao longo da sua história o projeto europeu tenha, em geral, sido um projeto em constante evolução e construção em direção ao futuro, este, pode infelizmente ser revertido. É possível fazer este projeto andar para trás, o que é profundamente indesejável, e que pode terminar de forma catastrófica, no mesmo ponto em que este começou, nas cinzas de um flagelo continental. Semprún expõe dois episódios onde se pode constatar que é possível fazer o projeto regredir.

O primeiro foi o veto de França (com os votos de Gaulistas e Comunistas) à criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED) em 1954, um projeto que visava criar uma eficiente e realista defesa europeia comum, cujo veto obrigou os países europeus a conceder à NATO, dominada pelos EUA, o lugar que ocupa ainda hoje no que diz respeito à defesa comum da Europa.³¹²

³¹⁰ Idem, *ibidem*

³¹¹ Idem, pp. 114-115

³¹² Idem, pp. 115-116

O segundo, estava a tomar lugar no ano em que estes depoimentos estavam a ser documentados, e prendia-se com o debate e a difícil aceitação do Tratado Constitucional. Debate no qual, Jorge Semprún aconselhava aos franceses que se revelavam inseguros com tal conceito, que estes pudessem ouvir de novo certos argumentos que certos opositores do passado apresentaram face a outras iniciativas europeias, como a moeda única ou a abolição de fronteiras por exemplo. Pois, considera que, quem tivesse conhecimento da maioria desses argumentos, não daria a mínima credibilidade a essa classe política que se haveria oposto a tais medidas e que, em 2004, com argumentos semelhantes, se opunha ao Tratado Constitucional.³¹³

Podemos adicionar um terceiro evento “*post mortem*” de Jorge Semprún que comprova que o projeto europeu pode sofrer regressões grosseiras. O próprio processo de saída do Reino Unido da União Europeia legitimado por um referendo, mais conhecido pela sua gíria de imprensa, “*Brexit*”, constitui num dos melhores exemplos de como o projeto de paz por via da integração dos povos da Europa nunca se poderá tomar por garantido.

Semprún não aceita a teorização da Europa como um “gigante económico e um anão político”, e relembra as batalhas importantíssimas ganhas por ela desde a sua criação. A batalha que ganhou contra a ameaça soviética, a batalha que ganhou contra a ameaça militar direta dos mísseis nucleares SS-20, de longo e médio alcance, mas sobretudo, a batalha que ganhou contra as estratégias mais traiçoeiras do “canto de sereia” soviético, como a proposta de reunificar as Alemanhas, onde Moscovo estava disposta a criar um país único em troca da neutralidade do mesmo, ou seja, esta teria de sair da NATO. A posição europeia não foi flexível neste tema, o que lhe confere ainda mais mérito à sua vitória, pois, o facto de existir um país partido ao meio, onde ambas as partes eram profundamente hostis entre si, era um *status quo* intolerável para a generalidade da opinião pública ocidental.³¹⁴

Todavia, há uma batalha ganha ainda mais importante a destacar, a batalha da segurança, não só a segurança exterior, como também a segurança interior contra o terrorismo revolucionário que assolou a Europa durante anos. Este género de terrorismo levava a cabo ataques diretos às instituições democráticas e pró economia de mercado,

³¹³ Idem, pp. 117-118

³¹⁴ Idem, pp. 118-119

com uma base ideológica que denotava filiações leninistas quando se liam os seus textos de propaganda. A Europa soube vencer estes grupos terroristas e derrota-los para sempre sem que estes deixassem raízes, e conseguiu manter o monopólio da violência debaixo da legítima alçada do Estado, garantindo o funcionamento pluralista do sistema político. Há que destacar com veemência que, esta vitória foi alcançada sem recorrer a procedimentos jurídicos de exceção, sempre dentro do respeito da lei e, com todas as condicionantes que tal respeito coloca.³¹⁵

Hoje em dia, a Europa é apresentada com uma nova ameaça terrorista, esta de diferente espécie, onde o perigo é mais difuso, mais volátil e mais imprevisível, que bebe de ódios e frustrações islamitas, propondo-se a alcançar objetivos irracionais que mobilizam um fanatismo adverso à modernidade e à democracia.³¹⁶ Um novo inimigo dos nossos valores, que há que derrotar tal e qual como o terrorismo revolucionário.

Em jeito de conclusão em torno destas questões, Semprún destaca que o projeto europeu não se limitou a trabalhar no avanço económico, este também pôs em marcha grandes avanços políticos como se anunciava desejosamente na declaração de fundação da CECA e, de facto, esses avanços permitiram mesmo a desejada criação de instituições capazes de orientar a Europa até ao alcance de um destino partilhado. Porém, o autor destaca que estes avanços políticos são em si um paradoxo, isto porque a esmagadora maioria deles se produziu apenas até 1989, onde se deu a queda do Muro de Berlim, acontecimento capital na crença de um desmoronamento pacífico da máquina imperial soviética. O que, para si denota que, aparentemente, o desaparecimento do principal inimigo da democracia europeia fez desvanecer e dissipar os reflexos e imaginação política desta. Como que uma negligenciação desta para com os seus próprios sonhos e valores. Precisamente quando a União Europeia alcançava de forma pacífica um objetivo colossal, esta parece ter perdido o desejo da iniciativa política e do controlo do seu destino. Aparentemente, a vitória provocou na democracia europeia um paradoxal descanso desleixado, como que se esta tivesse perdido o próprio propósito da sua existência.

³¹⁵ Idem, 120-121

³¹⁶ Idem, *ibidem*

XV

Quando confrontado com a temática da ampliação do projeto europeu para além das suas fronteiras, Jorge Semprun manifesta que subsiste antes de tudo uma tarefa primordial nesse processo, a tarefa da consolidação dos laços políticos e culturais com os países da outra Europa, a de Leste, durante tanto tempo soviética. É, na esteira desse realce, que o autor indica que o alargamento a leste se tratará, não de uma “ampliação”, mas sim de uma “reunificação”, que será um processo árduo mas apaixonante, ao contemplarmos a reconciliação de dois lados durante tantas décadas separados por forças externas que os exortavam a odiarem-se mutuamente. Para Semprún, o termo “ampliação” aplicar-se-ia numa extensão do projeto europeu a novos territórios – tanto culturalmente como geograficamente – completamente virgens e expostos ao “arado da europeização” destacando o termo utilizado pelo autor. Para si, a adesão de países da antiga esfera soviética não se enquadra neste âmbito, é um mero regresso dessas nações às suas origens europeias e, para a Europa em si, trata-se de um recuperar da sua essência própria, onde esta volta a ser o que foi, ou pelo menos o que poderia ter sido.³¹⁷

Posto isto sim, irrompe no horizonte a aurora de uma ampliação para além das fronteiras do espírito europeu, por terras historicamente pertencentes a outros espíritos onde nunca tenha passado o dito arado da europeização, onde realmente se colocam verdadeiros entraves à ampliação da Europa. Entraves esses que se colocam com a definição dos limites das suas fronteiras orientais.³¹⁸

As fronteiras ocidentais, por seu turno, estão bem delimitadas pelo Atlântico, e o projeto europeu há muito que as alcançou quando chegou a Portugal e à Irlanda e, diz Semprún, seja como for, e a menos que o Canadá contemple uma possível adesão ao projeto, a questão das fronteiras ocidentais não se irá colocar, sendo apenas a leste, neste momento, que a discussão dos limites da europeização se coloca. E, é com base nesta conjectura que Semprún contempla – a médio prazo – dois possíveis candidatos a leste para uma ampliação da União Europeia. São eles a Ucrânia e a Turquia, países onde o autor diz existir um “desejo de Europa”.³¹⁹

³¹⁷ Idem, p. 154

³¹⁸ Idem, p. 154-155

³¹⁹ Idem, *ibidem*

O “desejo de Europa” dos ucranianos, para o autor, revelou-se durante as manifestações pacíficas da revolução laranja de 2004 e 2005, que provocaram uma reviravolta política após as eleições presidenciais entre Viktor Yushchenko e Viktor Yanukovich. Este género de revolução pacífica, herdada de uma tradição iniciada pela primavera democrática alemã de 1989 é, para Semprún, tipicamente europeu em toda a sua forma e conteúdo, mesmo quando acontece fora do espaço geográfico-espiritual europeu, como Kiev ou Beirute. Sentindo-se profundamente as forças de difusão e de atração que exercem por toda a parte as ideias de uma europeização democrática. Porém, adverte o autor, há que tomar em forte consideração o contexto histórico e geográfico ucraniano, especialmente face a Moscovo e às inquietações russas face a uma Ucrânia com ambições pró-europeias de liberdade e democracia. Advertindo também para a importância de uma postura da UE que facilite a compreensão da Federação Russa, de que o movimento de europeização democrática em direção a leste é irreversível.³²⁰

Semprún não se coíbe de dar destaque ao verdadeiro poder do projeto europeu, que afirma não estar principalmente assente nas armas, mas sim, nos valores inspiradores que fazem aumentar e propagar este dito “desejo de Europa”.

O desejo de Europa turco, por sua vez, já difere do desejo de Europa ucraniano. Primeiro difere por ser um desejo mais antigo e mais estruturado, que motivou uma mudança enorme na sociedade turca na transição do Império Otomano para a Turquia moderna, e tem também a ver com as características singulares desta nação que estabelece uma fronteira entre a civilização europeia e os territórios tumultuosos do médio oriente. E, é evidente para o autor que, a adesão da Turquia representaria o desafio ideal para uma Europa decidida a estabelecer de vez o seu papel de poderosa potência inspiradora, e portadora dos valores da democracia e da secularização da vida pública.³²¹

Em jeito de conclusão desta temática em torno da propagação da Europa na forma do projeto da União Europeia, é importante denotar a diferença estabelecida pelo autor entre os países europeus do bloco de leste e, a dupla de países formada por Ucrânia e Turquia. Para Semprún é evidente que ambos os grupos diferem nas suas características de espírito. Este, não considera que a adesão dos países do bloco de leste levada a cabo após 2004, seja considerada uma “ampliação”, considerando-a como uma “reunificação”

³²⁰ Idem, pp. 155-156

³²¹ Idem, *ibidem*

de países que partilham o mesmo espírito, e que apenas estiveram sob sequestro soviético durante um longo intervalo de tempo, e que após esse sequestro, acabaram por inevitavelmente regressar às suas origens pré soviéticas, ou seja, pró-democráticas.

No entanto, Jorge Semprún não considera que a Ucrânia, um país da Europa, se englobe neste primeiro grupo de países que regressaram às origens. O autor não o explica diretamente, mas a hipótese mais provável prender-se-á provavelmente com aquilo que este evidencia face ao contexto dos laços históricos entre russos e ucranianos que, juntamente com os bielorrussos, partilham o Principado Rus Kievano como o seu ancestral cultural, o que, em suma, inviabilizaria qualquer tipo de teoria de regresso às origens europeias por parte dos ucranianos, pois as suas origens não são europeias ocidentais, são sim, as mesmas origens que russos e bielorrussos, o Principado Rus Kievano. Isto tudo para indicar que a Ucrânia não possui laços fundamentais com a Europa ocidental ou com o espírito desta, algo que os povos eslavos ocidentais (checos, polacos, húngaros, romenos, lituanos, estónios, búlgaros, eslovenos, letões e eslovacos) possuem de tempos pré soviéticos, o que lhes conferia ainda um forte sentido de pertença ao espírito europeu, o que não aconteceu com os ucranianos que, enquanto os eslavos ocidentais absorviam o espírito europeu, estes mantinham-se incluídos no seu espírito original enquanto se encontravam sob a tutela do Império Russo. Para o caso da Ucrânia sim, já era considerado, segundo o raciocínio de Semprún, uma “ampliação” do espírito europeu até um país com esse dito desejo de Europa, tratando-se, não de um retornado, mas sim de um novo membro do espírito europeu, proveniente de um espírito próprio diferente que estes tencionariam abandonar, partilhado com russos e bielorrussos, o espírito Rus Kievano. Sucedendo-se exatamente a mesma questão com a Turquia, esta proveniente do espírito imperial Otomano e, daí resultar que estas duas nações sejam consideradas por Semprún como nações com desejo de Europa, porém, não conectadas ainda ao espírito europeu.

Status quo que, no entanto, não inviabiliza a adesão de ambos os povos à UE, representariam de facto um desafio para o projeto, por serem membros provenientes de espíritos diferentes mas, como evidencia o autor, constituiriam uma estupenda oportunidade para a União Europeia provar a sua capacidade integradora e assumir-se como uma inquestionável potência inspiradora mundial.

XVI

Semprún tece também reflexões acerca dos referendos realizados em França e na Holanda em torno da aprovação de uma Constituição Europeia, referendos que, ambos chumbaram essa hipótese. O autor culpabiliza com alguma veemência a retórica impressa pelos partidos de esquerda que defendiam o “não” à Constituição Europeia, que denunciava e demonizava os moldes sociais liberalistas da mesma.

Semprún defende que a Europa unida é simultaneamente um compromisso dinâmico entre as forças do mercado e as forças da intervenção estatal. Compromisso esse que se expressa segundo a evolução das circunstâncias históricas, no reconhecimento por parte das forças sociais e políticas das exigências da economia social e de mercado, bem como do princípio da livre concorrência não viciada.³²²

Este indica que todos sabemos bem que a economia de mercado, do ponto de vista estrutural, não chega para servir de obstáculo à instauração de regimes políticos autoritários ou ditatoriais. Dando como exemplo o Chile dos tempos do regime de Pinochet, bem como a China atual, que comprovam que a inserção dos mecanismos do capitalismo de mercado mais selvagem numa sociedade, pode coexistir durante um indeterminado período de tempo com um sistema político de partido único que reprime as liberdades civis. Todavia, ainda que a economia de mercado não seja uma garantia automática da promoção dos valores democráticos numa sociedade é, para si, evidente que – com base na história civilizacional contemporânea – não existe no mundo um sistema político democrático que seja, que não assente a sua base estrutural na economia de mercado. Nunca tendo havido na história, nenhuma democracia baseada numa economia estatal, com planificação central e não liberal. E, por essa mesma razão, para Semprún, a demonização do mercado – principal estandarte dos partidos de esquerda e centro esquerda anti constituição europeia – consiste num dos elementos mais nefastos, infantis e arcaicos do pensamento único antieuropeu e antiglobalista.³²³

No seguimento dos chumbos em referendo a uma constituição europeia em França e na Holanda Semprún coloca três questões. A primeira é: Era mesmo necessário um referendo para decidir o futuro constitucional da Europa? A segunda é: Não bastaria

³²² Idem, p. 174

³²³ Idem, pp. 175-176

a via parlamentar? E a terceira: Não teria sido a via parlamentar, a via mais democrática?³²⁴

Semprún afirma compreender que em determinados países, por razões de tradição política no contexto histórico, o referendo seja inevitável, como em França, onde se entende que, essa seja a via mais democrática. Aí não se opõe. Tal como não se opõe face à aversão alemã aos referendos, que guardam más memórias desse tipo de consulta nos tempos do regime nazi, e das suas respetivas manipulações e deturpações deste tipo de procedimento por parte do regime hitleriano durante os anos 30 do século XX. Não obstante, o autor indaga, se o debate parlamentar aberto e transparente sucedido de um debate nacional, através de todas as camadas da sociedade e de todas as instituições, não teria permitido uma participação cívica mais profunda, melhor informada e mais responsável que a simplista e seca resposta entre o “sim” e o “não”?³²⁵ Semprún dá a entender que esta solução seria a melhor, bem como igualmente democrática.

Concluindo acerca deste tema, o nosso autor considera que, a vitória indiscutível do “não” no referendo sobre uma Constituição Europeia não nos conduz no sentido de um processo histórico de abertura e renovação, antes pelo contrário, obstrui a progressão evolutiva da construção europeia num momento em que se impõe com urgência a necessidade de uma vontade política comum, sem prejuízo das diferenças que constituem a riqueza da diversidade cultural e política da Europa. Seria necessário encarar com seriedade, rigor e generosidade esta realidade, no sentido de reativar a dinâmica da União Europeia como padrão de referência de paz democrática num mundo de tumulto e conflito.

XVII

É precisamente acerca da perspectiva de Jorge Semprún face à dinâmica europeia, evidenciada no final da divisão anterior, que vamos debruçar-nos nesta divisão.

O autor dá o pontapé de saída do seu raciocínio colocando uma questão que este diz que se tem de colocar urgentemente aos dirigentes europeus. “Como fazer que

³²⁴ Idem, *ibidem*

³²⁵ Idem, pp.176-177

funcione uma Europa de vinte e cinco membros e que, sem dúvida, não tardará a ter vinte e sete?”³²⁶

Semprún segue, afirmando que esta circunstância destapa dois perigos eminentes.

O primeiro perigo que este identifica é a letargia, a escassez de atividade e de reação. Advertindo que, face à complexidade do mundo atual e da quantidade de problemas que há que solucionar, o primeiro perigo é a venenosa tentação de, face a este quadro, o projeto europeu deixar que cada país opere à sua maneira sobre cada um destes problemas nesta nova complexidade global, a fim de se tornar demasiado abstraído e permissivo. Uma Europa letárgica seria como um navio com motor, mas sem leme, que navegaria por impulso próprio, mas sem direção orientada. Semprún metaforiza o problema desta forma. Como que evidenciando que, o motor da Europa são as suas motivações económicas, e o seu leme, são os seus ideais e valores sociopolíticos. Indicando que, uma Europa que apenas conserva o seu motor – menosprezando o seu leme – acabaria por resumir-se ao seu papel de potência comercial, que acaba por ser sempre necessário, porém, insuficiente. Com perigo de degenerescência na irrelevância. Para o autor, a Europa actual, depois de ver reunificados os seus povos, necessita de tudo menos de entrar em letargia, necessita sim, de que o seu leme orientador se encontre inovador e firme agora mais do que nunca, dando lugar a uma “casa de máquinas” renovada que irradie energia a partir do seu interior para todo o “navio”, como que um “eurocentro” que, na sua essência, responda, e faça a Europa responder em bloco, às exigências e complexidades do nosso tempo.³²⁷

O segundo perigo que Semprún identifica, é o possível e nefasto reaparecimento do espírito de hegemonia, bem como, da funesta materialização do mesmo.

O autor relembra o facto de a história da Europa estar pelejada de tentativas de criação e consolidação de centros hegemónicos, lembrando as incontáveis guerras sanguinárias de anos e anos de extensão, as negociações de paz igualmente longas, os matrimónios dinásticos, as alianças de proteção recíproca, as fidelidades e as traições, as

³²⁶ Manter presente que estas declarações de Semprún datam do ano de 2005, quando se deu esta conversa entre si e Dominique de Villepin. Tal como a obra de onde a informação é recolhida, foi editada em 2006. Tudo após o alargamento da UE de 15 para 25 e antes do alargamento de 25 para 27.

³²⁷ Idem, pp. 191-192

fogueiras, as guilhotinas e venenos. Todo o arsenal político criado pelo Homem europeu para este se entender com os seus vizinhos, ou exterminá-los, sempre circulou em torno do equilíbrio de poderes e, da aversão e medo da hegemonia alheia. Deste ponto de vista, para Semprún, o projeto europeu de integração comunitária representa um volte face histórico e uma rutura total com o passado. Os europeus conseguiram banir da sua história e da sua teoria política o conceito de hegemonia, aprisionando-a em instituições supranacionais cujo controlo recai nas mãos dos próprios europeus em forma de democracia.³²⁸

E, do mesmo modo que a força da Europa já não se mede pela quantidade de batalhões, mas sim, pela influência contagiosa e em constante propagação do seu modelo político e cultural, também se tornou impossível encontrar, na dinâmica da Europa, qualquer tipo de resquícios de hegemonia de um só país, ou de um grupo de países. Para Semprún, os batalhões que testemunham a força da Europa nos nossos dias, são as claras multidões nas ruas das cidades dos países de leste em 1989, as multidões que desfilaram em Madrid aquando dos atentados de 2004, assim como as multidões que se opunham à intervenção americana no Iraque, que desfilaram em Londres, Madrid, Roma e Berlim.³²⁹

No entanto, este aponta a uma crucial contradição na atual balança de poderes da Europa. Prende-se com a criação de um núcleo duro eurocêntrico, de países dispostos a levar a Europa mais além do que os seus horizontes imediatos, que poderá fazer surgir o perigo de aparecimento de um centro com tendências hegemónicas, ainda que, o seu primeiro intuito seja o benefício do projeto comum. Tal fenómeno, diz Semprún, poderia provocar a implosão do equilíbrio de poder instituído na Europa. Deste modo, para resolver essa contradição, será necessário regressar ao método aplicado pelos “pais fundadores” do projeto, regressando ao pragmatismo do progresso por intermédio de paulatinos pequenos passos em frente, e regressando à elevação da visão de conjunto, algo que pode até ser inalcançável na sua pureza integral, mas que qualquer das formas move as mentes e as energias no mesmo sentido.³³⁰

Semprún vê a Europa como uma rocha em bruto que se vai esculpindo a martelo e escopro por intermédio de pequenos e precisos golpes, que é ao mesmo tempo uma

³²⁸ Idem, p.192-193

³²⁹ Idem, ibidem

³³⁰ Idem, pp. 193-194

figura mental, cujas características estão projetadas numa tela imaginária das nossas vontades e paixões comuns. O que significa para si que deve evitar-se a todo o custo qualquer tipo de solução abstrata que prometa qualquer género de perfeição utópica através de métodos e ideias nitidamente facciosos. Tal como, há que evitar uma cristalização do domínio demasiado estabelecido do eixo França-Alemanha – ainda que o seu entendimento continue a ser um aspeto de importância de primeira ordem, seja qual for a constelação de forças na Europa – que poderia surtir efeitos centrífugos prejudiciais para o projeto.³³¹

Para combater este tipo de dificuldades, Jorge Semprún vê como provável melhor solução, o agrupamento livre dos países europeus em torno de projetos concretos. Este exemplifica afirmando que, tal como existe uma zona Euro e uma zona Schengen, também poderiam vir a existir outras zonas, cujos integrantes se agrupariam para fazer face a uma série de problemas concretos, fossem eles de índole económica, cultural ou política. O que, para si, traria benefícios em termos de fomento do entendimento em rede entre Estados-membros, bem como, simultaneamente, evitaria o risco de aparecimento de uma excessiva força hegemónica centralizada.³³²

Semprún identifica uma linha orientadora que este considera ser a principal para guiar a progressão da União Europeia de uma forma mais inclusiva, com um maior potencial integrador, totalmente fora do âmbito económico ou político. Para si, esse campo é – por mais paradoxal que possa parecer a quem dispõe de “vistas curtas”, como o próprio lhe chama – a cultura. E a quem afirme que “há coisas mais importantes em que pensar”, Semprún oferece uma resposta clara, que é: “Não! Não há”.³³³

Para o autor, é da máxima importância reconstruir a memória comum da Europa de modo a combater o estado de parálise em que esta vive face à compreensão das suas próprias diferenças. Como podem os europeus ocidentais compreender aquilo que viveram os europeus de leste debaixo das ocupações totalitárias nazi e estalinista, ou como podem os europeus de leste compreender o modo de vida liberal e vanguardista dos ocidentais se não existe memória partilhada que o permita? Em ambos os lados

³³¹ Idem, *ibidem*

³³² Idem, pp. 194-195

³³³ Idem, *ibidem*

existem mal-entendidos e desconhecimentos factuais que necessitam de ser explicados e compreendidos, para poderem ser ultrapassados.³³⁴

Há ainda uma certa barreira entre o viciosismo e o virtuosismo que tem que ser ultrapassada, barreira essa que, como destapa Rui Tavares, é como o muro de Berlim, que separa duas metades do mesmo todo, que se autoproclamam virtuosas e se acusam de viciosas.³³⁵

Para Jorge Semprún, há um lugar na Europa de hoje, que é o perfeito elo de ligação da história entre as várias “Europas” que coexistiram entre 1937 e 1989. Esse lugar é, nada mais nada menos que, Buchenwald, o tenebroso campo de concentração onde Jorge Semprún esteve deportado quando era um jovem adulto, experiência à qual conseguiu sobreviver. Para si, Buchenwald é um elo de ligação histórico da Europa por uma simples razão, este começou por ser um campo de concentração nazi em 1937, estatuto que carregou até ao dia 11 de abril de 1945, data em que foi libertado pelos regimentos do exercito norte-americano liderados pelo general Patton. Dois meses mais tarde, em junho, saía do campo o ultimo grupo de deportados que por lá permanecia, os resistentes Jugoslavos. E finalmente em setembro, apenas cinco meses após a libertação do campo, este é reaberto pela polícia política da zona de ocupação soviética da Alemanha e assim funcionou até 1950, primeiro, os prisioneiros desta nova vaga de Buchenwald eram essencialmente ex-nazis de segunda linha, pouco relevantes, porém, a pouco e pouco começariam a dar entrada no campo, opositores ao regime de Stalin e cidadãos descontentes com o mesmo.³³⁶

Apenas cinco meses passaram entre o fim da reclusão opressiva nazi em Buchenwald, que conservava fins puramente políticos, sendo aqueles deportados presos políticos na prática, até ao início de uma nova reclusão opressiva de cariz político, desta feita, orientada pelos soviéticos. Apenas durante cinco meses da sua vida, entre 1937 e 1950, o campo de Buchenwald não serviu como prisão para conter as vozes e as ações de quem defendia os valores democráticos que hoje prezamos e se opunha aos regimes totalitários que nazis e soviéticos impunham. Este lugar, para Semprún, representa como que o contraste de duas Europas diferentes, de um lado, uma Europa totalitária e

³³⁴ Idem, pp. 195-196

³³⁵ Tavares, 2012: “*A ironia do Projeto Europeu*” p. 83

³³⁶ Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” p. 196

opressora, personificada pelos regimes nazi e soviético e, por outro lado, uma Europa democrática com visões de liberdade e resistência, personificada pelos prisioneiros políticos de toda a história do campo de Buchenwald. E daí, resulta o facto de o nosso autor considerar este campo como o elo de ligação entre o melhor e o pior da Europa, e o melhor ponto de partida histórico no sentido de uma reconciliação dos povos europeus.

XVIII

Jorge Semprún indica que, para si, a Europa é – na essência do seu espírito – em primeiro lugar, a pátria privilegiada da literatura e da leitura nos seus inúmeros idiomas, mas também, uma memória cultural e um horizonte de vida. A Europa é Gide, Kafka, Mann, Malraux, Cervantes, Dostoyevsky, Marlowe e Shaw. Nomes que saem de modo natural para o nosso autor. Todavia há, para Semprún, outros nomes que saem de modo natural, como Hemingway, Fitzgerald, Faulkner, Steinbeck e Dos Passos, que não eram europeus, mas sim, americanos, e recorre a Claude-Edmonde Magny e à sua obra *“L’Age du roman américain”*, para destacar a singularidade da literatura novelesca norte-americana, bem como a sua filiação europeia. Isto, porque a Europa terá inventado os conceitos de romance literário, de cinema e de avião, três invenções que os EUA elevaram a um nível supremo de incandescência cultural. E, de certa maneira, o romance e o cinema americanos conseguem devolver-nos uma imagem muito exata de nós mesmos, por mais excessiva e caricaturesca que esta seja. Semprún indica que, essa imagem é tão certa, tão excessiva e tão caricaturesca, como as palavras que uma filha rebelde e orgulhosa retribui aos seus pais.³³⁷

Semprún estabelece uma relação não só literária entre europeus e americanos, mas também cultural e espiritual. E volta a recorrer às palavras de Husserl para o justificar, onde este afirmava que não entendia a Europa como um espaço geográfico, não considerando possível definir desse modo os domínios de tanta humanidade europeia. Husserl interpreta a Europa num sentido espiritual, onde abarca não só a Europa, como todos os territórios do mundo para onde esta se expandiu, onde se englobam os Estados Unidos da América, todos esses territórios pertencem ao mesmo espírito europeu. Husserl tem razão, diz Semprún, até os neoconservadores mais acérrimos da política norte-americana têm, de certa maneira, uma filiação europeia pois, que se saiba, nem

³³⁷ Idem, pp. 214-216

Maquiavel, nem Carl Schmitt, nem Nietzsche, nem Leo Strauss – autores que estes leem e interpretam de forma errada, seja por acidente, seja propositadamente – eram de todo, americanos. E finalmente, também não podemos ignorar a proximidade temporal e ideológica entre as revoluções americana e francesa.³³⁸

Volta a apoiar-se em Jan Patočka, quando este reflete acerca da questão colocada por Hegel acerca de quem seria a herdeira da Europa, se a Rússia, se a América. Questão que faz com que Patočka recorra a Tocqueville, que analisa esta questão do ponto de vista das “conotações sociais, no sentido da igualdade e da organização racional”, que mobilizam o espírito europeu. Analisando a questão no prisma de Tocqueville, é a América que mais abraçou e aprofundou esse espírito e os seus valores, vendo-se esta como a herdeira da Europa. Para Patočka, tal é completamente compreensível pois, “os EUA eram uma América europeizada, assim como a Europa pós-revolucionária era uma Europa americanizada”.³³⁹

Semprún afirma que hoje, Patočka poderia testemunhar que tanto Rússia como EUA herdaram o legado da Europa, de maneiras distintas porém. A Rússia herdou da Europa o Marxismo, e não voltará a ser ela mesma enquanto não ultrapassar o seu legado de forma radical. Por sua vez, os EUA herdaram da Europa o universalismo político e dos direitos humanos, afastando-se recentemente um pouco deste legado, ao assumir ideais mais Hobbesianos, expressos no “*Leviatã*”, também eles europeus.³⁴⁰

Semprún conclui o raciocínio indicando que, para todos estes mundos existe uma espécie de lugar comum, como que um fórum intelectual do espírito europeu onde se congregam todos os seus herdeiros espirituais. Fórum esse, cuja pertença não é exclusiva de ninguém em particular, mas sim aberta sempre para novas incorporações e novos intercâmbios dentro dos nossos valores.

Para Semprún a Europa é, nas suas palavras: «Uma paisagem urbana mas, ainda assim, rural, pois não deixa de ser uma paisagem urbanizada pela mão humana, pela sua presença histórica no mundo e pelo seu respeito à natureza dominada. Às vezes digo: Deem-me uma cidade com um rio, com umas quantas bibliotecas, com museus e cafés e, claro, com praças onde possa ler ao sol, e sentir-me-ei em casa, *Heimlich*. Isto é, na

³³⁸ Idem, p. 216

³³⁹ Idem, p. 216

³⁴⁰ Idem, p. 217

Europa. Uma Europa sem fronteiras, que se estende por boa parte do mundo. Como a democracia, como a igualdade de oportunidades, como a igualdade entre homens e mulheres.» A Europa representa para si próprio, no plano do inconsciente, uma quase experiência da sensibilidade e de rotina dos sentidos e, no plano consciente, uma experiência política que é resultado de uma viagem política, a sua própria viagem política, desde resistente, deportado, marxista-leninista e, finalmente, europeísta.³⁴¹

Foi precisamente na fase de transição entre o desencanto marxista-leninista e a iluminação europeísta, que Semprún afirma ter descoberto de vez, os valores da democracia e da Europa no mesmo movimento afetivo e intelectual. Foi nessa fase que começou a descobrir Ortega e Gasset, os pensadores do liberalismo espanhol, Jacques Maritain, pensador cristão que, Semprún considera um péssimo teólogo, mas um excelente politólogo, que destapa os princípios pelos quais se deve guiar a reconstrução democrática europeia, evidenciando a reconciliação franco-alemã e a ideia de federação das forças democráticas. E também, o próprio George Orwell. Foram estes os fundamentais autores que, como o próprio assume, o fizeram romper radicalmente e dolorosamente com o leninismo e regressar aos territórios da realidade, da política reformista e da lucidez.³⁴²

Nesse processo de desintoxicação também se focou em leituras de Bernstein, Paul Lévi, Rosa Luxemburg e Bujarin, porém, as obras que mais o marcaram e guiaram no sentido do socialismo democrático foram as de Léon Blum. Blum apresentava ideias muito semelhantes às de Winston Churchill no que à construção europeia dizia respeito. Este defendia que a instauração de uma Europa unida económica, política e socialmente, se encontra dentro da tradição do socialismo internacional. Era para si evidente que, sem o socialismo internacional não se poderiam construir os ditos “Estados Unidos da Europa”, todavia, seria para si absurdo e deplorável que este se alimentasse da presunção de os poder construir sozinho. Ainda que o socialismo obtivesse a maioria política em toda a Europa, este teria sempre que ir em busca do consenso mais geral, abarcando o maior leque de convicções e vontades.³⁴³

³⁴¹ Idem, p. 118

³⁴² Idem, pp. 119-120

³⁴³ Idem, pp. 220-221

A lição que Semprún extrai do pensamento de Blum, é a de que a construção da Europa, claramente não pode eliminar as divergências entre esquerda e direita, há que entender que, em prol do progresso do projeto, quer a esquerda, quer a direita, possuem diferentes abordagens de gestão das instituições democráticas e, relativamente a esta questão, há que evitar cair na perspectiva arbitrária ou unilateralista. No entanto, as diferenças de orientação política entre esquerda e direita são desejáveis, indispensáveis até, pois, a sua alternância, oposição e fiscalização mútua geram a dinâmica necessária ao impulso do projeto no sentido do progresso e do aprofundamento. Exemplo disso, é a própria criação do projeto, a CEECA foi criada pelas forças de direita, da esfera democrata cristã, e anos mais tarde, é a esquerda que ganha relevo com Mitterrand e dá continuidade à obra, e assim sucessivamente. As divergências entre direita e esquerda, quando levadas sem sectarismo e arrogância, dando primazia aos valores democráticos do respeito pela opinião contrária, acabam por ser o motor que gera a propulsão necessária para a concretização das fasquias económicas, políticas e sociais, comuns a todos os cidadãos. Este tipo de divergência é, na sua essência, vivificador.³⁴⁴

Semprún relembra um discurso de Léon Blum, proferido a 8 de abril de 1948, numa reunião da Internacional Socialista, onde este defende que aprova o Plano Marshall que os EUA tinham acabado de propor para ajudar à recuperação da Europa. Afirmando que, esse plano, exige que os países europeus aceitem organizar-se para administrar entre todos, os vários mecanismos de ajuda. Reafirmado que, o Plano Marshall está destinado à Europa, e não aos países europeus como entidades individuais. Semprún, pelo meio, sublinha que, juntamente com Jean Monet e Robert Schumann, foi também a própria América que levou a Europa à sua pia batismal!³⁴⁵

Blum dava continuidade ao raciocínio quando era confrontado com argumentos de que, o Plano Marshall enfraquecia a independência dos Estados que nele participassem.

Contra esta narrativa, Blum aludia a que não se confundissem as palavras e as ideias. E era muito claro, afirmando assertivamente que o socialismo internacional não tolera nenhum tipo de enfraquecimento de independências. Porém, por outro lado, tolera, recomenda e deseja as limitações à soberania individual dos países. Exigindo

³⁴⁴ Idem, pp. 221-223

³⁴⁵ Idem, *ibidem*

unicamente que, tais limitações, sejam adotadas e consentidas livre e voluntariamente por cada Estado. E avança: «Soberania e independência não são a mesma coisa, nem para as nações já, nem para o cidadão da cidade. O indivíduo é livre em função dos seus direitos fundamentais, que a lei não pode transgredir. Todavia, não dispõe de um livre arbítrio sem limites e sem apelo [...] O limite é imposto pela liberdade dos demais [...] Numa sociedade civilizada o indivíduo é livre, mas não soberano. Nisto, funda-se o contrato social. Pelo contrário, a tradição histórica situou os Estados como soberanos e, durante muito tempo, estas soberanias mantiveram-se ilimitadas e inapeláveis. A trágica sucessão das guerras atuais não tem outra causa. É em nome do dogma absoluto da soberania sem limites e sem apelo que se tem impedido durante tanto tempo, a criação de uma sociedade internacional [...] É, em nome deste mesmo dogma que, todavia, hoje condenamos as primeiras tentativas da Europa ocidental, de dar início a uma unificação económica que incubará, inevitavelmente, o início de uma unificação política [...]».³⁴⁶ Semprún acrescenta que, algo avançámos desde estas palavras, pois, o projeto europeu progrediu em direção ao “equilíbrio dinâmico dos seus componentes essenciais”, que são, a limitação voluntária da soberania em benefício de uma democracia verdadeiramente europeia e, a manutenção das independências nacionais, que abastecem as instâncias supranacionais de ideias e paixões cidadãs.³⁴⁷

Em jeito de conclusão, Semprún é muito claro ao afirmar que, sejam quais sejam os medos, os fantasmas e as ilusões que alguns possam embandeirar, a Europa não vai buscar a sua identidade a nenhum tipo de entrincheiramento ou particularismo de pacotilha. Não vai buscar a sua identidade ao particularismo indo-europeu, nem ao particularismo cristão, nem ao particularismo revolucionário. Antes pelo contrário, o nosso desejo ardente sempre foi o universalismo democrático, e é nesse sentido que a Europa se locomove. Locomove-se no sentido desse desejo de Europa que mobiliza os povos que habitam em nosso redor, que ambicionam ser acolhidos no projeto europeu, alcançar um estatuto de colaboração ou, estabelecer qualquer tipo de parceria acerca dos aspetos gerais do entendimento político. Pretendendo emparelhar-se com os valores que nós defendemos, da renúncia à guerra como instrumento de política internacional e, da não renúncia à difusão dos valores democráticos, da sua afirmação como líder de uma ideia nova, baseada na felicidade de uma humanidade reconciliada, de uma aliança

³⁴⁶ Blum, 1948. Cit por Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” pp. 224

³⁴⁷ Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” pp. 224-225

civilizacional contra o terrorismo, contra a pobreza e contra a autodestruição do planeta Terra.³⁴⁸

XIX

Ao longo da sua vida pós leninista, Jorge Semprún foi proferindo vários discursos em eventos de diversa ordem onde tinha por hábito abordar o tema da Europa, onde se denota uma elevada consistência de ideias e repetição das mesmas ao longo dos vários discursos.

Exemplo disso é o discurso – intitulado “Da perplexidade à lucidez” – proferido na Universidade de Jerusalém em 1989, aquando da obtenção do doutoramento *honoris causa* pela mesma instituição. Discurso esse, onde coloca no seu início uma questão levantada por Javier Mugureza, que indagava: “Que futuro aguarda a razão humana depois de Auschwitz, do Gulag e de Hiroxima, depois da morte de Deus, depois do eclipsar da religião seguido do eclipsar da Modernidade?”³⁴⁹

Semprún inicia o seu raciocínio evidenciando um episódio que teve lugar em Viena, em novembro de 1936, num festejo dos cinquenta anos do escritor Hermann Broch, onde Elias Canetti está prestes a tomar a palavra. Há que relembrar o que ia acontecendo no mundo neste dia. Na guerra civil espanhola, acabava de começar a batalha de Madrid e chegavam a Espanha os primeiros combatentes das brigadas internacionais. Estaline já havia começado a eliminar estrategicamente os seus adversários políticos que o desafiavam nas fileiras do Partido Comunista da União Soviética, e a Alemanha nazi encontrava-se a atingir o apogeu do seu sistema totalitário. A evolução dos acontecimentos na Europa é vista com inquietação e angústia por parte deste grupo de intelectuais e escritores vienenses. Canetti no seu discurso evidencia a perplexidade intelectual do momento face àquilo a que chamava de “tensão brutal e cheia de horror na qual se vive”, perplexidade essa, que se configura no desaparecimento de todas as possibilidades de tudo se tratar de um susto racionalizável. Este adianta que a humanidade só se encontra indefesa onde não exista experiência ou memória, aludindo

³⁴⁸ Idem, pp. 225-226

³⁴⁹ Semprún, 2011: “*Pensar en Europa*”, p. 41

que “o maior de todos os perigos surgidos ao largo da história da humanidade elegeu a sua geração como sua vítima”.³⁵⁰

Canetti dá então início a uma metáfora proferindo que, “acima de tudo, o ser humano está aberto ao ar, sendo o ar a nossa última dádiva. Todo o ser tem direito ao ar pois, este não se encontra repartido, qualquer um lhe pode aceder livremente, até o mais pobre e fraco dos seres pode servir-se. Mesmo que alguém morra de fome, até ao seu último momento de vida teve a possibilidade de poder respirar livremente. Porém, é precisamente isto que vai mudar, esta última coisa que nos era comum vai acabar por envenenar-nos a todos. Sabemo-lo, todavia não damos por isso, porque a nossa arte não depende da respiração. Certo é que ele (Hermann Broch), que sabe respirar melhor que todos nós, já se asfixia hoje com o gás que, certo dia, nos cortará a respiração.”³⁵¹

Semprún não duvida que Broch e Canetti já pensavam na possibilidade de uma nova guerra mundial em que, voltariam a ser massivamente utilizados gases asfixiantes, todavia, considera que esta explicação metafórica, por mais certa que seja, não altera nem diminui aquilo que considera ser uma “pavorosa precisão profética” acerca da grande gaseificação, que veio de facto a ocorrer contra o povo judeu.³⁵²

Depois de discorrer sobre esta metáfora, Semprún responde às questões colocadas no início do discurso, importadas do filósofo espanhol Javier Muguzera quando este questionava: “Que futuro aguarda a razão humana depois de Auschwitz, do Gulag e de Hiroxima, depois da morte de Deus, depois do eclipsar da religião seguido do eclipsar da Modernidade?” Face às questões, Semprún responde que o futuro da razão só pode construir-se – ainda que em situações historicamente diversas – através do caminho da própria razão em si. Essa razão crítica, dialogante e democrática.³⁵³

*

* *

Noutro discurso, proferido em Viena três anos mais tarde – intitulado “Política cultural: unidade e diversidade na Europa reunificada” – este volta a abordar a questão

³⁵⁰ Idem, pp. 42-43

³⁵¹ Idem, pp. 43-44

³⁵² Idem, ibidem

³⁵³ Idem, p. 49

das fronteiras da Europa e de como estas não podem ser interpretadas de forma geográfica, mas sim de forma histórica, a partir do ponto de vista da filosofia da história. Adiantando também que o nosso pensamento não se pode restringir face às fronteiras actuais da Europa, deve sim, ultrapassá-las *ad aeternum*. Não tendo cabimento qualquer concepção de Europa que não englobe os países de centro e leste, essa outra Europa da tradição cultural e da experiência histórica e existencial, que foi rasgada do resto nos acordos de Yalta.³⁵⁴

Volta também a abordar o ponto de vista de Husserl na conferência de Viena em Maio de 1935. Logo após invocar o pensamento de Husserl e de repetir a famosa frase deste nesse discurso, onde dizia que “o maior perigo para a Europa era o aborrecimento”, Semprún afirma que esta observação é de uma lucidez perfeita e de um realismo cabal pois, diz o nosso autor, “a Europa conheceu de facto a queda no ódio espiritual e na barbárie”. E, de forma surpreendente, Semprún atribui fortes culpas à divisão das forças políticas antifascistas na Alemanha do princípio dos anos trinta, divisão essa que, tinha como principal combustível a política da Internacional Comunista e a sua estratégia de “classe contra classe”, que tinha como principal inimigo a Social Democracia. Semprún considera esta posição uma total aberração e atribui-lhe parte considerável da culpa da chegada de Hitler ao poder de forma paulatina eleições após eleições. Situação que provocou essa tal queda no ódio espiritual e na barbárie. Porém, obviamente, este não esquece que Hitler chega ao poder por intermédio de um processo eleitoral livre e formalmente democrático, não deixando de atribuir responsabilidades às forças políticas antifascistas da altura e à sua desunião que facilitou a ascensão da retórica nazi do ódio e da barbárie.³⁵⁵

Semprún volta a realçar a visão de Europa de Husserl, de um espaço não delimitado a um território específico, ou a uma região, mas sim de um espaço de universalidade extraterritorial da ideia de Europa e da sua unidade espiritual cujas fontes, segundo Husserl, num primeiro rasgo assentam na razão grega, no espírito da filosofia grega, cuja essência se apoia na visão teórica da “ação direta do ‘Ser’ no mundo” que, por si própria, brota de mitos e de períodos arcaicos. Num segundo rasgo, assenta no espírito crítico e na sua muito própria racionalidade universal. Semprún realça ainda um

³⁵⁴ Idem, p. 125

³⁵⁵ Idem, pp. 126-129

texto de Husserl, datado de 1936, com o título “Fontes de sentido das quais, na antiguidade surgiu a humanidade europeia: a filosofia grega e o monoteísmo judaico-cristão”, e ainda outro texto datado de 1930, em que Husserl falava da Europa como uma “síntese intencional de judaísmo, Grécia e helenismo em geral”.³⁵⁶

Semprún termina afirmando que, nos tempos em que vivemos, encontramos-nos simultaneamente próximos de Husserl e também, longe deste. Próximos, na medida em que consideramos também a Europa como uma figura espiritual. Longe, na medida em que as fontes em que baseamos esse nosso entendimento da figura espiritual da Europa não são tão limitativas, circunscritas e unilaterais como as dele. Semprún acredita que a fonte dessa figura espiritual não pode restringir-se tão somente à filosofia grega, à parte da sua enorme importância e contributo na construção de uma tradição específica de alcance universal.³⁵⁷

De modo que, além do legado grego, há que ter em conta o peso do legado judaico-cristão e o modo como esses distintos legados se foram transmitindo e amalgamando. A partir daí, passa a ser impossível ignorar o papel do Império Romano na constituição da figura espiritual da Europa, na medida em que, todo o tipo de tentativas de desvalorizar a importância da contribuição romana em detrimento da valorização da contribuição grega, devem ser sempre vistas como suspeitas do ponto de vista do rigor intelectual. Não deve ser também de todo ignorada nem esquecida, a importância da cultura árabe nas épocas de formação do espírito europeu, sendo esta um eixo fundamental para o intercâmbio de ideias e mercadorias que começaram a estruturar um espaço europeu ainda antes do renascimento. A tal figura espiritual da Europa é nada mais que um produto da História, das lutas sociais, étnicas e religiosas, não é de todo, um produto sofisticadamente refinado de uma ideia filosófica, “é o resultado compacto, denso, as vezes opaco e trágico, de largos séculos de enfrentamentos e de amalgamas, de invasões e de resistências”.³⁵⁸

Como tal, a Europa de hoje, por sua vez, nasceu das lutas contra o nazismo em primeiro lugar, e da resistência contra o totalitarismo soviético em segundo lugar. Logo, a sua figura espiritual encontra-se mais marcada por essas batalhas que, pelo espírito

³⁵⁶ Idem, pp. 132-134

³⁵⁷ Idem, pp. 136-137

³⁵⁸ Idem, pp. 137-138

cristalino da filosofia grega que, não obstante, não se deve nunca obliterar nem menosprezar na hora de fazer contextualizações históricas.³⁵⁹

*

* *

Mais tarde, em 2002, num artigo publicado no El País, intitulado “Que significa para mim ser «europeu»”, Semprún volta a reiterar que, na Europa de hoje é mais que evidente que a unidade europeia só se pode basear na razão democrática, nos princípios da democracia e dos seus valores. Opõe-se fortemente à narrativa de quem afirme que a Europa deve cultivar apenas uma única língua – tal como na Idade Média se fez com o latim – o que, na sua opinião era um total desastre. Seria o equivalente a uma renúncia da nossa história e das nossas raízes comuns. Para si, a base democrática da Europa deve ser construída a partir do conhecimento de várias línguas, e não com a imposição de uma nova língua franca.³⁶⁰

Ao contrário de outras regiões do mundo, a Europa tem a oportunidade de recorrer a uma grande variedade de línguas e culturas e, de tal, advêm enormes vantagens linguísticas. Uma delas é o facto de a Europa possuir várias línguas intercontinentais como o inglês, o castelhano, o português e o francês, que nos conferem a possibilidade de construir o carácter espiritual europeu através da diversidade e do respeito cultural por intermédio do fomento do conhecimento e da prática de todas as línguas e culturas. Para si, a unidade europeia tem de adquirir o seu sentido através da sua diversidade cultural quer na teoria, quer na prática, o que significa que todo e qualquer europeu fale pelo menos duas línguas europeias.³⁶¹

XX

Numa nota conclusiva redigida em conjunto com Dominique de Villepin, Jorge Semprún sumariza e assina por baixo as razões que, para si, legitimam a Europa unida.

Para ambos, num mundo de incertezas que se transforma mais rapidamente que em nenhuma outra época da história, é necessário voltar àquilo que é essencial, ou seja,

³⁵⁹ Idem, *ibidem*

³⁶⁰ Idem, pp. 283-284

³⁶¹ Idem, pp. 284-285

a decisão entre guerra e paz, entre totalitarismo e democracia e, a decisão entre isolamento ou abertura. No centro de todos estes dilemas, a Europa representa uma garantia de paz, de democracia e de abertura. Ainda que tenhamos nacionalidades diferentes com identidades particulares, conseguimos todavia definir uma identidade comum no meio das adversidades, através do intercâmbio e da agregação, até ao ponto de fazer com que a Europa se assemelhe àquilo que Semprún e Villepin apelidam de “uma grande família de primos”, uns mais próximos e outros mais afastados – mas de maneira nenhuma indiferentes – que se enfrentaram e combateram durante séculos, até encontrarem um equilíbrio, ainda que, sempre frágil. Equilíbrio esse que, em consequência de um mundo dominado pelo choque de identidades e pela promoção das comunidades, necessita que o vigiemos constantemente em prol da sua conservação. Mas sobretudo, temos de nos lembrar de valorizar no nosso dia a dia o enorme privilégio que é viver num espaço de paz.³⁶²

A própria perceção da Europa é algo que se altera com o passar dos tempos. Aquilo que para uma geração era visto como uma miragem, na geração seguinte já era visto como uma realidade tangível, e na geração a seguir a essa já é um dado adquirido que passa despercebido no quotidiano. Múltiplos exemplos existem desse facto, é fácil encontrá-los no setor da economia, no setor da agricultura, das pescas, dos transportes, do comércio, da defesa, da imigração, podemos até tocar exemplos desses com as nossas próprias mãos e transportá-los nas nossas próprias carteiras. Exemplos em que ainda hoje se debatem as suas formas, mas não se põe em causa a sua existência e os seus princípios básicos.³⁶³

Para ambos os autores, a solidificação desta pioneira ideia de Europa deverá basear-se sempre no exemplo franco-alemão, exemplo esse que serve de estandarte de todos os que desejam, em conjunto, progredir mais rápido e mais longe.

A Europa deve alargar-se a todos os seus lugares espirituais, e deve fazê-lo o mais rapidamente possível, não podendo perder terreno face aos demais grandes polos internacionais.³⁶⁴ Ponto de vista que vai de encontro ao pensamento de Coudenhove-Kalergi.

³⁶² Semprún & Villepin, 2006: “*El hombre europeo*” pp. 227-228

³⁶³ Idem, *ibidem*

³⁶⁴ Idem, p.229

Quando existe um sistema de cidadanias que se sobrepõem mas não se anulam, como a cidadania europeia, que se agrega às cidadanias nacionais mas não as substitui, isto faz com que o projeto europeu seja uma experiência democrática única e ambiciosa, onde todos querem avançar em conjunto porém, sem perder a força do seu caráter nacional, amalgamando uma lógica federal com uma lógica intergovernamental. Descartar qualquer uma das duas seria insensato para os autores, no sentido de que um modelo exclusivamente federal significaria negar séculos de história europeia, e um modelo exclusivamente intergovernamental seria deter o progresso natural da Europa. Importante é defender a unidade dos povos europeus, ultrapassando os velhos egoísmos nacionais.³⁶⁵

Hoje todos estamos plenamente conscientes de que a maior parte dos problemas políticos contemporâneos que se nos colocam necessitam de soluções comuns à escala europeia, sendo que, o seu sucesso depende da cooperação e organização de todos os Estados-membros e, para tal, é necessária lucidez e vitalidade democrática. A nova era política coloca dois grandes desafios que exigem essa lucidez e vitalidade, o primeiro prende-se com as respostas a dar à impaciência dos povos, e o segundo prende-se com a garantia da eficácia das soluções postas em prática, pois, hoje cada vez mais cresce a intolerância para com a impotência pública e a debilidade europeia no panorama internacional.³⁶⁶

Outra questão fulcral para Semprún e Villepin é a cooperação para com os países do sul, como por exemplo os países do norte de África, com os quais Espanha, França e Itália possuem boas relações, e com os quais a Europa deverá fomentar intercâmbios económicos, amenização das diferenças culturais, e ajuda no desenvolvimento democrático e modernização social.³⁶⁷

Sendo que o mundo se organiza em grandes espaços de poder, para ambos os autores existem várias questões que têm de ser respondidas. Nós, enquanto projeto europeu e os nossos quase 500 milhões de cidadãos, desejamos ou não participar nesta nova ordem? Que modelo de sociedade desejamos construir e, que peso desejamos ter na balança mundial? Desejamos ou não, defender os princípios e valores que escrevemos

³⁶⁵ Idem, p. 230

³⁶⁶ Idem, p. 231

³⁶⁷ Idem, ibidem

nas nossas Cartas e Convenções? Tencionamos ou não, preservar esta prosperidade que alcançámos por via da força do nosso trabalho? Teremos escolha? Para ambos, a resposta é simples, ou a Europa se organiza a fim de fazer valer o seu característico modelo de desenvolvimento, para levar os seus valores para além das suas fronteiras por intermédio da força do seu exemplo inspirador, ou esta ver-se-á condenada a transformar-se num mero local de passagem irrelevante para o mundo do futuro.³⁶⁸

Para alcançar o seu lugar de destaque na balança mundial, o conceito de Europa como potência e de Europa como mercado devem seguir de mãos dadas. Pois, para sermos uma potência forte, necessitamos de uma economia viva, dinâmica e moderna. Porém, isto não é suficiente, a Europa deve dotar-se dos meios necessários para fazer ouvir a sua voz e defender as suas convicções. A Europa do futuro tem de ser tudo menos a Europa que hesitava face à necessidade de intervir militarmente nos Balcãs, ou face à necessidade de decidir entre intervir ou não intervir militarmente no Iraque.³⁶⁹

Semprún e Villepin subscrevem que as responsabilidades da Europa estão à altura das expectativas que ela mesma suscita no mundo. Esta deve ser a porta estandarte mundial do direito, da paz, da liberdade e da democracia, e deve fazê-lo dando o exemplo. Deve fazê-lo, traduzindo os valores que defende em projetos concretos, contribuindo assim, para a construção de uma nova ordem mundial. Visto que hoje, mais do que nunca, há que repensar a ordem mundial, bem como as estruturas dos grandes organismos e a definição de linhas de orientação governativas ao nível mundial, assim como das políticas que superam as capacidades dos Estados, nomeadamente nas relações norte-sul e nas políticas relacionadas com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Cabe à Europa, por intermédio dos seus líderes e dos seus povos, fomentar a discussão das questões e desafios mundiais, assim como solidificar uma consciência global coletiva. A experiência histórica que temos acumulada tem de ser colocada ao serviço da humanidade.³⁷⁰

Os autores concluem com o argumento de que se espera da Europa que aja como líder, como exemplo inspirador, como que um explorador que abre caminho, o que não deixa de ser um fardo pesado para a consciência europeia, que tantas desilusões e

³⁶⁸ Idem, 232

³⁶⁹ Idem, *ibidem*

³⁷⁰ Idem, 233

frustrações gerou na sua história. É por isso importante fazer da nossa profunda impaciência uma enorme força.³⁷¹

XXI

Termino esta matéria com a resposta de Jorge Semprún à pergunta colocada por Franck Apprénderis³⁷², que resume na perfeição a concepção sempruniana de Europa.

Frank Apprénderis:

– *«Victor Hugo falava na sua época dos “Estados Unidos da Europa”. Como seria a Europa de Jorge Semprún?»*

Jorge Semprún:

– *«A minha Europa seria – já o é em parte – um espaço público laico onde um determinado número de valores democráticos seriam óbvios. Ou seja, onde não seria preciso organizar campanhas para explicar a necessidade da liberdade de expressão, da liberdade política, do pluralismo, etc. Seria um alicerce sobre o qual se constrói algo, e onde reinaria também essa diversidade cultural que faz com que se desenvolvam os mesmos valores em línguas diferentes.*

Todavia, poderia responder mais diretamente utilizando uma graça: a minha Europa seria uma grande cidade. Perdoem-me, não sou muito campestre! Para George Steiner, a Europa eram os cafés de São Petersburgo a Lisboa. Para mim é o espaço público urbano na sua totalidade: a minha Europa é ampla! E poderia dizer, sem grandiloquência nem ênfase algum que, sobre o meu sentimento de antigo deportado prevalece o meu sentimento de europeu contemporâneo.

As formas políticas abrem uma reflexão mais complexa. Como conciliar melhor a supranacionalidade com a velha ideia de independência?

Retomo uma ideia fundamental de Leon Blum, que participou brevemente na construção europeia, pois faleceu em 1950, quando a Europa se encontrava ainda a raiar como CECA. Creio que a esquerda francesa deveria reler as opiniões de Blum sobre a Europa. Blum chama à atenção para os malefícios do soberanismo e para as virtudes da independência.

No meu entender, essa Europa deveria tomar a forma de uma unidade político-económica, como indiciam a moeda e o mercado único, mantendo o pensamento plural e partilhando valores

³⁷¹ Idem, 234

³⁷² In: Semprún, 2014: “Vivir es resistir” pp. 177-178

políticos comuns. Seja federal ou confederal, a forma permanece aberta. Aberta a essa contradição interna da Europa: de não tomar decisões demasiado lineares prematuramente. Uma vez mais, a melhor definição é a formula de Husserl na sua conferência de 1935: “Um espaço cultural, espiritual e político, no qual as nações estabeleçam trocas, não só de comércio ou de armas, mas também dos valores que possuem em comum”, um espaço a que este chama a “figura espiritual da Europa”. É esse o objetivo, a essência.

Respeito pelos outros, as estruturas políticas devem implementar-se com precaução, compreendendo as necessidades, os desejos e a necessidade de identificação estatal, ou nacional, que continuam a existir; em particular porque ainda existem espaços europeus que o aspiram, como por exemplo o Kosovo. Ao fim e ao cabo, porque não, se esse é o caminho no sentido de uma determinada unificação política e económica? Não acredito que a solução seja a intransigência a respeito da forma que possa vir a ser adotada por essa unidade supranacional. Os limites são claros: a Europa não é apenas um espaço geográfico, na medida em que é evidentemente uma parte do continente euroasiático. Há que ser conscientes de que a Europa, do ponto de vista dos valores, se encontra às vezes mais na Argentina, ou em qualquer outro país democrático que num país europeu como a Sérvia de Milošević, onde a ditadura pós-comunista respondia a uma brutalidade herdada do estalinismo. Em cada caso há que notar a diferença porém, a essência é clara: um alicerce partilhado por valores políticos comuns e a salvaguarda dos diversos hábitos culturais, dos escritores tradicionais, e das tradições gastronómicas e lúdicas.»

XXII

Eram estes os traços pessoais e intelectuais de Jorge Semprún. Um descendente da aristocracia espanhola que era também um defensor dos ideais republicanos herdados do seu pai. Um adolescente que viu de perto as barricadas da guerra civil espanhola, guardadas por homens na posse de pouco mais que uma espingarda e bombas artesanais. Que se viu, ainda muito novo, forçado ao exílio com a família e irmãos para um país, cultura e línguas que não lhe pertenciam. Um adolescente que não conteve as lágrimas ao tomar conhecimento da vitória do fascismo no seu país. Um jovem inconformado que se juntou à resistência armada contra os invasores nazis em França, que foi capturado e deportado para o campo de concentração de Buchenwald. Que sobreviveu aos horrores do campo e a uma morte quase certa por se ter juntado ao comunismo dentro de Buchenwald. Que viu a guerra na Europa chegar ao fim, bem como os principais regimes fascistas, enquanto o seu país continuava nas garras do fascismo durante muitos anos.

Que após a libertação de Buchenwald não tinha casa para onde voltar da Alemanha senão de novo para o exílio em França. Que após tempos de desnorte decide juntar-se à ação comunista dos intelectuais franceses, que o catapultou para a ação comunista na clandestinidade em Espanha onde atuou anos a fio na sombra de identidades falsas. Onde a sua ação comunista chegaria ao fim de forma tumultuosa dentro do próprio partido, por via de uma evolução de pensamento ideológico próprio, incompatível com a linha inalterável de pensamento comunista ortodoxo. Um homem que após a clandestinidade regressa ao exílio em França, e à escritura em francês, língua que adotou para esse seu lado pessoal. Um homem que regressa à Espanha já democrática para integrar um governo social democrata, ideologia onde estava já há muito estacionado. Um homem que, após esse périplo pelo governo espanhol, volta a França, que já não era o seu exílio forçado, mas algo como um exílio espiritual pelo qual este parecia ter desenvolvido uma síndrome de Estocolmo. Um homem que escreveu praticamente até ao seu último fôlego. Um homem que viveu a República Espanhola, a República Francesa, o III Reich, de novo a democracia francesa, o Regime de Franco, a Monarquia Democrática Espanhola e de novo a sua prezada França Republicana. Semprún assistiu a tudo e viveu tudo na Europa, desde uma guerra civil, a uma guerra mundial, a uma deportação no limite da sobrevivência humana, a uma luta antifascista clandestina, ao assistir a toda a primavera democrática europeia do século XX, ao erguer da cortina de ferro, bem como o colapso da mesma e ao nascimento e crescimento do antes inconcebível projeto europeu.

Jorge Semprún Maura viveu praticamente tudo o que um europeu da sua época podia ter vivido no seu tempo. Viu tudo o que de melhor e de pior a raça humana pode conceber, mas sobretudo, viveu tudo isso. E ao viver tudo o que o ser humano consegue conceber na sua bondade e na sua malvadez, Semprún alcançou uma ótica e um conhecimento de causa absolutamente inigualáveis e perfeitamente transversais e periféricos. Semprún esteve lá nos momentos cruciais do continente europeu no século XX, viu com os próprios olhos e sentiu com a própria pele. O que o torna num pensador absolutamente incontornável para qualquer estudo sobre a Europa política que hoje se nos apresenta. Semprún não apenas viu este acolhedor edifício que hoje palmilhamos, a ser construído pedra por pedra, tal como, ele mesmo contribuiu para o ajudar a erguer.

Conclusão

No início desta dissertação foi colocado em evidência um problema que se prendia com o choque das identidades culturais e políticas dos Estados da Europa com as suas pulsões integracionistas, o que consistia numa aparente inabilidade para a maioria dos Estados europeus de manterem de pé os seus projetos de integração em comum registados ao longo da história. Foi essencialmente esse problema que impulsionou esta investigação, e é sobre ele que esta orbita constantemente ao longo de toda a obra.

Como foi indicado na introdução, a primeira parte incidiria sobre o campo da identidade, procurando aprofundar a relação desta com a política e com a globalização, no sentido de fazer um bom enquadramento da temática basilar da obra.

Nesta primeira parte que é, no fundo, o primeiro capítulo, é esclarecido que a identidade como conceito imaterial é, na sua génese, um conceito cuja finalidade é tipificar e diferenciar os seres corpóreos uns dos outros, acabando por os condenar à alienação, construindo uma realidade onde o indivíduo não se descobre a partir de si, mas sim, a partir de uma identidade pré estruturada que lhe é atribuída pelo seu ambiente circundante. O que faz com que a identidade seja como que um elemento não racional na nossa vida ou, um sentimento de caráter tribalista. É esclarecido também que, por oposição, a política assenta numa esfera racional, onde se almeja o confronto do discurso no sentido de progredir num paradigma de construção conjunta através da decisão e da ação política, não havendo lugar para tribalismos ou discursos que se digam portadores da verdade, mas sim para garantir a salvaguarda dos interesses do todo. Assume-se assim que, a política terá sempre de ser uma tarefa de direção exógena e nunca, endógena.

Ainda no primeiro capítulo, vê-se explicado o fenómeno da coexistência dos fenómenos antagónicos da globalização e da reafirmação de diversas identidades culturais. Neste momento descobre-se que esta tal reafirmação identitária é, em grande parte, motivada pela massiva propagação do fenómeno da globalização e da distribuição disparitária das suas vantagens que não chegaram a todas as franjas da sociedade, nem a todas as zonas do globo, o que motivou que algumas dessas franjas se unissem contra as tendências da globalização invocando a salvaguarda das suas identidades culturais. Sendo evidenciada, derivado à observância destes e outros fatores, uma forte crise de

gestão ao nível global. Factores estes que são apontados também como os principais causadores da atual crise do Estado-Nação.

Há ainda, no entanto, uma breve explicação acerca da relação necessária entre as energias utópicas e o realismo, e de como ambos devem manter sempre um certo grau de vivacidade de modo a que um não se sobreponha ao outro a pontos de o subjugar. Devendo as utopias servir sempre como delimitadoras de fasquias e o realismo servir sempre como agente ponderado e monitorizador dessas mesmas fasquias por via da sua experiência.

É precisamente a partir deste ponto que termina o enquadramento e se dá início à tentativa de compreensão do espírito europeu. Para tentar entender esse mesmo espírito é apresentada uma hipotética desconstrução do mesmo em dois espíritos distintos, o espírito unificador e o espírito desunificador.

Ao espírito unificador são-lhe atribuídas duas heranças. A primeira é a herança greco-romana e o seu legado normativo, racional, estatal, mas sobretudo, universalista. A segunda é a herança cristã e o seu legado monoteísta massificado que colocou a Europa em sintonia religiosa, debaixo do “chapéu de chuva” do cristianismo e do seu espírito de convergência face às demais religiões monoteístas em expansão na época.

Ao espírito desunificador é-lhe atribuída a herança do aparecimento da consciência nacional, numa simbiose entre a fragmentação da unidade cristã, o avanço tecnológico, as pequenas línguas e a desatenção da cristandade face ao avanço tecnológico. Neste capítulo descobre-se a importância da invenção da impressora, aliada à vasta procura literária de vernáculos fora do latim, e de como o protestantismo e o nacionalismo tiraram partido desse novo paradigma, desafiando a cristandade através do poder da propaganda por intermédio de novos meios proporcionados pelo avanço tecnológico. *Status quo* esse, que viria a fazer com que a subordinação monárquica ao Papa fosse perdendo peso, tornando a Europa num conjunto de reinos não tutelados e livres de competir e medir forças entre si. Iniciando-se aí a era dos Estados-Nação independentes e não reconhecedores de nenhum poder superior ao do próprio Estado.

Após a desconstrução levada a cabo para entender o “Ser” europeu conseguem identificar-se na sociedade europeia as influências de ambos os espíritos. Em praticamente toda a Europa o domínio da matriz judaico-cristã é esmagador face a

qualquer outra matriz religiosa, assim como os valores greco-romanos da racionalidade, do universalismo, do normativismo e da ordem pública. Valores que se misturam com o que vai restando da influência do Estado nacional e dos sentimentos individualistas e particularistas de cada nação e de determinadas regiões.

O capítulo quatro recai sobre desafios e necessidades da Europa hoje, sendo o seu maior desafio o sucesso da sua própria locomoção, e fazer com que esta não estagne.

No primeiro ponto deste capítulo fica a saber-se que aquilo que motiva o “Ser” europeu e que faz locomover a Europa é, nada mais que, alimentar a crença no seu próprio mito e o medo de o ver destruído ou sequestrado, provocando um sentimento de vontade que o mito sobreviva e prevaleça, onde por norma existe sempre um arquimigo que espelhe o sentimento de perigo e ameaça para o mito europeu e que, como tal, atraia para si sentimentos de repulsa e intenções de derrube ou domínio deste por parte do mito. Descobrimo-se também que, na inexistência de uma “ameaça” ao mito, este coloca-se paradoxalmente em perigo, começando a desenvolver sintomas de desnorte e a questionar-se a si próprio.

No segundo ponto destapa-se que a necessidade da existência de um bloco político europeu acabaria por ser – a partir de um determinado momento histórico iminente e devido às circunstâncias dos tempos – inevitável. Neste ponto conclui-se que o problema crónico da Europa, esse constante clima de confrontação e hostilidade, se tornou em certo momento insustentável e, para o qual teria de ser construída uma solução realista, caso contrário, os Estados europeus acabariam por ser absorvidos ou cair na irrelevância política na cena internacional. Neste ponto fica claro que urgia criar uma solução que pusesse fim aos vícios autodestrutivos da Europa, solução essa que teria de cortar com os métodos do passado que pecavam por serem, em grande medida, pouco duradouros e de fácil transgressão. Soluções ineficientes essas, que se verificavam incapazes de anular por completo as tendências para a agressão. Concluindo-se que, não haveria melhor saída que uma solução de carácter político e económico, com a fundação de uma federação pan-europeia. Conclui-se neste ponto que essa seria a melhor solução para impedir a queda natural para a agressão e a consequente queda na total irrelevância política internacional.

A parte final deste trabalho debruça-se sobre o pensamento de Jorge Semprún a respeito desta temática em geral. Semprún representa, pela vida que viveu, a personificação e o exemplo da solução para o problema europeu. Um homem que se

expressava em Castelhana, Francês e Alemão perfeitamente, que ainda muito jovem se viu obrigado ao exílio de uma guerra e mais tarde à deportação para um campo de concentração por via de outra guerra diferente. Sobrevive, continua a sua luta clandestina contra o fascismo em Espanha e acaba por ainda ser ministro num governo da Espanha democrática.

O autor considera o tema “Europa” como fundamental, representa para si o retorno da Europa aos valores democráticos e um avanço de mentalidades extraordinário, levando os europeus a ter de fazer um gigante esforço de autocritica para ultrapassar o seu passado histórico de carácter antidemocrático. Destacando com vigor e de forma constante a reconciliação entre Franceses e Alemães que é, para si, o exemplo e o eixo fundamental do entendimento entre todos os Estados europeus, algo impensável até 1945.

Inspira-se de forma pesada nas teses de Edmund Husserl quando subscreve que urgia, em certo momento na história da Europa, a criação de uma supranacionalidade europeia que, depois de criada, faria renascer o significado do “Ser” europeu baseado na filosofia da razão e que, caso esta supranacionalidade não fosse alcançada, a Europa cairia no abismo de contrariar os seus próprios valores da racionalidade e vender-se-ia ao ódio espiritual e à barbárie. Teses que o autor considera estarem perfeitamente atuais e válidas, embora o contexto histórico tenha mudado, afirmando que hoje existem, como inimigos da racionalidade, o euroceticismo elitista, o soberanismo demagógico e todo o novo leque de populismos, contra os quais, afirma, há um dever de resistência por parte dos agentes racionais, como defendia Husserl.

Semprún afirma na sua análise que, no período entre guerras, com a crise de 1929 e os fracassos diplomáticos dos vencedores da Grande Guerra, incubou-se aí uma profunda crise de confiança no ideal democrático, que foi paulatinamente sendo desacreditado e denegrido por movimentos de massas cuja retórica assentava na crítica e no ódio aos princípios da democracia pluralista. Os resultados de tudo isto são os já conhecidos, dá-se um devastador fôlego e proliferação de ideais de carácter totalitário que resultaram nos eventos e ações que se sabem. Hoje, todavia, parece que vamos vivendo numa realidade tirada a papel químico, com a única diferença de se tratar de um tempo histórico cronologicamente distinto. Fazendo das teses de Husserl e da análise de Semprún totalmente enquadradas com os tempos atuais.

Quanto às fronteiras da Europa, Semprún partilha a ótica de que a Europa não se deve conceber do ponto de vista geográfico, na medida em que, apesar de ser fácil definir onde esta começa, é extremamente difícil definir onde esta termina, pecando por redutora qualquer delimitação geográfica. Para si, a Europa não pára de se locomover formar e deformar, sendo a essência do seu espírito, uma constante superação dos seus próprios limites e uma transgressão perpétua das suas fronteiras, tudo numa procura apaixonada por novas fronteiras não geográficas, mas sim espirituais, que não se afirmam como pontos de chegada mas sim como pontos de partida.

Face à existência de um *“homo europaeus”*, Semprún afirma que, para si, este existe mesmo, baseando-se nas teses husserlianas de que existe uma relação tipicamente europeia do Homem com o mundo da vida e da história, relação essa que os demais povos do mundo notam em nós e os incita a eles próprios a *“europeizarem-se”*. Destacando com vigor que a unicidade do espírito europeu não é de caráter exclusivo nem se sustenta com base na rejeição do *“outro”*, protegendo-se numa identidade fechada que apenas se relaciona consigo mesma, alimentando-se da sua própria história, é precisamente o contrário, é aberta, é curiosa, é racionalizadora das diferenças e é universalista, evidenciando que em todos os momentos que a Europa se fechou, caiu na regressão e no estancamento.

Para si, o *“homo europaeus”* não se forma em rasgos naturais ou étnicos, mas sim, em rasgos histórico-culturais, e destaca neste uma característica que apelida de *“individualismo substancial”*. Característica que consiste na conjunção de várias heranças como a razão crítica da Grécia clássica, a mentalidade evangélica do cristianismo primitivo com as suas crenças na relação direta entre o Homem e o seu Deus, o direito romano e a sua massiva difusão e doutrinação, assim como os moldes dos Direitos do Homem e do Cidadão trazidos pela revolução renascentista.

Quanto ao movimento de propagação e aprofundamento da Europa e dos valores democráticos, Semprún afirma que este se tornou irreversível e um *“combate único”* pelo qual, os seus defensores terão de lutar para sempre contra todo o tipo de forças antagónicas aos valores do movimento democrático. Bem à imagem da tal *“moral de resistência”* que o autor diversas vezes advoga, defendendo com firmeza que a Europa não deverá esquecer o péssimo exemplo de indiferença face ao totalitarismo, dado nos Acordos de Munique de 1938. É precisamente nesse sentido que faz um apelo à juventude

européia, alertando que terão de ser estes a preencher o vazio de estadistas em que vivemos, pois, caso os jovens não o façam, a Europa deixará de remar no sentido de uma utopia concreta e, caso tal aconteça, o projeto muito provavelmente estagnar-se-á, o que pode posteriormente levar ao colapso ou à “invasão” ideológica externa. Para Semprún é bem claro que no que toca à defesa dos Direitos do Homem e do Estado de Direito nunca deverão ser feitas quaisquer cedências.

Semprún denota ainda um facto que vai de encontro às teorias de Fontana, Corm e Habermas relativas à necessidade de um arqui-inimigo para alimentar a existência do mito quando diz que, com a queda da URSS, tida como principal inimigo da democracia europeia, acabaram por se dissipar os reflexos e a imaginação política desta, parecendo ter-se perdido o desejo pela iniciativa política e pelo controlo do seu destino.

Avança ainda que crê que o “cimento” que nos cola uns aos outros na Europa, como que um vetor de unificação transversal é, e sempre foi, a cultura. Sendo esse vetor o melhor veículo para que os cidadãos europeus se familiarizem consigo próprios e se compreendam uns aos outros. É necessário, para Semprún, que os europeus ocidentais compreendam a forma de estar dos europeus de leste, e que os de leste compreendam a maneira de ser dos europeus ocidentais, assim como que os europeus do centro e norte compreendam as formas de vida dos europeus do sul e vice versa. E, para si, a melhor maneira de o fazer é através da cultura nas suas mais variadas formas, desde a literatura, o cinema, a música, as artes clássicas e contemporâneas, e até mesmo a história partilhada entre Estados.

Semprún clarifica ainda que o alargamento a leste não se tratou de uma ampliação, mas sim, de uma reunificação de povos irmãos que foram forçados à separação. Alegando que seria uma ampliação quando o projeto se alargasse a países como a Ucrânia ou a Turquia, povos intocados pelo arado da europeização, mas onde afirma existir um “desejo de Europa”. É nestes países intocados que, para o autor, reside a perfeita oportunidade para a União Europeia provar a sua capacidade integradora e assimiladora e assumir-se inquestionavelmente como uma potência inspiradora ao nível global.

Mesmo sendo assumidamente um homem de esquerda, o autor defende que o projeto europeu tem de se fixar simultaneamente como um compromisso dinâmico entre as forças do mercado e as forças da intervenção estatal. Nesse sentido destaca que, mesmo

que a economia de mercado não garanta automaticamente a democracia, não existe na história, nenhuma democracia cuja base estrutural não assentasse na economia de mercado, ou que esta fosse baseada numa economia estatal, não liberal e de planificação central. E é precisamente com base nesta linha de pensamento que critica, com forte veemência, a postura da esquerda europeia face ao debate da Constituição Europeia, onde esta usava uma retórica com conteúdos de forte demonização dos moldes social-liberalistas da mesma, considerando-os mesmo como infantis e arcaicos com laives unilaterais antieuropeus e antiglobalistas.

Não obstante, Semprún, no seu pensamento acerca da Europa identifica dois perigos eminentes que podem cair sobre a mesma. O primeiro é a letargia e a passividade de reação que, como o autor diz, fará com que a Europa se assemelhe a um navio com motor, mas sem leme, que dispõe de propulsão mas não dispõe de direção orientada. O segundo perigo prende-se com a possibilidade do reaparecimento do espírito de hegemonia, espírito esse que se encontra aprisionado nas múltiplas instituições supranacionais e, cuja fuga desse aprisionamento, seria nefasta para todo o progresso alcançado. Para o autor é da maior importância que se evite a todo o custo qualquer tipo de cristalização de predomínios demasiado estabelecidos, como o do eixo Alemanha-França, bem como a crença em soluções abstratas que prometam perfeições utópicas através de ideias e métodos duvidosos.

Como provável melhor solução para o saudável balanço da Europa, Semprún sugere o fomento do livre agrupamento dos países em torno de projetos concretos, afirma que tal produziria benefícios no sentido de estimular o entendimento em rede entre os Estados, evitando o risco de surgimento de poderes hegemónicos centralizados, garantindo um melhor equilíbrio de poderes interno.

Quanto ao espírito europeu, Semprún não o enclausura exclusivamente na Europa, enfatizando os laços da Europa para com os lugares até onde esta se expandiu, em particular a América, desde a América do Norte e todo o seu legado Anglo-Saxónico e Francês nos Estados Unidos da América e Canadá, como a América Latina e todo o seu legado Espanhol e Português no México, Colômbia, Argentina, Brasil, Chile ou Uruguai.

Semprún destaca com muita clareza no seu discurso que soberania e independência não são a mesma, evidenciando o contrato social, onde, numa sociedade

civilizada o indivíduo é livre, mas não soberano. A partir daí compõe a lógica de que as componentes essenciais do projeto europeu são a limitação voluntária da soberania em benefício de uma democracia europeia transversal, bem como a manutenção das independências nacionais, que alimentam essa democracia de ideias e paixões cidadãos. Concluindo que a Europa não vai buscar a sua identidade a nenhum tipo de enclausuramento ou particularismo, pois, tal vai contra o seu desejo ardente, o universalismo democrático. É a este que a Europa vai alimentar a sua identidade na perspectiva de Jorge Semprún.

Universalismo democrático esse, cujas fontes, para o nosso autor, se alicerçam no legado da razão e filosofia gregas, no legado monoteísta judaico-cristão e no legado da constituição da figura espiritual da Europa contruída pelo Império Romano, não podendo ser esquecida a influência árabe nas épocas de formação do espírito europeu. O que faz com que, na interpretação do autor, a figura espiritual da Europa seja um produto da sua própria história, das lutas sociais, étnicas e religiosas e não, de todo, um produto refinado de uma ideia filosófica.

Para Semprún a Europa é, em primeiro lugar, a pátria privilegiada da literatura nos seus múltiplos idiomas, assim como, uma memória cultural e um horizonte de vida, cuja base democrática deve ser construída a partir do conhecimento de várias línguas, ao invés da imposição de uma nova língua franca, onde todo e qualquer europeu deveria falar pelo menos duas línguas europeias. Para si, num mundo de conflito e tumulto a Europa tem de representar uma garantia de paz, democracia e abertura, onde o exemplo franco-alemão serve de estandarte de todos os que desejam, em conjunto, progredir mais rápido e mais longe. Devendo, a Europa, alargar-se a todos os seus lugares espirituais, sempre dando continuidade à amalgama da lógica federal com a lógica intergovernamental. Devendo também, esta, dotar-se dos meios necessários para fazer ouvir a sua voz e defender as suas convicções, envergando mundialmente o estandarte do direito, da paz, da liberdade e da democracia por intermédio do exemplo, traduzido sempre os seus valores em projetos concretos, no sentido de construir uma nova ordem mundial. É, para Jorge Semprún, o dever da Europa, de solidificar uma consciência global coletiva, colocando ao serviço da humanidade toda a sua experiência histórica acumulada, agindo como potência inspiradora a nível mundial.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict – **Comunidades Imaginadas**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2005. ISBN: 972-44-1210-5

CAROU, Heriberto – **Nación**. *in: Diccionario de Relaciones Internacionales y Política Exterior*. 1ª ed. Madrid: Editorial Ariel, 2008. ISBN: 978-84-9781-447-8

CORM, Georges – **L'Europe et le mythe de l'Occident – La construction d'une histoire**. 2ª ed. Paris: Éditions La Découverte, 2012. ISBN: 978-2-7071-7387-4

COUDENHOVE-KALERGI – **PanEuropa – Dedicado a la juventud de Europa**. 1ª ed. Madrid: Editorial Tecnos (Coleção: Clásicos del Pensamiento), 2002. ISBN: 84-309-3897-4

FONTANA, Josep – **Europa ante el espejo**. 1ª ed. Barcelona: Austral, 2013. ISBN: 978-84-08-11424-6

HIRST, John – **Breve História da Europa**. 1ª ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013. ISBN: 978-972-20-5154-5

HOUAISS, Instituto Antônio – **Identidade**, *in: Dicionário Houaiss*. Tomo X Gas-Inc. Lisboa: Circulo de Leitores, 2007. ISBN: 978-972-42-3987-3

MATTOSO, Antônio G. – **Revolução Francesa**, *in: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Volume 16. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

MOREIRA, Adriano – **A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)**. 3ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004. ISBN: 972-8726-27-9

MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. 7ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2011. ISBN: 978-972-40-4660-0

NIETO, Felipe – **La aventura comunista de Jorge Semprún**. 1ª ed. Barcelona: Tusquets Editores, 2014. ISBN: 978-84-8383-821-1

PIRES, Francisco Lucas – **Europa**. 1ª ed. Lisboa: Difusão Cultural, 1992. ISBN: 972-709-152-0

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – **A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica**. 1ª ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003. ISBN: 972-8717-84-9

RIETBERGEN, Peter – **Europe – A Cultural History**. 1ª ed. Londres: Routledge, 1998. ISBN: 0-415-17229-2 (hbk)

SEMPÚN, Jorge – **Pensar en Europa**. 2ª ed. Barcelona: Tusquets Editores, 2011. ISBN: 978-84-8310-449-1

SEMPRÚN, Jorge – **Vivir es Resistir**. 1ª ed. Barcelona: Tusquets Editores, 2014. ISBN: 978-84-8383-848-8

SEMPRÚN, Jorge & VILLEPIN, Dominique – **El Hombre Europeo**. 1ª ed. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2006. ISBN: 84-670-2007-5

SLOTEDIJK, Peter – **Se a Europa Acordar – Reflexões sobre o Programa de uma Potência Mundial no Termo da sua Ausência Política**. 1ª ed. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008. ISBN: 978-989-641-015-5

SOULIER, Gérard – **A Europa**. 1ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN: 972-8407-37-8

TAVARES, Rui – **A Ironia do Projeto Europeu**. 2ª ed. Lisboa: Edições Tinta da China, 2012. ISBN: 978-989-671-217-4

Artigos

CASTELLS, Manuel – Globalization and Identity. **Quaderns de la Mediterrània**. N° 14 (2010) [Consult. 23/02/18]. Disponível em: http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/14/qm14_pdf/15.pdf

HABERMAS, Jürgen – A nova intransparência. **Novos Estudos – CEBRAP**. N° 18 (1987)

SANJORGE, Gonzalo Hernández – Identidad y política. **A Parte Rei**. N° 40 (2005) [Consult. 13/02/17]. Disponível em: <http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/contenidos.html>

Referências Webgráficas

GALLY, Ricardo. Letras Libres. **La memoria como escritura: Entrevista con Jorge Semprún**. [Em linha]. Paris. [Consult. 04/06/17]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.letraslibres.com/mexico-espana/la-memoria-como-escritura-entrevista-jorge-semprun>

Television Española 2 (TVE 2). En Portada. **Jorge Semprún, memoria de Europa**. [Em linha]. Madrid. [Consult. 13/12/2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/en-portada/portada-jorge-semprun-memoria-europa/798527/>

NATIONAL ARCHIVES. America's Founding Documents. **Declaration of Independence: A Transcription**. [Em linha]. Adelphi, MD. [Consult. 27/06/17]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.archives.gov/founding-docs/declaration-transcript>>